TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria-Geral de Planejamento

# ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2011

## APERIBÉ

***Conselho Deliberativo***

***Presidente***
Jonas Lopes de Carvalho Junior
***Vice-Presidente***
Aluisio Gama de Souza

***Conselheiros***
José Gomes Graciosa
Marco Antonio Barbosa de Alencar
José Maurício de Lima Nolasco
Julio Lambertson Rabello
Aloysio Neves Guedes

***Procurador-Geral do***
***Ministério Público Especial***
Horácio Machado Medeiros

***Secretária-Geral de Controle Externo***
Elaine Faria de Melo

***Secretário-Geral de Planejamento***
José Roberto Pereira Monteiro

***Secretário-Geral de Administração***
Marcos André Ricardo de Brito

***Secretária-Geral das Sessões***
Gardenia de Andrade Costa

***Procurador-Geral***
Sérgio Cavalieri Filho

***Chefe de Gabinete da Presidência***
Ana Helena Bogado Serrão

***Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão***
Paula Alexandra Nazareth

***Coordenador-Geral de Comunicação Social,***
***Imprensa e Editoração***
Celia Abend

# APRESENTAÇÃO

Esta é a décima primeira edição dos Estudos Socioeconômicos dos municípios fluminenses, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro oferece aos gestores, legisladores, técnicos, pesquisadores e leitores interessados na realidade multifacetada das cidades e da zona rural que compõem o universo fluminense além da capital cosmopolita, centro das atenções do país.

Ao focalizar as realidades desses locais onde vive mais da metade da população do estado, os Estudos vêm contribuindo para prover elementos e propor alternativas aos poderes públicos locais para as demandas da sociedade. Ao apresentar, a cada edição, a evolução de uma série de indicadores que retratam seis anos consecutivos, entre 2005 e 2010, ultrapassando o tempo de um mandato da gestão municipal, trazemos um conjunto de conhecimentos capaz de servir como fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas, tanto no âmbito de cada cidade quanto para suas regiões.

Esta coleção de noventa e um estudos, referentes a cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas, convida o leitor à reflexão sobre um leque de temas da maior relevância para o Estado do Rio de Janeiro. Para uma leitura mais detalhada dos Estudos Socioeconômicos de anos anteriores, basta clicar o mapa no portal do Tribunal de Contas do Estado e pesquisar a edição desejada.

Há, ainda, um caderno que os complementa com algumas análises sobre a economia fluminense e o desempenho do conjunto dos municípios nos últimos anos. Esse Comparativo do Desempenho dos Municípios Fluminenses apresenta uma série de tabelas que sintetizam os indicadores de cada município e as edições de 2001 em diante estão disponíveis na aba Documentos e Publicações de www.tce.rj.gov.br.

**SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO**
**Dezembro de 2011**

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 3
SUMÁRIO ..... 4
I - HISTÓRICO ..... 6
II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO ..... 7
Aspectos demográficos ..... 8
Gestão municipal ..... 10
Governo eletrônico ..... 11
Resultados da pesquisa ..... 13
III - INDICADORES SOCIAIS ..... 20
Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais ..... 20
Education for All – EFA Global Monitoring Report ..... 20
Pisa – *Programme for International Student Assessment* ..... 21
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ..... 22
Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ..... 24
Educação no Estado do Rio de Janeiro ..... 25
Quadro da educação no RJ ..... 27
Educação no município ..... 29
Saúde ..... 37
Pacto pela Saúde ..... 39
Atenção básica da saúde ..... 42
Saúde no município ..... 47
Mercado de Trabalho ..... 49
IV - INDICADORES ECONÔMICOS ..... 52
Contextualização da economia em 2010 ..... 52
PIB mundial ..... 53
PIB nacional e seus componentes ..... 54
Inflação ..... 55
Comércio exterior ..... 55
Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro ..... 56
PIB regional e dos municípios de 2004 a 2009 ..... 61

**V - INDICADORES FINANCEIROS.....70**

**1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2010: .....74**

**2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2010: .....74**

**3. Indicador de autonomia financeira em 2010: .....75**

**4. Indicador do esforço tributário próprio em 2010: .....76**

**5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2010:.....77**

**6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2010: .....79**

**7. Indicador do custeio *per capita* em 2010:.....80**

**8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2010: .....80**

**9. Indicador do grau de investimento em 2010: .....81**

**10. Indicador da liquidez corrente em 2010:.....82**

**VI - CONCLUSÃO .....83**

**BIBLIOGRAFIA .....85**

# I - HISTÓRICO [1]

A origem do município de Aperibé – que em tupi-guarani quer dizer "pito aceso" ou “cachimbo” – remonta ao século XVIII, quando frades capuchinhos empenharam-se em catequizar os índios puris, sendo alvo de inúmeros ataques.

Somente no século XIX veio a ser dado novo impulso às obras missionárias, o que proporcionou a construção de uma capela, consagrada a Santo Antônio de Pádua, nas proximidades do rio Pomba, em torno da qual se reuniram famílias indígenas pacíficas.

O desenvolvimento da região levou o governo, em 1843, a criar a freguesia de Santo Antônio de Pádua, sob a jurisdição de São Fidélis. A freguesia progrediu rapidamente, sobretudo no setor agrícola, emancipando-se de São Fidélis em 1882 e sendo elevada à categoria de vila.

Os fazendeiros dessa rica região, percebendo que a produção das lavouras crescia paralelamente à densidade de sua população, associaram-se e deram início à construção de um ramal férreo para levar seus produtos ao maior e mais próximo empório comercial daquela época, a cidade de São Fidélis.

Em 1876, iniciaram-se os estudos do traçado da ferrovia. A extensão da linha férrea era de 92,5 quilômetros, com a bitola de um metro, tendo seu início na estação de Luca, à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, em São Fidélis. Terminava em uma localidade onde havia uma chave para desvio dos trens, conhecida como Chave do Faria, que se tornou ponto de comércio. As facilidades trazidas pela ferrovia atraíam pessoas para a vila que se formou. A iniciativa política de se prestar uma justa homenagem aos donos originais das terras fez com que, em 2 de julho de 1890, o governador Francisco Portela elevasse a distrito policial o povoado de Santo Antônio do Retiro, que mais tarde passou a ser denominado Aperibé.

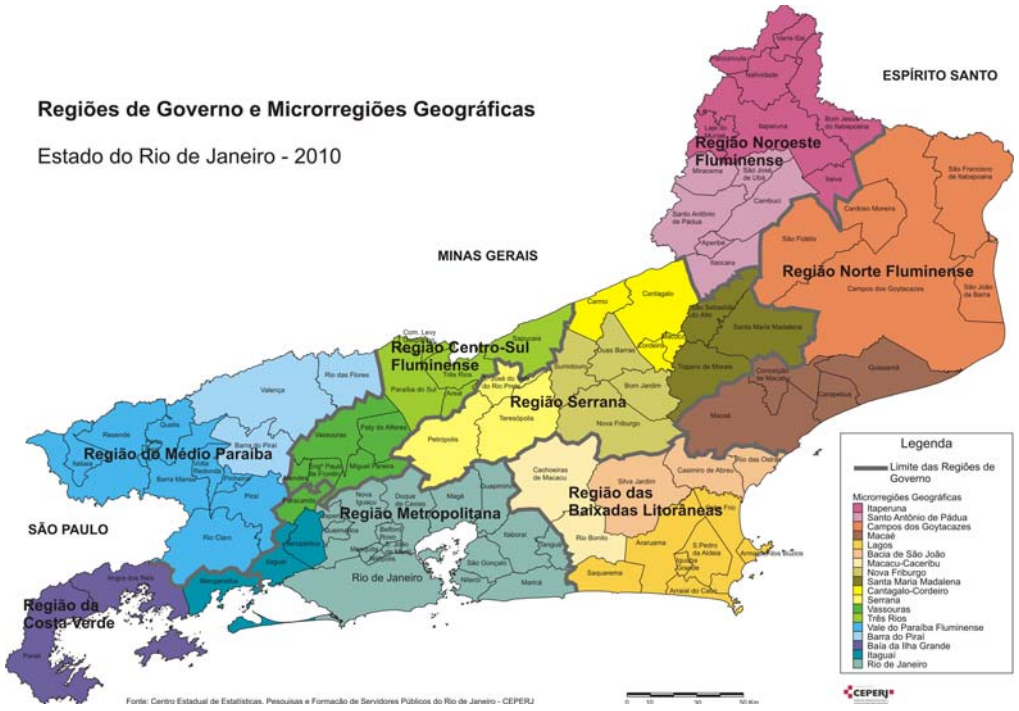
Posteriormente, em outra realidade econômica, as rodovias cumpririam o papel antes desempenhado pela estrada de ferro, surgindo novos núcleos como Marangatu, Ibitiguaçu e Monte Alegre.

Tendo como ponto de referência a Serra da Bolívia, um maciço de aproximadamente 400 metros de altitude, às margens da mais importante bacia hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, Aperibé foi emancipada pela Lei Estadual nº 1.985, de 10 de abril de 1992, e instalada em 1º de janeiro de 1993.

1 - Fontes: Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978; Abreu, A., “Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória”, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994; e sítios www.turisrio.rj.gov.br e www.cnm.org.br, acessados em 27 de maio de 2010.

## II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Aperibé pertence à Região Noroeste Fluminense, que também abrange os municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai.




Aperibé tem um único distrito-sede, ocupando a área total [2] de 94,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 1,8% da área da Região Noroeste Fluminense. Os limites municipais, no sentido horário, são: Santo Antônio de Pádua, Cambuci e Itaocara.

O município é servido pela estrada estadual RJ-116 – Itaboraí-Itaperuna, que segue para Santo Antônio de Pádua, a noroeste, e chega a Itaocara, a sudeste. Importante eixo rodoviário do interior do estado, essa rodovia sai de Itaboraí e segue por Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, São Sebastião do Alto, Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Laje do Muriaé e conecta com a BR-356 a noroeste de Itaperuna, na localidade de Comendador Venâncio.

O transporte ferroviário atende o município através de ramal que parte de Campos, passa por São Fidélis e Cambuci, em direção a Recreio, em Minas Gerais.

As imagens a seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturada do programa Google Earth em julho de 2010.

2 - IBGE - Censo 2010.

Fonte: DER-RJ (2006)

Núcleo urbano de Aperibé faceia Funil, distrito de Cambuci do lado oposto do rio Pomba, em imagem a 2,3 km de altitude.

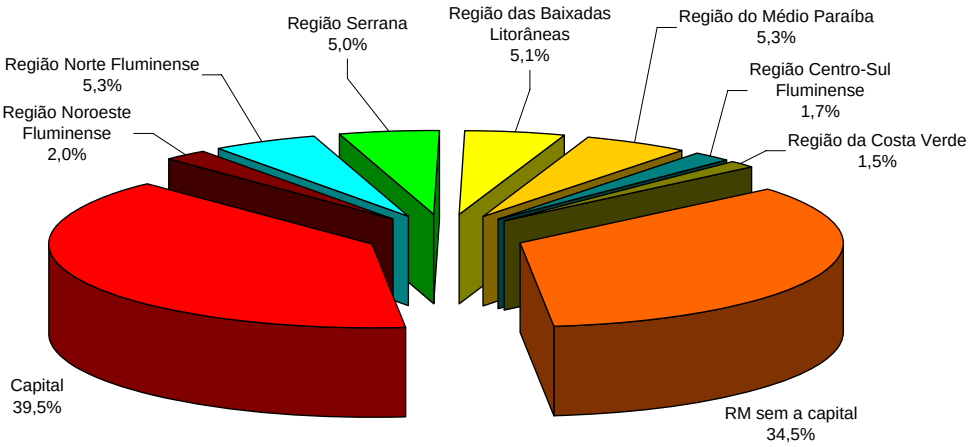
## Aspectos demográficos

Em 2010, de acordo com o Censo [3], Aperibé tinha uma população de 10.213 habitantes, correspondente a 3,2% do contingente da Região Noroeste Fluminense, com uma proporção de 96,8 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 107,9 habitantes por km², contra 59 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 86% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 27,4%, o 18º maior crescimento no estado.

3 - IBGE - Censo 2010.

A distribuição da população fluminense em 2010 dava-se conforme o gráfico a seguir:

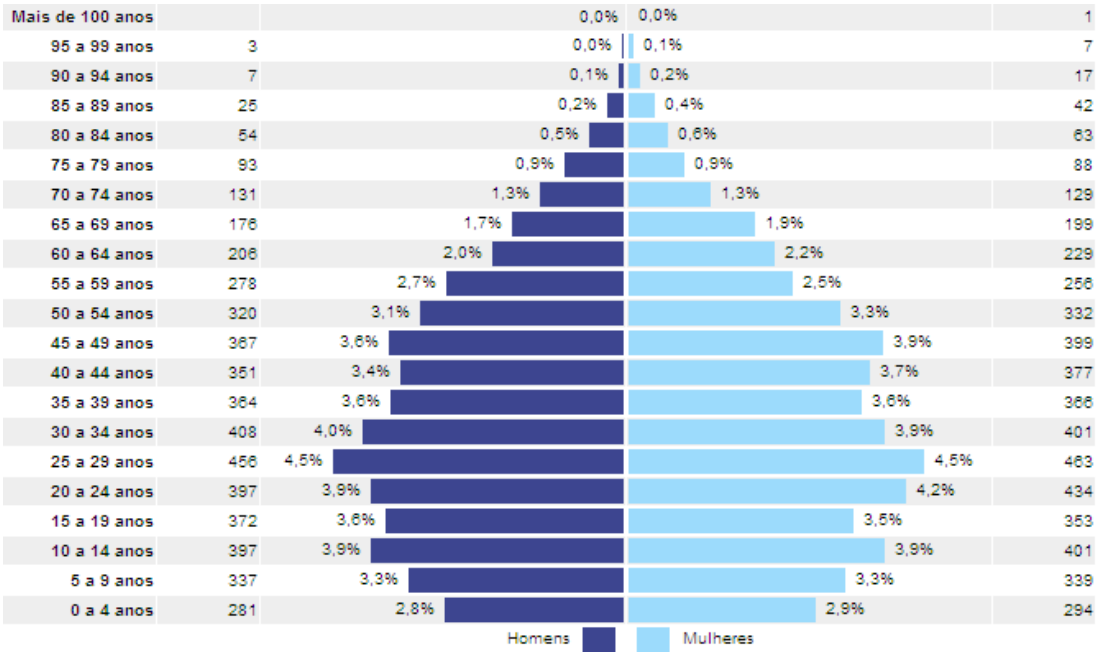
*Gráfico 1: Distribuição da população – Regiões Administrativas - 2010*




O município tem um contingente de 7.829 eleitores [4], correspondente a 77% do total da população.

A pirâmide etária, segundo o Censo 2010 [5], apresentava o seguinte quadro:

*Gráfico 2: Pirâmide etária – Município de Aperibé - 2010*




4 - Estatísticas TSE - Eleições 2010.
5 - IBGE - Censo 2010.

Segundo o levantamento, o município possuía 3.764 domicílios [6], dos quais 2% eram de uso ocasional.

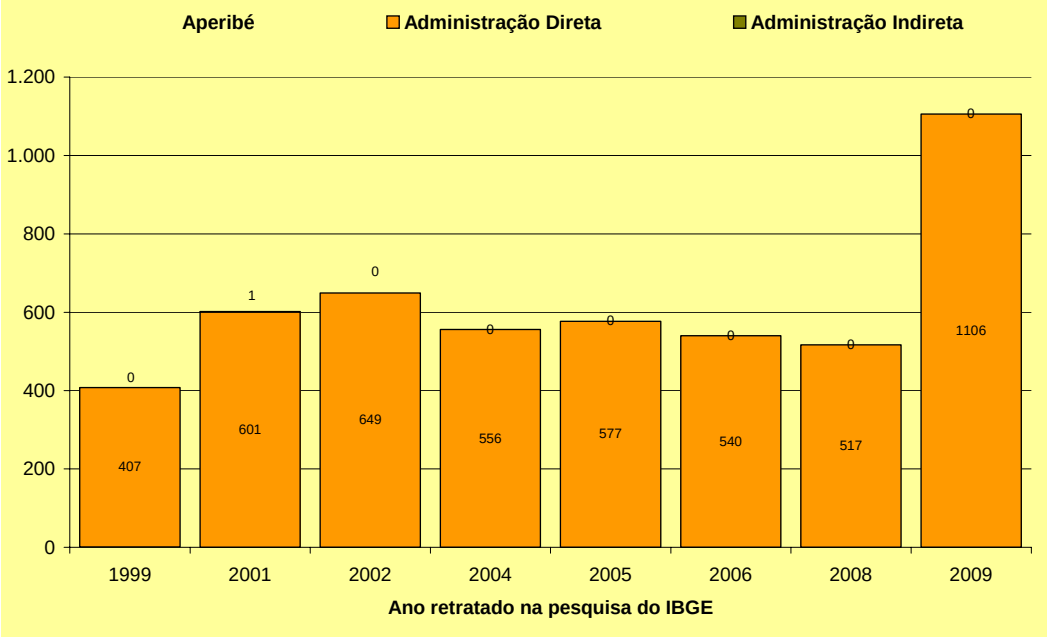
Aperibé possui 3 agências de correios [7], 1 agência bancária [8] e 1 estabelecimento hoteleiro [9]. Quanto aos equipamentos culturais, o município não tem cinema e teatro [10], mas dispõe de um museu [11] e de uma biblioteca pública [12].

## Gestão municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como PIBM ou Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade dos municípios do país desde a primeira edição, referente a dados de 1999. Trata-se de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal, e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal.

A pesquisa apurou diversas questões em 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006 e 2008. A partir dos dados mais recentes, publicados no final de 2009, apresenta-se a seguinte evolução do quadro de pessoal de Aperibé:

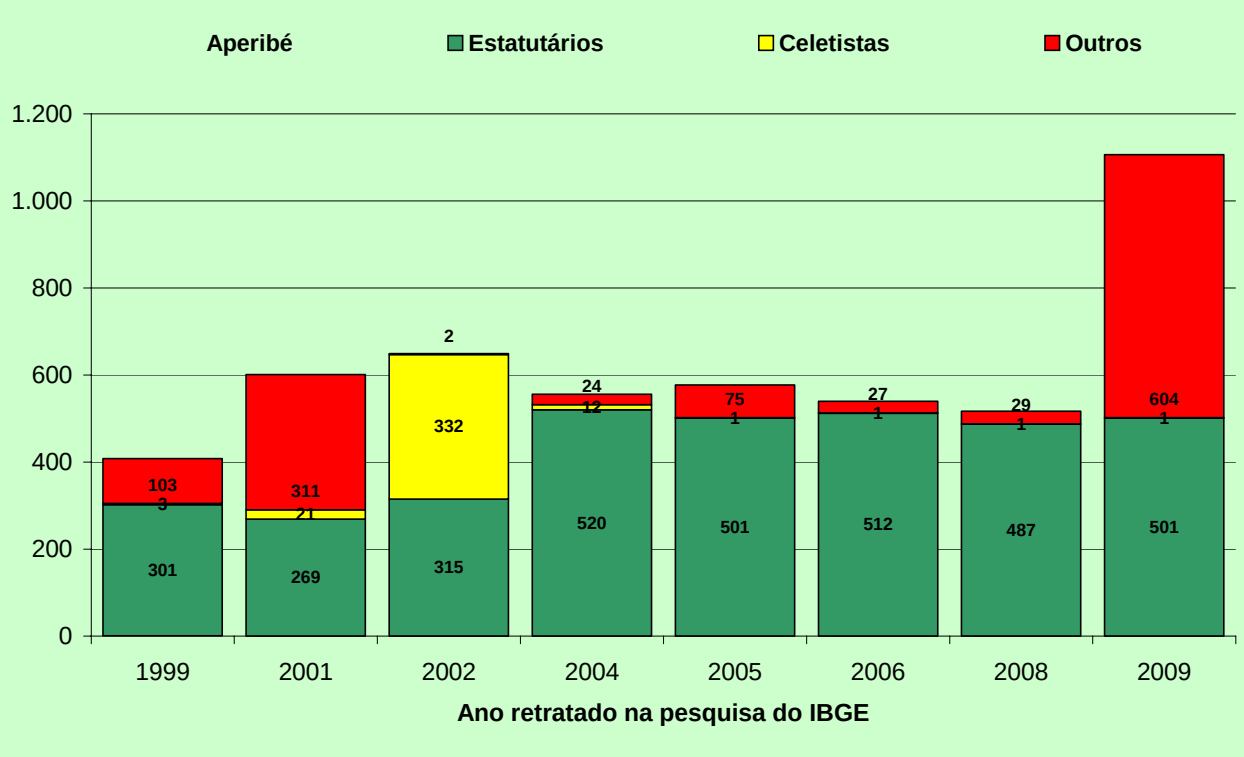
*Gráfico 3: Evolução do número de funcionários do município – 1999-2009*




O vínculo empregatício dos servidores e funcionários apresentou o seguinte comportamento:

6 - IBGE - Censo 2010.
7 - ECT - 2010 (inclui agências comunitárias).
8 - BACEN - 2008.
9 - MTE-RAIS - 2007.
10 - IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006.
11 - Ministério da Cultura, Sistema Brasileiro de Museus, fevereiro de 2011.
12 - Biblioteca Nacional, sítio http://catalogos.bn.br, fevereiro de 2011.

*Gráfico 4: Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2009*




A pesquisa do IBGE possui suas imperfeições, uma vez que diversos municípios tiveram fortes oscilações de um ano para o outro, sem que se apresentasse justificativa para isso.

Em Aperibé, o número de funcionários duplicou de 2008 para 2009, devido à variação no número de funcionários somente comissionados, estagiários ou sem vínculo permanente, reunidos na classificação "outros". Nesse município, a pesquisa registrou apenas um funcionário na administração indireta no ano de 2001.

## Governo eletrônico

Nos dias atuais, a internet ostenta colocação destacada para qualquer atividade social. O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Seu uso propicia agilidade e transparência, eficiência e flexibilidade.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial **informativo**.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação à distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas num quarto estágio de implantação do *e-government*, quando é desenvolvido um tipo de portal que é uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelos governos. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias estaduais, municipais, entidades etc. Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), é possível resolver tudo o que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, esses devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de órgãos que, interligados por uma infraestrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Nesse último estágio, ainda fora da realidade dos municípios do Rio de Janeiro, o sítio é qualificado como **integrativo**.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre abril e junho de 2011. Para efeito dos resultados da pesquisa, não foram considerados os sítios que não existiam, estavam em construção ou manutenção, com mensagem de erro ou pedido de senha de acesso, nem a capital [13].

Os principais problemas encontrados, mais uma vez, foram sítios com navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes [14] e dificuldade em localizar informações ou serviços. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações permanece defasado. Talvez seja essa a maior mazela dos projetos de transparência governamental: uma ação espasmódica que não tem continuidade. Há município que apresenta suas finanças de oito anos atrás, outros que até cumprem um ou outro dos

13 - Essa última não faz parte do escopo dos Estudos. O sítio de Italva, em maio de 2011, permanecia em construção, mesmo *status* de anos anteriores, enquanto o de Carmo estava indisponível. O sítio de Belford Roxo, avaliado no ano anterior, dessa vez encontrava-se em manutenção. Não foram localizados sítios oficiais de Engenheiro Paulo de Frontin, São Fidélis, Trajano de Morais e Varre-Sai.

14 - É possível que muitas das falhas detectadas venham sendo solucionadas pelos sítios municipais avaliados, dada a dinâmica da internet. Até mesmo sítios que não estavam operacionais poderão estar acessíveis de um dia para o outro. O contrário também é verdadeiro: informações e serviços que estavam disponíveis nos portais, subitamente, tornam-se inacessíveis.

quesitos pesquisados, mas não trazem informação de fato: apenas uma abordagem superficial ou insuficiente ao tema.

Deve-se destacar que, em 2002, havia apenas 42 municípios fluminenses na *web*. Edições anteriores deste Estudo vêm acompanhando e avaliando, desde 2006, o nível de abrangência do conteúdo e dos serviços dos sítios municipais. Naquele ano, já eram 67 municipalidades com presença ativa na internet. De acordo com este levantamento de 2011, dos 91 municípios objetivados, 84 mantinham sítios ativos nas datas em que a pesquisa foi realizada, ou seja, o dobro de nove anos passados.

**Resultados da pesquisa**

Na sequência, é apresentado o desempenho do conjunto do estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, fazer-se um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas estágios Informativo, Interativo e Transacional, foi considerado bom o desempenho do sítio que obteve aproveitamento superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada prefeitura foi avaliado de acordo com o quantitativo de temas disponíveis em relação ao total dos quesitos da categoria.

No conjunto das regiões, os serviços informativos continuam predominando, com uma *performance* regular. Houve pequena evolução na oferta de serviços interativos, mas, como se verá adiante, o conjunto obteve apenas 22% de aproveitamento nessa categoria, considerado insuficiente. Em relação ao Estágio Interativo, Angra dos Reis, Petrópolis e Volta Redonda mostraram bom desempenho; Barra Mansa, Niterói, São Gonçalo e Rio das Ostras, regular. Todos os demais tiveram desempenho insuficiente ou sofrível.

No início de junho de 2011, quando foi concluída a pesquisa, eram 43 as municipalidades a oferecer alguma transação em seus sítios, mostrando evolução significativa em relação a 2010, quando somente 27 prefeituras disponibilizavam na internet esse tipo de serviço. O aumento da oferta deve-se, sobretudo, à adoção da Nota Fiscal Eletrônica por diversos municípios e à disponibilização de *link* para acesso ao sistema de Registro Integrado (Regin) da Junta Comercial (Jucerja) com vistas à abertura ou regularização de empresas.

Há um longo caminho a ser percorrido: apesar de *websites* interativos e transacionais estarem disponíveis no mercado para todo tipo de comércio, com segurança e privacidade, a integração dos sistemas das bases de dados é tarefa complexa. Mais fácil e rapidamente se executa – e se mantém – um sítio com informações confiáveis e atualizadas, oferecendo um leque mínimo de opções para o "cliente" internauta: uma pessoa, um grupo de pessoas, uma organização, todas as organizações existentes na localidade e ainda as que para ali poderão migrar, qualquer um em qualquer lugar.

No Estágio Informativo, foram definidos 19 temas autoexplicativos. Todas as 84 prefeituras analisadas apresentaram algum resultado nessa categoria, mas seu conjunto somente atingiu 54% de aproveitamento no total de serviços elencados, imputando uma classificação regular ao grupo. Nesta comparação por regiões do estado, foi verificado que houve mínima melhora da qualidade da informação das páginas municipais, com aumento de um ponto percentual em relação ao desempenho do ano anterior.

*Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões - 2011*

| Região Administrativa | Centro-Sul Fluminense | Costa Verde | Baixadas Litorâneas | Médio Paraíba | Metropolitana | Noroeste Fluminense | Norte Fluminense | Serrana | Totais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região | 9/10 | 3/3 | 13/13 | 12/12 | 16/17 | 11/13 | 8/9 | 12/14 | 84/91 |
| História do Município | 89% | 100% | 85% | 100% | 94% | 73% | 88% | 92% | 89% |
| Geografia | 78% | 100% | 69% | 92% | 81% | 82% | 88% | 83% | 82% |
| Economia | 33% | 67% | 8% | 67% | 50% | 45% | 75% | 33% | 44% |
| Finanças Públicas | 89% | 67% | 69% | 67% | 56% | 55% | 75% | 75% | 68% |
| Cultura e Entretenimento | 67% | 100% | 62% | 92% | 38% | 9% | 75% | 58% | 57% |
| Saúde | 44% | 67% | 54% | 67% | 63% | 27% | 75% | 42% | 54% |
| Educação | 67% | 67% | 38% | 83% | 69% | 55% | 63% | 67% | 63% |
| Meio Ambiente | 11% | 33% | 15% | 50% | 50% | 0% | 75% | 25% | 32% |
| Infraestrutura | 11% | 67% | 31% | 58% | 19% | 36% | 50% | 25% | 33% |
| Tributação | 56% | 67% | 54% | 67% | 81% | 0% | 63% | 67% | 57% |
| Legislação | 78% | 100% | 100% | 75% | 94% | 45% | 63% | 92% | 81% |
| Notícias | 89% | 100% | 100% | 92% | 94% | 73% | 100% | 75% | 89% |
| Turismo | 89% | 100% | 77% | 83% | 63% | 45% | 88% | 75% | 74% |
| Estrutura Administrativa | 89% | 100% | 92% | 100% | 94% | 82% | 100% | 83% | 92% |
| Investimentos | 11% | 33% | 0% | 42% | 25% | 0% | 38% | 17% | 19% |
| Políticas Públicas | 0% | 33% | 15% | 42% | 19% | 0% | 25% | 25% | 19% |
| Trabalho e emprego | 11% | 33% | 23% | 42% | 31% | 0% | 38% | 17% | 24% |
| Trânsito | 0% | 33% | 0% | 8% | 6% | 0% | 25% | 25% | 10% |
| Plano Diretor | 22% | 100% | 54% | 42% | 25% | 27% | 63% | 33% | 39% |
| Totais | 49% | 72% | 50% | 67% | 55% | 34% | 66% | 53% | 54% |

A Região da Costa Verde, com apenas três municípios, mais uma vez ficou melhor posicionada nesse estágio, com 72% de atendimento dos quesitos, caracterizando bom desempenho. O Médio Paraíba teve desempenho regular, com 67% de aproveitamento, muito próximo do Norte Fluminense, com 66%, seguindo-se a Região Metropolitana, com 55%, e a Região Serrana, com 53%.

Regular, mas no limite para um desempenho sofrível, está a Região das Baixadas Litorâneas, com aproveitamento de 50%. A Região Centro-Sul Fluminense, entretanto, atendeu a apenas 49% dos quesitos e a Noroeste Fluminense, 34%.

Os temas mais divulgados permanecem sendo Estrutura Administrativa, Notícias, História e Geografia dos municípios. Os menos oferecidos são Trânsito, Políticas Públicas e Investimentos.

Nessa categoria, apenas quatro municípios atenderam a 100% dos quesitos: Angra dos Reis, Macaé, Petrópolis e Porto Real. Outros 13, espalhados por todas as regiões a menos da Noroeste Fluminense, também tiveram bom desempenho.

No Estágio Interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com *performance* insuficiente em todas as regiões, menos uma, permanece o desafio de se obter algum formulário ou realizar um cadastro simples. A exceção segue sendo o

serviço de Ouvidoria que, como nas pesquisas anteriores, é o único que aparece com frequência expressiva, 96% dos sítios pesquisados. Outros serviços preferencialmente disponibilizados referem-se a Impostos, Licitações e Concursos. Saúde, Iluminação Pública, Transportes, Vigilância Sanitária, Habitação e Água e Esgoto, além de tributação Simples, são oferecidos em poucas regiões do estado, com baixos índices de aproveitamento geral.

Nenhuma região atendeu a todos os quesitos. A Região da Costa Verde novamente obteve o melhor desempenho, com sofríveis 44% de aproveitamento, seguida da Região do Médio Paraíba, com insuficientes 28%. A Região Metropolitana chegou a 26% (com aumento expressivo de seis pontos percentuais) e a Região Serrana, a 22%. A Região das Baixadas Litorâneas marcou 21%, seguida pelo Centro-Sul Fluminense, com 20%. A Região Norte Fluminense apresentou apenas 19%, e, por último, o Noroeste Fluminense obteve 9%.

*Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões - 2011*

| Região Administrativa | Centro-Sul Fluminense | Costa Verde | Baixadas Litorâneas | Médio Paraíba | Metropolitana | Noroeste Fluminense | Norte Fluminense | Serrana | Totais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região | 9/10 | 3/3 | 13/13 | 12/12 | 16/17 | 11/13 | 8/9 | 12/14 | 84/91 |
| IPTU | 22% | 67% | 54% | 33% | 63% | 0% | 38% | 25% | 37% |
| ISS | 22% | 67% | 62% | 58% | 63% | 0% | 25% | 25% | 40% |
| ITBI | 11% | 33% | 15% | 8% | 19% | 0% | 13% | 17% | 13% |
| Simples | 0% | 0% | 0% | 8% | 6% | 0% | 0% | 8% | 4% |
| Processos | 22% | 100% | 31% | 42% | 25% | 0% | 0% | 17% | 24% |
| Saúde | 11% | 0% | 0% | 8% | 0% | 0% | 0% | 0% | 2% |
| Educação | 0% | 33% | 8% | 25% | 13% | 0% | 13% | 8% | 11% |
| Habitação | 0% | 0% | 0% | 17% | 19% | 0% | 0% | 0% | 6% |
| Iluminação Pública | 0% | 33% | 0% | 0% | 6% | 0% | 0% | 0% | 2% |
| Água e Esgoto | 0% | 67% | 0% | 8% | 19% | 0% | 0% | 0% | 7% |
| Transportes | 0% | 33% | 8% | 8% | 0% | 0% | 0% | 8% | 5% |
| Obras e Meio Ambiente | 0% | 33% | 15% | 25% | 31% | 0% | 0% | 17% | 15% |
| Vigilância Sanitária | 0% | 0% | 0% | 0% | 19% | 0% | 0% | 8% | 5% |
| Concursos | 67% | 33% | 38% | 42% | 19% | 27% | 38% | 50% | 38% |
| Licitações | 56% | 67% | 38% | 67% | 31% | 36% | 63% | 50% | 48% |
| Cadastro de Fornecedores | 33% | 100% | 15% | 33% | 31% | 0% | 50% | 42% | 31% |
| Balcão de Empregos | 22% | 33% | 8% | 25% | 19% | 0% | 13% | 17% | 15% |
| Ouvidoria | 89% | 100% | 92% | 100% | 94% | 100% | 100% | 100% | 96% |
| Totais | 20% | 44% | 21% | 28% | 26% | 9% | 19% | 22% | 22% |

Dos 84 municípios analisados, foram poucos com aproveitamento superior a 70% na soma dos 37 quesitos das duas categorias dos estágios Informativo e Interativo. Pela ordem: Angra do Reis, Petrópolis, Volta Redonda, São Gonçalo, Rio das Ostras e Barra Mansa. Outros nove municípios – Macaé, Porto Real, Niterói, Resende, Quissamã, Teresópolis, Campos dos Goytacazes, Mesquita e Três Rios – ficaram na faixa entre 51% e 70%; 40 sítios ocuparam a faixa entre 31% e 50%, enquanto 29 não ultrapassaram 30%.

Tanto no Estágio Informativo quanto no Interativo há forte variância intrarregional, o que será objeto da análise a seguir.

A Região Noroeste Fluminense ficou em último lugar no atendimento aos quesitos listados tanto no Estágio Informativo quanto no Interativo. Não foram analisados os sítios de Italva e Varre-Sai, pelos motivos já citados.

Quanto ao Estágio Informativo, Bom Jesus do Itabapoana e Miracema, empatados e com desempenho regular, atingiram a 1ª colocação, com 53% de aproveitamento. Na 2ª colocação, com pontuação sofrível, ficou Laje do Muriaé, atingindo 47% de aproveitamento. Os municípios de Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá, com 42% cada, ficaram na 3ª posição, seguidos de Aperibé e Itaocara, com 37%. Apresentaram informação insuficiente os municípios de Cambuci, Porciúncula e Itaperuna, além de Natividade, que fez apenas um ponto. Nenhum município pontuou nos seguintes quesitos: Meio Ambiente, Tributação, Investimentos, Políticas Públicas, Trabalho e Emprego e Trânsito.

*Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Noroeste Fluminense - 2011*

| Municípios | Aperibé | Bom Jesus do Itabapoana | Cambuci | Italva | Itaocara | Itaperuna | Laje do Muriaé | Miracema | Natividade | Porciúncula | Santo Antônio de Pádua | São José de Ubá | Varre-Sai | Noroeste Fluminense |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Data da visita ao sítio oficial | 7/4 | 8/4 | 11/4 | 13/4 | 13/4 | 13/4 | 13/4 | 15/4 | 15/4 | 20/4 | 26/4 | 28/4 | 2/5 | |
| História do Município | sim | sim | sim | em construção | sim | | sim | sim | | | sim | sim | não tem sitio oficial | 73% |
| Geografia | sim | sim | sim | | sim | | sim | sim | | sim | sim | sim | | 82% |
| Economia | | | | | sim | | sim | sim | | | sim | sim | | 45% |
| Finanças Públicas | sim | sim | | | sim | | sim | sim | | | | sim | | 55% |
| Cultura e Entretenimento | | | | | | | | | | sim | | | | 9% |
| Saúde | | | | | sim | | | sim | | | | sim | | 27% |
| Educação | sim | sim | | | sim | | sim | sim | | | | sim | | 55% |
| Meio Ambiente | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Infraestrutra | sim | sim | | | | | sim | sim | | | | | | 36% |
| Tributação | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Legislação | | sim | | | | sim | sim | sim | | | sim | | | 45% |
| Notícias | | sim | sim | | | | sim | sim | sim | sim | sim | sim | | 73% |
| Turismo | sim | sim | sim | | | | | | | sim | sim | | | 45% |
| Estrutura Administrativa | sim | sim | sim | | sim | | sim | sim | | sim | sim | sim | | 82% |
| Investimentos | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Políticas Públicas | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Trabalho e Emprego | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Trânsito | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Plano Diretor | | sim | | | | sim | | | | | sim | | | 27% |
| Percentual | 37% | 53% | 26% | 0% | 37% | 11% | 47% | 53% | 5% | 26% | 42% | 42% | 0% | |

Quanto ao Estágio Interativo, todos os municípios da região obtiveram desempenho insuficiente. Laje do Muriaé e Porciúncula dividiram a 1ª colocação, atingindo apenas 17%. Bom Jesus do Itabapoana, Miracema e Santo Antônio de Pádua ficaram na 2ª posição, com 11%. Aperibé, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, Natividade e São José de Ubá, nessa categoria, ofereciam apenas uma Ouvidoria. Nos demais quesitos, a escassa pontuação resumiu-se a Licitações, em quatro municípios, e Concursos, em três.

*Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Noroeste Fluminense - 2011*

| Municípios | Aperibé | Bom Jesus do Itabapoana | Cambuci | Italva | Itaocara | Itaperuna | Laje do Muriaé | Miracema | Natividade | Porciúncula | Santo Antônio de Pádua | São José de Ubá | Varre-Sai | Noroeste Fluminense |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Data da visita ao sítio oficial | 7/4 | 8/4 | 11/4 | 13/4 | 13/4 | 13/4 | 13/4 | 15/4 | 15/4 | 20/4 | 26/4 | 28/4 | 2/5 | |
| IPTU | | | | em construção | | | | | | | | | não tem sítio oficial | 0% |
| ISS | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| ITBI | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Simples | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Processos | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Saúde | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Educação | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Habitação | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Iluminação Pública | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Água e Esgoto | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Transportes | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Obras e Meio Ambiente | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Vigilância Sanitária | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Concursos | | | | | | | sim | | | sim | sim | | | 27% |
| Licitações | | sim | | | | | sim | sim | | sim | | | | 36% |
| Cadastro de Fornecedores | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Balcão de Empregos | | | | | | | | | | | | | | 0% |
| Ouvidoria | sim | sim | sim | | sim | sim | sim | sim | sim | sim | sim | sim | | 100% |
| Percentual | 6% | 11% | 6% | 0% | 6% | 6% | 17% | 11% | 6% | 17% | 11% | 6% | 0% | |

No conjunto da Região Noroeste Fluminense, os municípios que mais se destacaram foram Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé e Miracema, com 32% de aproveitamento global nas categorias de informação e interação com o usuário.

Santo Antônio de Pádua ocupou o 2º lugar regional, com 27% de aproveitamento, seguido de São José de Ubá, que obteve 24%. Um grupo de três municípios – Aperibé, Itaocara e Porciúncula – ficou em 22%, antes de Cambuci, com 16% de aproveitamento global, Itaperuna, com 8%, e Natividade, com 5%, que ocuparam as últimas posições na verificação de desempenho.

Dos 19 tópicos definidos na pesquisa referente a serviços informativos, seis não obtiveram pontuação e, dos 18 tópicos interativos, somente três são ofertados na região.

Cabe observar que Aperibé e Bom Jesus do Itabapoana utilizavam o mesmo modelo de sítio, persistindo em ambos os municípios informações desatualizadas (Finanças Municipais com dados de 2006; Educação, 2004; Infraestrutura, 2000), além de partes vazias ou em manutenção.

Em Cambuci, as páginas de “obras” e “licitações” estavam desabilitadas. Em Itaocara e em São José de Ubá, pouca informação estava disponível e a página inicial era quase toda preenchida com textos falsos, enquanto os menus, muitas vezes, remetiam a páginas “em construção”.

No sítio de Itaperuna, ao acessar “contas públicas”, apareceu um alerta sobre um programa malicioso do tipo cavalo-de-tróia. Em Laje do Muriaé, apesar de previstas, estavam vazias (“aguardando material”) numerosas seções, além da página do serviço de Cadastro de Fornecedores. O ícone do portal da transparência não funcionava. Em Porciúncula, a parte de contas públicas estava vazia.

Para o Estágio Transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de cinco [15] tipos de transações diferentes. Dos 84 municípios analisados, 43 apresentaram algum tipo de serviço transacional, uma melhora expressiva aos 27 apurados em 2010 e aos 19 do ano anterior.

A pesquisa atual confirma, no entanto, que apesar do avanço nesse estágio, quase a metade das prefeituras com sítios ativos ainda não é capaz de disponibilizar qualquer tipo de transação via *web.*

*Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional - 2011*

| Municípios | Regiões | Consulta Prévia - Alvará Provisório | Licitação e Pregão | Nota Fiscal Eletrônica | Educação - Matrícula on line | Emissão de Certidão Negativa de Débito | Data da visita ao sitio oficial | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Angra dos Reis | Região da Costa Verde | sim | sim | sim | | sim | 2/6 | 80% |
| Araruama | Região das Baixadas Litorâneas | sim | | sim | | | 2/6 | 40% |
| Areal | Região Centro-Sul Fluminense | | | sim | | | 2/6 | 20% |
| Armação dos Búzios | Região das Baixadas Litorâneas | | | sim | | sim | 2/6 | 40% |
| Arraial do Cabo | Região das Baixadas Litorâneas | | | sim | | | 2/6 | 20% |
| Barra do Piraí | Região do Médio Paraíba | | sim | | | | 2/6 | 20% |
| Barra Mansa | Região do Médio Paraíba | sim | sim | sim | | sim | 2/6 | 80% |
| Bom Jardim | Região Serrana | sim | | | | | 2/6 | 20% |
| Cabo Frio | Região das Baixadas Litorâneas | sim | | sim | | | 2/6 | 40% |
| Campos dos Goytacazes | Região Norte Fluminense | sim | | sim | | | 2/6 | 40% |
| Cantagalo | Região Serrana | sim | | sim | | | 2/6 | 40% |
| Duque de Caxias | Região Metropolitana | | | sim | | | 2/6 | 20% |
| Itaboraí | Região Metropolitana | sim | | sim | | | 2/6 | 40% |
| Itaguaí | Região Metropolitana | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Itatiaia | Região do Médio Paraíba | sim | | sim | | | 3/6 | 40% |
| Japeri | Região Metropolitana | sim | | sim | | | 3/6 | 40% |
| Macaé | Região Norte Fluminense | | | sim | sim | sim | 3/6 | 60% |
| Macuco | Região Serrana | sim | | | | | 3/6 | 20% |
| Magé | Região Metropolitana | | | | | sim | 3/6 | 20% |
| Mangaratiba | Região da Costa Verde | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Maricá | Região Metropolitana | sim | | sim | | | 3/6 | 40% |
| Mesquita | Região Metropolitana | sim | sim | | | sim | 3/6 | 60% |
| Miguel Pereira | Região Centro-Sul Fluminense | sim | | | | | 3/6 | 20% |
| Nilópolis | Região Metropolitana | sim | | | | | 3/6 | 20% |
| Niterói | Região Metropolitana | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Nova Friburgo | Região Serrana | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Nova Iguaçu | Região Metropolitana | | sim | | | sim | 3/6 | 40% |
| Paraty | Região da Costa Verde | | | | | sim | 3/6 | 20% |
| Paty do Alferes | Região Centro-Sul Fluminense | sim | | | | | 3/6 | 20% |
| Petrópolis | Região Serrana | sim | sim | | sim | sim | 3/6 | 80% |
| Porto Real | Região do Médio Paraíba | | sim | sim | | | 3/6 | 40% |
| Resende | Região do Médio Paraíba | sim | sim | sim | | sim | 3/6 | 80% |
| Rio Bonito | Região das Baixadas Litorâneas | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Rio das Ostras | Região das Baixadas Litorâneas | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Santo Antônio de Pádua | Região Noroeste Fluminense | sim | | | | | 3/6 | 20% |
| São Gonçalo | Região Metropolitana | | sim | | sim | | 3/6 | 40% |
| São João de Meriti | Região Metropolitana | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| São José do Vale do Rio Preto | Região Serrana | | sim | | | | 3/6 | 20% |
| Teresópolis | Região Serrana | | | sim | | | 3/6 | 20% |
| Três Rios | Região Centro-Sul Fluminense | sim | | sim | | | 3/6 | 40% |
| Valença | Região do Médio Paraíba | sim | | sim | | | 3/6 | 40% |
| Vassouras | Região Centro-Sul Fluminense | | sim | | | | 3/6 | 20% |
| Volta Redonda | Região do Médio Paraíba | sim | | sim | | sim | 3/6 | 60% |
| Total | | 51% | 26% | 65% | 7% | 26% | | |

15 - Dois quesitos apurados no ano passado não foram verificados em 2011: Impressão de Documentos Fiscais e Concurso – Inscrição *Online*. O primeiro, que existia no sítio de Petrópolis, é um serviço de alcance restrito que não está mais disponível naquele município, tendendo a zero. O outro, referente às inscrições *online*, tem caráter transitório, uma vez que a maioria dos municípios não realiza concursos públicos todos os anos. Cabe citar ainda um serviço diverso, que não integra o escopo da pesquisa, apresentado pela prefeitura de Barra Mansa: o Planejamento *Online*, dirigido a engenheiros e arquitetos, para análise e aprovação de projetos via internet.

Dos municípios que disponibilizam esse tipo de serviço, a Nota Fiscal Eletrônica foi o mais oferecido ao cidadão, estando disponível em 28 dos sítios analisados, enquanto Educação – Matrícula *Online* foi disponibilizada em apenas três.

O segundo serviço mais oferecido foi Consulta Prévia – Alvará Provisório, presente em 22 municípios. Na sequência, aparecem Emissão de Certidão Negativa de Débito e Licitação e Pregão, com 11 incidências.

Angra dos Reis, Barra Mansa, Petrópolis e Resende obtiveram o melhor desempenho, com 80% de aproveitamento no total de serviços oferecidos. Com regulares 60% de aproveitamento, ficaram em 2º lugar Macaé, Mesquita e Volta Redonda. Um bloco de 14 municípios atingiu sofríveis 40%: Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos do Goytacazes, Cantagalo, Itaboraí, Itatiaia, Japeri, Maricá, Nova Iguaçu, Porto Real, São Gonçalo, Três Rios e Valença. Todos os demais 22 municípios ofereceram apenas um dos serviços elencados, tendo obtido insuficientes 20% de aproveitamento nesse estágio mais avançado de governo eletrônico.

Enfatizamos que o principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através dos *websites* oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. Resta evidente que o uso dessa ferramenta é uma providência importante e irreversível no mundo moderno.

# III - INDICADORES SOCIAIS

Este capítulo traz os indicadores de educação, saúde, mercado de trabalho e renda, tão importantes para a população. Particularmente, o quadro educacional do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e de cada município fluminense é constante objeto de preocupação de gestores e analistas de políticas públicas. Após onze de publicação dos Estudos Socioeconômicos, a situação não apresenta evolução positiva. Pelo contrário, o país piora ante os demais no mundo e o RJ, ante as outras unidades da federação.

Providências institucionais vêm sendo tomadas, cujos resultados ainda se farão conhecer no futuro. Em nível nacional, uma nova política de educação vem sendo implementada desde 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, visou a assegurar a universalização das matrículas na Educação Básica e a qualidade da educação, através de três medidas: o fim gradual da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que assegurará mais recursos para o financiamento educacional; a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, mantendo consonância com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação e os Planos de Ações Articuladas – PAR [16]; e a obrigatoriedade de oferta pública da pré-escola ao Ensino Médio.

Em nível estadual, após três anos de discussão, o Rio de Janeiro apresentou um plano abrangente e com força de lei para nortear as políticas educacionais. Em conjunto, a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ e entidades civis formularam o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, sob a égide da Lei Estadual nº 5.597, de 18 de dezembro daquele ano, com propostas concretas para melhorar a educação. O plano, todavia, parece ter perdido impulso já em 2010, em virtude de mudanças no comando da pasta e subsequente estabelecimento do novo Programa de Educação do Estado. O assunto será abordado mais adiante neste capítulo.

## Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais

A divulgação de estatísticas internacionais é apresentada antes dos resultados nacionais para se obter uma perspectiva da situação do país em relação ao resto do mundo. Posteriormente, são focados os indicadores do estado e do próprio município em estudo.

### Education for All – EFA Global Monitoring Report

No Fórum de Educação Mundial de 2000, realizado em Dakar, no Senegal, 164 países se comprometeram a tomar seis medidas para melhorar o ensino em suas escolas até 2015: garantir o acesso aos cuidados e à educação para a primeira infância; garantir a educação primária (Ensino Fundamental) universal; criar oportunidades aprimoradas de

16 - Vide edição 2009 deste Estudo para mais informações sobre PDE e PAR.

aprendizado para jovens e adultos; gerar um aumento de 50% em taxas de alfabetização de adultos; promover a igualdade de gênero; e melhorar todos os aspectos da qualidade da educação. Esse compromisso foi ratificado quando da Declaração das Nações Unidas de 2002, que definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, abordados na edição de 2005 deste Estudo Socioeconômico.

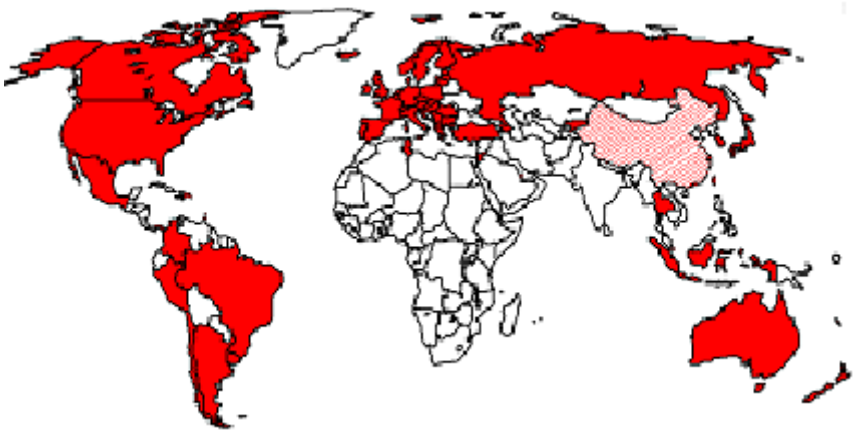
No Relatório de Monitoramento Global de 2011, feito pela Unesco [17] com base em dados de 2008 gerados pelos próprios países, o Brasil permanece como no ano anterior: na 88ª colocação no Índice de Desenvolvimento do "Educação para Todos" (*Education for All*). São oito posições abaixo daquela referente a 2006.

Esse índice se baseia em indicadores das quatro medidas que podem ser mais facilmente mensuradas: educação primária universal, alfabetização de adultos, qualidade (utilizando como indicador a taxa de permanência dos alunos até a 5ª série) e paridade de gênero. Todos os demais países sul-americanos, com exceção do Suriname, estão à sua frente no índice geral.

### Pisa – *Programme for International Student Assessment*

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, uma de suas iniciativas é o Pisa: uma avaliação internacional padronizada para estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, com a participação de 43 países em 2000, 41 em 2003 e 57 em 2006. Para a quarta avaliação, em 2009, 67 países foram inscritos. Em cada país, uma mostra expressiva de estudantes foi submetida aos testes, que medem o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, matemática e ciências. Abaixo segue o mapa dos inscritos na avaliação Pisa 2009.

*Gráfico 5: Participantes do Pisa em 2009*



Nota: Da China participam apenas Xangai, Macau e Hong Kong.

17 - Para maiores informações, consulte http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf . Acesso em 02.09.2011.

O Brasil, mesmo não sendo membro da OCDE, participou de todos os exames do Pisa, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os desempenhos alcançados pelo país foram sofríveis, como já apresentados em edições anteriores deste Estudo. Em 2009, cerca de 20 mil estudantes brasileiros nascidos em 1993 responderam às provas.

A educação brasileira evoluiu 33 pontos entre os exames do Pisa de 2000 e de 2009. Resultado superior foi obtido apenas pelo Chile, que teve um salto de 37 pontos, e por Luxemburgo, que cresceu 38 pontos. No ano 2000 [18], a média brasileira era de 368 pontos, contra os 401 registrados em 2009.

Apesar da melhora, o Brasil ainda ocupa o 53º lugar no ranking geral, num total de 65 países que fizeram o exame. Os alunos brasileiros ficaram em 53º em ciências e leitura (superando Argentina, Panamá e Peru na América Latina, mas atrás de Chile, Uruguai, México e Colômbia) e em 57º em matemática. No *ranking* geral dos países avaliados na América Latina, o Brasil fica à frente de Argentina e Colômbia, mas aparece 19 pontos atrás do México (49º), 26 pontos do Uruguai (47º) e 38 do Chile (45º).

Quando se fala do mau desempenho brasileiro no Pisa, costuma-se mencionar a quantidade de alunos nos níveis mais baixos de proficiência. A escala avaliativa, usada para medir a dificuldade da questão e a nota dos alunos, comporta sete níveis de proficiência: 1b, 1a, 2, 3, 4, 5 e 6, sendo 1b o mais baixo e 6, o maior. Na prova de leitura, 40% dos alunos tiraram no máximo nota 2. Tome-se, ainda, quem está fora da escola ou em situação de atraso escolar (alunos de 15 anos que não chegaram à 7ª série), que no Brasil corresponde a 19,4% da população na faixa etária avaliada; a soma do contingente fora da escola com o de baixa proficiência dá 59,4%. Ou seja: seis em cada dez jovens de 15 anos ou não reúne condições para fazer a prova ou não é capaz de compreender textos relativamente simples.

Na comparação da avaliação Pisa entre os estados, em 2006, o Distrito Federal ocupou a 1ª colocação no *ranking*, com 435,7 pontos, seguido pelos três estados da Região Sul, Rio de Janeiro (409,7), Minas Gerais, Sergipe e Espírito Santo. Em 2009, o Distrito Federal continua na 1ª posição, ora com 439 pontos, seguido pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro (408 pontos), Mato Grosso do Sul e Goiás. Todos estes estados, em 2009, ficaram acima da média brasileira, de 401 pontos totais no Pisa.

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro IDEB, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo

18 - Fontes: http://www.oecd.org/document/61/0,3746,en_32252351_32235731_46567613_1_1_1_1,00.html#Country_notes, http://www.sic.inep.gov.br/es/component/content/article/923-brasil-brasil-esta-entre-os-paises-que-mais-crescem-no-pisa-e-cumpre-meta-do-pde e *In* SALLA, Fernanda, http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/pisa-alem-ranking-621959.shtml?page=all. Acesso em 05.09.2011.

médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o IDEB estar entre zero e dez.

Para o conjunto do país, a proposta do Plano de Metas da Educação é que os resultados do IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental passem de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021; de 3,5 para 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; e de 3,4 para 5,2 no Ensino Médio. As metas abrangem cada dependência administrativa, com desafios para todas as redes de ensino.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o IDEB da rede estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental – EF deve passar dos 3,8 de 2005 para 6,0 em 2021; de 2,9 para 4,9 nos anos finais, e de 2,8 para 4,6 no Ensino Médio. Os resultados do IDEB 2005 serviram como referência para as metas futuras, já havendo a segunda avaliação de 2007 e a terceira, de 2009. Os resultados de 2011 somente serão divulgados em 2012. De acordo com o INEP, o quadro geral do Estado do Rio de Janeiro é o seguinte:

*Tabela 6: Notas médias do IDEB – RJ – 2005 a 2009*

| IDEB global RJ | Anos Iniciais do EF | | | Anos Finais do EF | | | Ensino Médio | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 |
| | 4,3 | 4,4 | 4,7 | 3,6 | 3,8 | 3,8 | 3,3 | 3,2 | 3,3 |
| Meta global RJ | - | 4,4 | 4,7 | - | 3,6 | 3,8 | - | 3,3 | 3,4 |

Observa-se que a meta não foi atingida, já em 2007, no Ensino Médio. Os graus alcançados foram beneficiados pela rede privada. Nacionalmente, as metas, em geral, vêm sendo cumpridas pelas redes estaduais e são mais ambiciosas que aquelas estabelecidas para as escolas fluminenses, como demonstram as tabelas que se seguem:

*Tabela 7: Notas médias do IDEB – rede estadual RJ – 2005 a 2009*

| IDEB da rede estadual RJ | Anos Iniciais do EF | | | Anos Finais do EF | | | Ensino Médio | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 |
| | 3,7 | 3,8 | 4,0 | 2,9 | 2,9 | 3,1 | 2,8 | 2,8 | 2,8 |
| Meta RJ | - | 3,8 | 4,1 | - | 2,9 | 3,1 | - | 2,8 | 2,9 |
| Meta BR | - | 4,0 | 4,3 | - | 3,3 | 3,5 | - | 3,1 | 3,2 |

*Tabela 8: Notas médias do IDEB – rede privada RJ – 2005 a 2009*

| IDEB da rede privada RJ | Anos Iniciais do EF | | | Anos Finais do EF | | | Ensino Médio | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 |
| | 5,7 | 5,9 | 5,9 | 5,5 | 5,5 | 5,7 | 5,1 | 5,4 | 5,7 |
| Meta RJ | - | 5,8 | 6,1 | - | 5,5 | 5,6 | - | 5,2 | 5,2 |
| Meta BR | - | 6,0 | 6,3 | - | 5,8 | 6,0 | - | 5,6 | 5,7 |

O nível de acompanhamento dos resultados do IDEB chega às redes municipais e a todas as escolas públicas do Ensino Fundamental, uma vez que cada uma delas tem suas metas individualizadas.

Há um longo caminho a trilhar na melhoria do ensino público fluminense. Para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, em 2007, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal de 21 municípios e pela rede estadual de outros 33. Para o segundo segmento do EF (alunos concluintes, portanto), 34 redes municipais e 76 estaduais não lograram atingir a meta.

Quando se compara aos resultados de 2009, o quadro não apresenta melhoras: para os anos iniciais do EF, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal de 31 municípios (de 90 avaliados) e pela rede estadual de 42 (de 69 avaliados ou que obtiveram grau). Os anos finais do EF tiveram 34 redes municipais (de 80 avaliadas) e 65 redes estaduais (de 90 avaliadas) com índice abaixo da meta preestabelecida.

Aperibé apresentou o seguinte quadro nas três edições do IDEB:

*Tabela 9: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2009*

| Rede municipal | IDEB 2005 | Ranking 2005 | IDEB 2007 | Ranking 2007 | IDEB 2009 | Ranking 2009 | Meta IDEB 2009 | Atingiu meta de 2009? |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Anos Iniciais | 5,1 | 3º entre 88 avaliados | 5,8 | 1º entre 91 avaliados | 6,1 | 1º entre 91 avaliados | 5,5 | Sim |
| Anos Finais | - | Não avaliada | 4,0 | 14º entre 83 avaliados | 4,2 | 16º entre 80 avaliados | 4,1 | Sim |

*Tabela 10: Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede estadual local – 2005 a 2009*

| Rede estadual | IDEB 2005 | Ranking 2005 | IDEB 2007 | Ranking 2007 | IDEB 2009 | Ranking 2009 | Meta IDEB 2009 | Atingiu meta de 2009? |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Anos Iniciais | - | Não avaliada | 4,9 | 10º entre 77 avaliados | 4,8 | 21º entre 69 avaliados | 5,1 | Não |
| Anos Finais | 3,5 | 47º entre 90 avaliados | 4,0 | 7º entre 90 avaliados | 3,6 | 35º entre 90 avaliados | 3,7 | Não |

Para conhecer os resultados e as metas de cada escola individualmente, inclusive para os próximos anos, deve-se acessar o sítio http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/.

### Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Criado em 1998, o ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. O exame destina-se aos alunos que estão concluindo (concluintes) ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores (egressos). O ENEM é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

O ENEM 2010 teve a participação de mais de três milhões de alunos (3.242.776), com 816 mil participantes a mais que no ENEM 2009. Entre os participantes do ENEM 2010, 34% declararam estar concluindo o Ensino Médio em 2010 e 54,5% informaram serem egressos. O exame aplicado em 2010 foi composto por redação e provas objetivas em quatro áreas do conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e matemáticas e suas tecnologias.

O número de escolas de Ensino Médio regular que participaram do ENEM aumentou de 25.484 em 2009 para 26.099 em 2010. Dentre as 26.497 escolas constantes do Censo Escolar 2010 que ofereciam o Ensino Médio regular, 90% tiveram alunos concluintes participando do exame.

A divulgação das médias do ENEM tem se revelado como importante elemento de mobilização em favor da melhoria da qualidade do ensino, auxiliando professores, diretores e demais dirigentes educacionais na reflexão sobre deficiências e boas práticas no âmbito da escola, dado que é possível avaliar o desempenho obtido pelos alunos em cada área de conhecimento.

O INEP não mais divulga nota global por município ou por rede. Somente se pode conhecer o resultado de cada escola individualmente, acessando o sítio http://sistemasenem2.inep.gov.br/enemMediasEscola/.

Ainda que a participação das escolas seja maciça, o INEP alerta para a variação no percentual de alunos que fazem as provas em cada escola. Para minimizar os efeitos da não obrigatoriedade, toma-se o cuidado de divulgar médias de desempenho apenas das escolas que tiveram ao menos 10 alunos concluintes presentes no exame. O instituto também utiliza método de correção estatística que simula a nota média do estabelecimento caso todos os alunos matriculados nas séries finais do Ensino Médio tivessem realizado a prova. Ainda assim, a tendência é a de que escolas com baixo percentual de participantes, em relação ao total de concluintes matriculados, apresentem resultados mais instáveis.

## Educação no Estado do Rio de Janeiro

Em dezembro de 2009, foi aprovado o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, objeto da Lei Estadual nº 5.597. Os objetivos e metas que o plano estabeleceu para a Educação Básica estavam direcionados para a ampliação e universalização do ensino nas três etapas que a compõem, com a qualidade que permita a continuidade de estudos para aqueles que optarem pela Educação Superior, bem como a inserção no mundo do trabalho em condições de igualdade com os alunos oriundos das redes privadas. Conforme mencionado na edição anterior dos Estudos Socioeconômicos, esperava-se, já em 2010, a obtenção dos primeiros resultados.

Entre as promessas trazidas pelo PEE/RJ, estava a transparência com referência a aspectos como a destinação de recursos financeiros e materiais, o funcionamento dos Conselhos de Educação com autonomia e em bases democráticas e participativas, a organização e funcionamento das Associações de Apoio à Escola, a criação de fóruns regionais, a realização bienal do Congresso Estadual de Educação e o acompanhamento, pela Comissão de Educação da ALERJ, do cumprimento dos objetivos e metas, nos

prazos estabelecidos para revisão do plano, com a participação de diferentes atores da sociedade civil fluminense.

Porém, em consultas ao sítio da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, realizadas até novembro de 2011, não foi encontrada qualquer referência à implantação do PEE/RJ, sendo impossível qualquer verificação de sua efetividade. Em contraste, no dia 7 de janeiro de 2011, ocorreu a divulgação do novo Programa de Educação do Estado, estabelecendo diversas mudanças na estrutura, no ensino e no dia a dia em sala de aula. De acordo com a SEEDUC, o programa contempla a atualização e a valorização dos professores; a construção de novas escolas e a melhoria na infraestrutura das unidades escolares já existentes; um currículo mínimo para cada disciplina; o processo seletivo para funções estratégicas da área pedagógica e a criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação.

**Principais metas da SEEDUC:**

- Estar entre as cinco primeiras posições no ranking de educação nacional até 2014;
- Estabelecer processo seletivo para funções pedagógicas estratégicas – a avaliação acontecerá em quatro etapas: análise curricular, prova, entrevista e treinamento;
- Revisão de licenças médicas e cedidos – o objetivo é resgatar para as salas de aula cerca de dez mil docentes que estão licenciados, cedidos a outros órgãos ou ocupando funções administrativas.

**Sobre o corpo docente e funcionários administrativos:**

- Currículo mínimo – são diretrizes institucionais sobre os conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem em todas as escolas da rede estadual;
- Remuneração variável – avaliação e bonificação dos professores de acordo com o desempenho da escola. Serão considerados o fluxo escolar, o rendimento do aluno e a infraestrutura das escolas. O docente que conseguir atingir o limite máximo das metas poderá receber até três salários a mais por ano. O investimento poderá chegar a R$ 140 milhões;
- Auxílio qualificação para professores – os docentes que estiverem em sala de aula receberão um cartão pré-pago, no valor de R$ 500, para utilização em bens pedagógico-culturais. O investimento esperado é de aproximadamente R$ 25 milhões;
- Auxílio transporte – apoio financeiro, no contracheque, para custos com deslocamento dos professores e dos funcionários administrativos que estejam lotados nas unidades escolares. O custo anual será de R$ 68 milhões;
- Escola SEEDUC – será criada uma escola onde os professores poderão se aprimorar, com cursos específicos. Também haverá um consórcio com universidades

para a formação continuada do docente. A meta é certificar cerca de dez mil professores por semestre.

**Em relação aos alunos:**

- Aulas de reforço nos contraturnos – apoio pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Orientação vocacional – iniciativa voltada a estudantes do Ensino Médio;
- Diminuição da defasagem idade-série – reduzir os índices de repetência.

**Unidades escolares:**

- Metas específicas para cada unidade escolar – os objetivos a serem alcançados serão definidos de acordo com a realidade de cada escola. O Rio de Janeiro contará com um índice próprio, o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), com o objetivo de acompanhar e aferir o progresso dos estudantes;
- Diagnóstico da infraestrutura das escolas – a SEEDUC, em parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado – EMOP, preparou um levantamento com as necessidades estruturais identificadas em todas as unidades escolares.

**Quadro da educação no RJ**

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2010 [19], verifica-se que:

Com relação à quantidade de escolas:

- Para o Ensino Infantil, há 3.091 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 46% deles. A pré-escola soma 5.988 estabelecimentos, 53% da rede pública;

- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.582 escolas, das quais 63% são públicas;

- o Ensino Médio é encontrado em 2.055 escolas, 55% delas pertencentes à rede pública.

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2010, a estrutura educacional dispunha de 182 mil professores [20]. Um total de 8.821 deles lecionava na creche e 19.587, na pré-escola. Outros 109.015 lecionavam no Ensino Fundamental, e 44.764 profissionais davam aulas no Ensino Médio.

- O corpo docente municipal representa 45% dos professores da creche, 53% da pré-escola e 50% do Ensino Fundamental. A rede estadual tem 23% do corpo docente do Ensino Fundamental e 73% do Ensino Médio.

19 - Fonte: Inep/MEC.
20 - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento. Esse critério serve para as demais informações relativas aos quantitativos de corpo docente.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

- A Educação Infantil disponibilizou 471 mil matrículas. Cursam a rede pública 57% do total de 151 mil alunos de creche e 60% dos 320 mil estudantes de pré-escola.

- O Estado do Rio de Janeiro teve 2,3 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental. No último ano, houve recuo de 48 mil matrículas em relação a 2009. Prossegue o processo de redução da participação da rede estadual, com significativo avanço da rede particular nesse nível educacional.

*Tabela 11: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2005 a 2010*

| Dependência Administrativa | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Federal | 0,4% | 0,4% | 0,5% | 0,4% | 0,4% | 0,5% |
| Estadual | 21,9% | 21,3% | 21,0% | 19,4% | 18,6% | 17,6% |
| Municipal | 58,5% | 59,7% | 61,8% | 59,2% | 59,2% | 58,3% |
| Particular | 19,2% | 18,6% | 16,7% | 21,0% | 21,8% | 23,6% |
| **Nº total de alunos do Ensino Fundamental** | **2.479.105** | **2.425.991** | **2.307.714** | **2.387.714** | **2.353.532** | **2.305.338** |

- O ano de 2010 também apresentou recuo no total de alunos matriculados no Ensino Médio em nosso estado. Nos últimos seis anos, foi expressiva a queda no total das matrículas, um contingente superior a 136 mil estudantes.

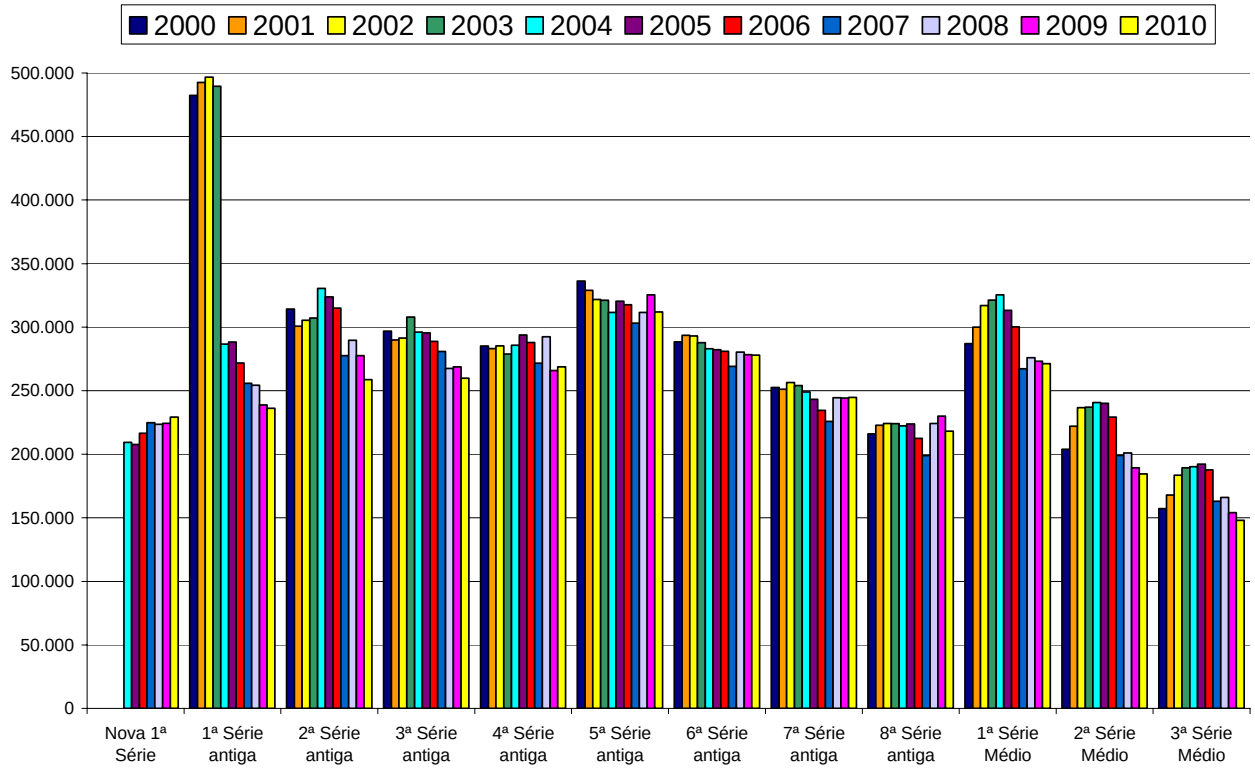
*Tabela 12: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Médio – 2005 a 2010*

| Dependência Administrativa | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Federal | 1,6% | 1,7% | 1,9% | 2,0% | 2,2% | 2,4 |
| Estadual | 79,8% | 80,9% | 83,2% | 79,9% | 79,4% | 76,8% |
| Municipal | 1,4% | 1,4% | 1,6% | 1,5% | 1,3% | 1,1 |
| Particular | 17,2% | 16,0% | 13,3% | 16,6% | 17,1% | 17,7% |
| **Nº total de alunos do Ensino Médio** | **759.825** | **731.754** | **642.769** | **656.228** | **635.418** | **623.549** |

O gráfico a seguir indica claramente os picos de repetência ocorridos nas antigas 1ª e 5ª séries do Ensino Fundamental, bem como da 1ª série do Ensino Médio. Por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, houve uma dispersão do degrau até então existente dessas mesmas séries para as imediatamente seguintes tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

A evasão escolar também é ilustrada com a redução continuada que se observa, de um ano para o outro, nas demais séries. Basta observar o quantitativo da 2ª série de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas que se segue a cada ano seguinte na série imediatamente superior.

*Gráfico 6: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2000 a 2010*




Na educação de jovens e adultos (EJA), o movimento foi inverso ao do ensino regular. Ao sair da faixa de 294 estudantes em 2000 para cerca de 427 mil em 2010, essa modalidade se revela estratégica para recuperar o aluno evadido do sistema de ensino tradicional. Nesse último ano, 62% dos estudantes se matricularam no Ensino Fundamental e o restante, no Ensino Médio.

## Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Aperibé, em 2009, foi de 2.112 alunos, tendo evoluído para 2.057 em 2010, apresentando variação de -2,6% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis de ensino no município. As tabelas apresentam a evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

**Ensino Infantil** de Aperibé:

A rede municipal respondeu por 100% das matrículas na **Creche** em 2010. O número total de matrículas teve evolução de 216% no período de 2005 a 2010, contra variação de 107% do corpo docente.

*Tabela 13: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 3 | 15 | 68 | 4,5 | 16,4 |
| 06 | 3 | 19 | 116 | 6,1 | 15,8 |
| 07 | 5 | 29 | 241 | 8,3 | 19,6 |
| 08 | 6 | 30 | 219 | 7,3 | 17,5 |
| 09 | 5 | 33 | 255 | 7,7 | 17,2 |
| 10 | 5 | 31 | 215 | 6,9 | 14,5 |

Na **Pré-escola**, a rede do município de Aperibé foi responsável por 84% das matrículas em 2010 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

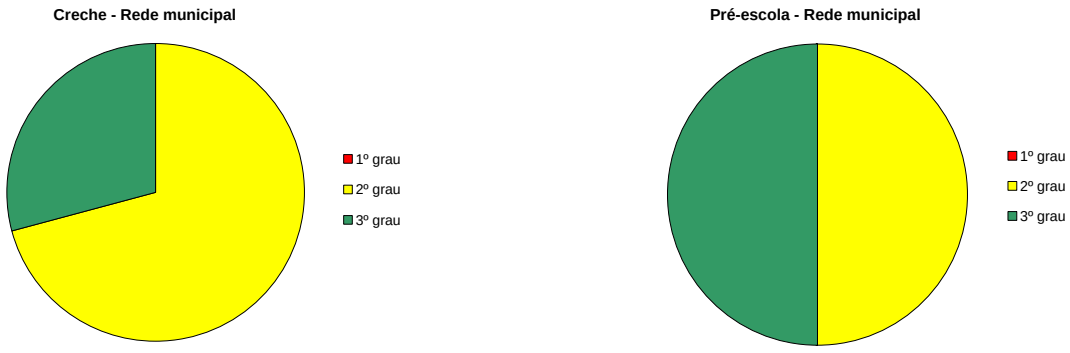
*Tabela 14: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 12 | 38 | 493 | 13,0 | 16,8 |
| 06 | 14 | 33 | 365 | 11,1 | 16,7 |
| 07 | 12 | 22 | 263 | 12,0 | 18,0 |
| 08 | 12 | 24 | 259 | 10,8 | 16,6 |
| 09 | 12 | 31 | 246 | 7,9 | 16,9 |
| 10 | 7 | 27 | 212 | 7,9 | 12,6 |

Houve variação de -57% na quantidade de alunos matriculados no período, contra mudança de -29% no quadro de professores.

Os gráficos seguintes ilustram a qualificação dos professores da rede municipal do Ensino Infantil:

*Gráfico 7: Formação dos professores – Creche e Pré-escola – Rede municipal – 2010*




Aperibé apresenta o panorama a seguir para o **Ensino Fundamental**:

*Tabela 15: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 12 | 125 | 1.361 | 10,9 | 17,8 |
| 06 | 13 | 149 | 1.371 | 9,2 | 17,6 |
| 07 | 14 | 126 | 1.308 | 10,4 | 21,3 |
| 08 | 13 | 134 | 1.272 | 9,5 | 19,1 |
| 09 | 13 | 130 | 1.242 | 9,6 | 21,0 |
| 10 | 9 | 115 | 1.221 | 10,6 | 21,1 |

O número de matrículas oscilou em -10% no período, com variação de -8% no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

A rede estadual de ensino teve 33% dos alunos matriculados de 2010 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

*Tabela 16: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 3 | 59 | 626 | 10,6 | 16,9 |
| 06 | 3 | 69 | 648 | 9,4 | 16,3 |
| 07 | 3 | 52 | 606 | 11,7 | 20,2 |
| 08 | 3 | 56 | 562 | 10,0 | 16,9 |
| 09 | 3 | 40 | 480 | 12,0 | 18,3 |
| 10 | 2 | 40 | 408 | 10,2 | 16,3 |

Mais de dois terços dos municípios teve reduzida a quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Aperibé, teve variação de -35%, acompanhado por -32% de docentes.

Já na rede municipal, com 62% do volume de matrículas em 2010, os dados seguem na tabela:

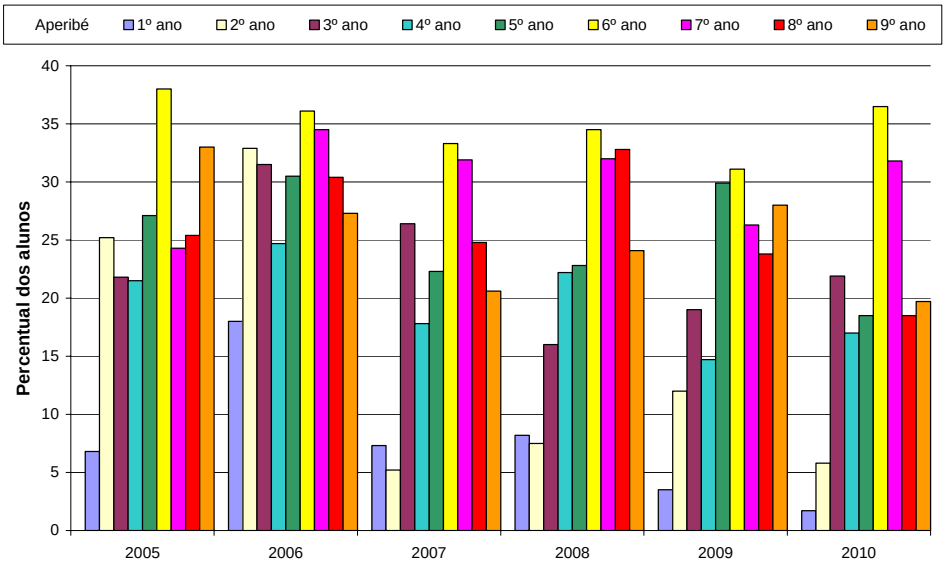
*Tabela 17: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor da rede municipal no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 8 | 62 | 706 | 11,4 | 21,0 |
| 06 | 9 | 77 | 684 | 8,9 | 20,5 |
| 07 | 10 | 72 | 656 | 9,1 | 24,2 |
| 08 | 9 | 74 | 666 | 9,0 | 23,3 |
| 09 | 9 | 85 | 701 | 8,2 | 25,7 |
| 10 | 6 | 77 | 758 | 9,8 | 24,5 |

Houve, no período, variação de 7% no número de alunos e de 24% no quadro de docentes da rede municipal do Ensino Fundamental, propiciando melhora do rateio de alunos por professor.

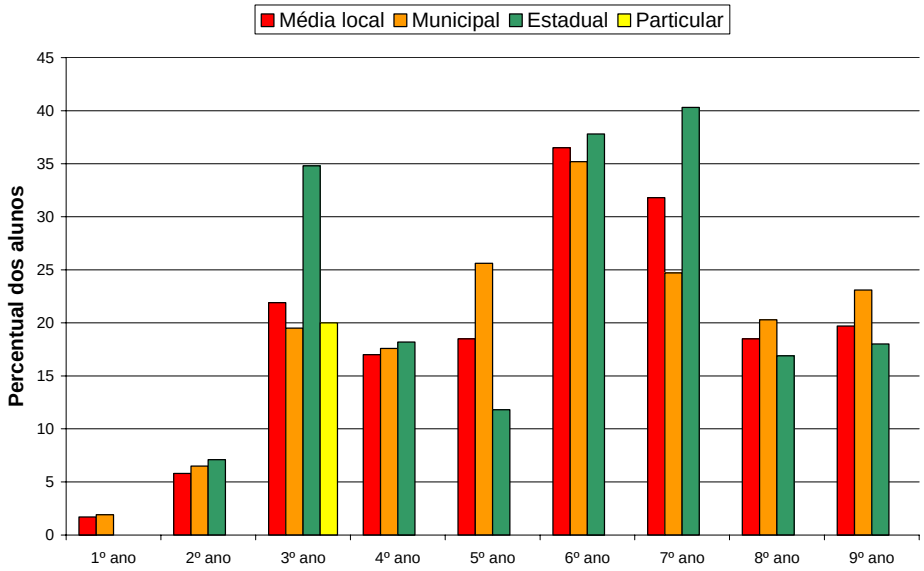
O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série entre 2005 e 2010:

*Gráfico 8: Evolução da taxa de distorção série-idade - Ensino Fundamental – Total – 2005 a 2010*



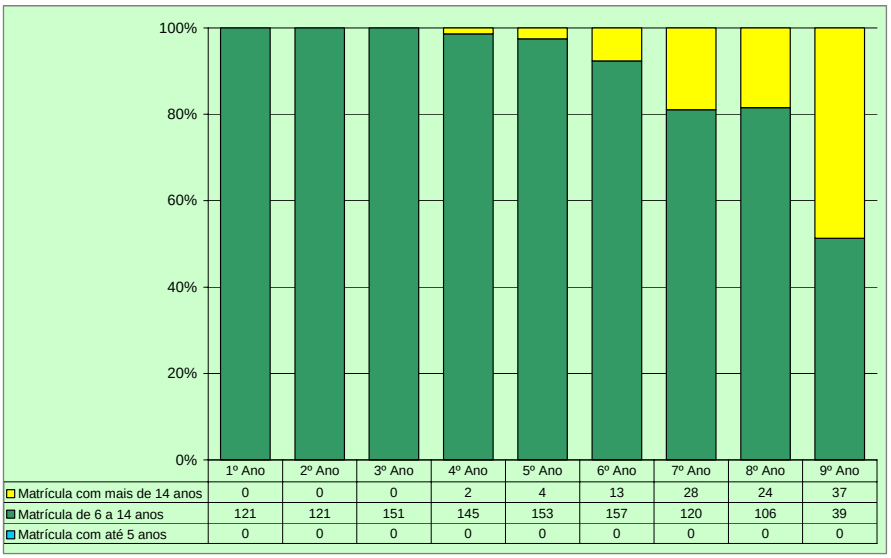

Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos, isso representa evasão escolar. Em 2010, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

*Gráfico 9: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2010*



A decorrência principal da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 14 anos já a partir da 5ª série antiga (atual 6º ano), como ilustra o gráfico a seguir, referente a 2010:

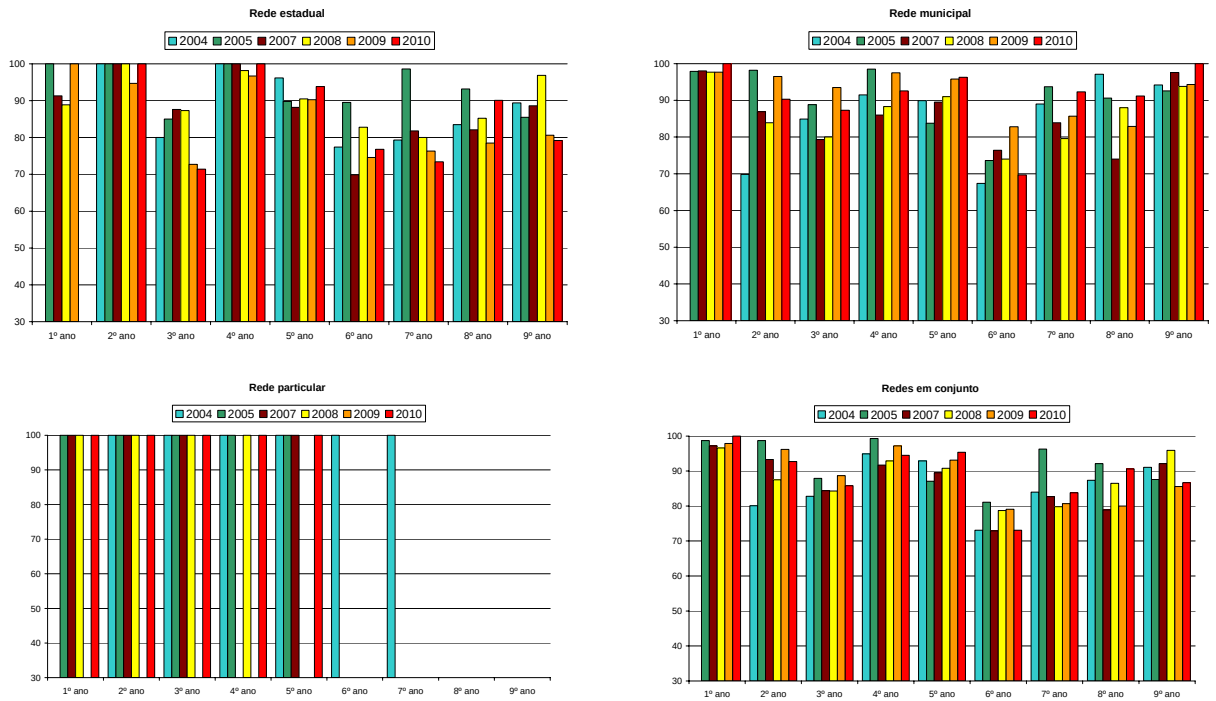
*Gráfico 10: Faixa de idade por série – Ensino Fundamental – Total – 2010*




| | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5º Ano | 6º Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9º Ano |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Matrícula com mais de 14 anos | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | 13 | 28 | 24 | 37 |
| Matrícula de 6 a 14 anos | 121 | 121 | 151 | 145 | 153 | 157 | 120 | 106 | 39 |
| Matrícula com até 5 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

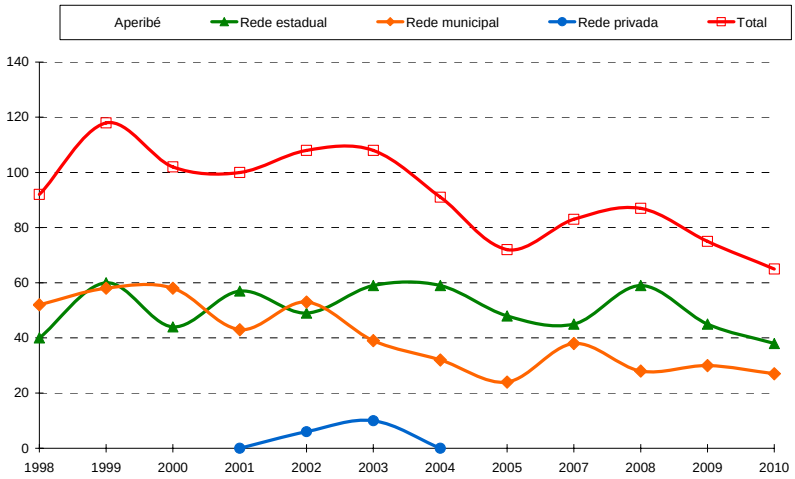
Os indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 2004 e 2010, apresentados nos gráficos a seguir, são ilustrativos do baixo rendimento da rede pública e da hegemonia de aprovação na rede particular.

*Gráfico 11: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2004 a 2010*



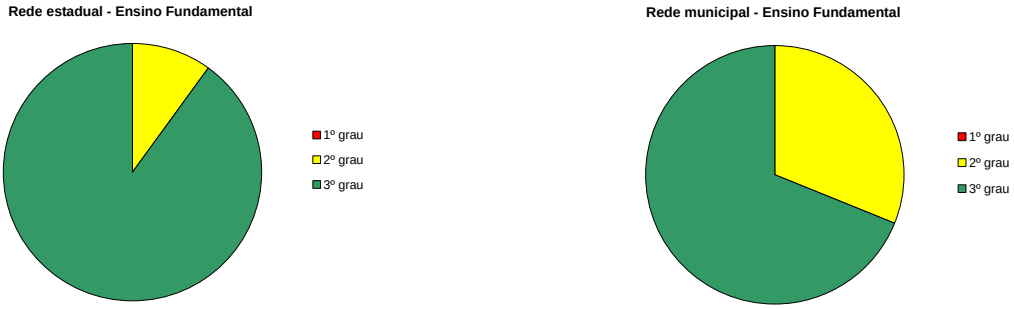
O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Aperibé. De um total de 92 em 1998 para 65 formandos em 2010, houve variação de -29% no período.

*Gráfico 12: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 1998 a 2010*




Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2010. Em princípio, todos os professores deveriam ter 3º grau.

*Gráfico 13: Formação dos professores – Ensino Fundamental – Rede pública – 2010*




No **Ensino Médio**, Aperibé apresenta o panorama abaixo:

*Tabela 18: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 3 | 67 | 570 | 8,5 | 13,3 |
| 06 | 3 | 54 | 549 | 10,2 | 13,2 |
| 07 | 3 | 63 | 526 | 8,3 | 15,8 |
| 08 | 3 | 63 | 447 | 7,1 | 12,8 |
| 09 | 3 | 50 | 369 | 7,4 | 13,9 |
| 10 | 2 | 43 | 368 | 8,6 | 13,9 |

O número de matrículas oscilou em -35% no período de 2005 a 2010, com variação de -36% no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

A rede municipal de Aperibé não oferece Ensino Médio. Especificamente da rede estadual, com 100% do volume de matrículas em 2010, o quadro que se apresenta é o seguinte:

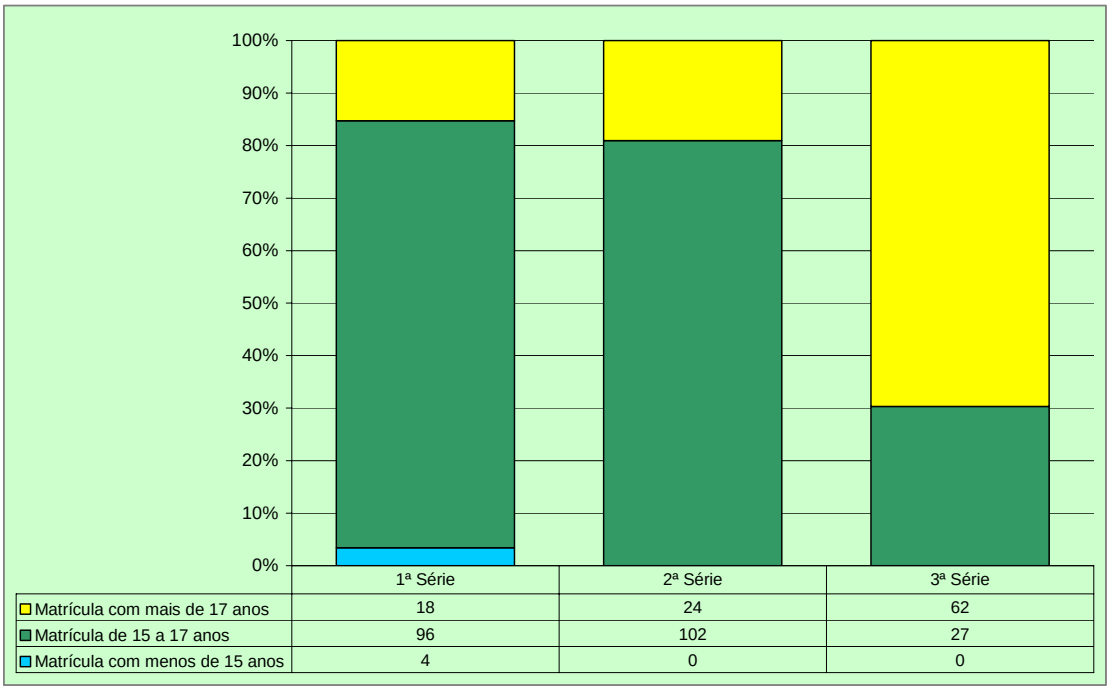
*Tabela 19: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede estadual – 2005 a 2010*

| Ano | Nº de Unidades | Nº de professores | Nº de matrículas | Rateio alunos/ professor no município | Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 2 | 51 | 340 | 6,7 | 15,2 |
| 06 | 2 | 37 | 346 | 9,4 | 15,1 |
| 07 | 2 | 37 | 360 | 9,7 | 18,6 |
| 08 | 2 | 45 | 388 | 8,6 | 15,1 |
| 09 | 2 | 43 | 350 | 8,1 | 16,2 |
| 10 | 2 | 43 | 368 | 8,6 | 15,1 |

Houve variação de 8% na quantidade de alunos matriculados no período, contra mudança de -16% no quadro de professores.

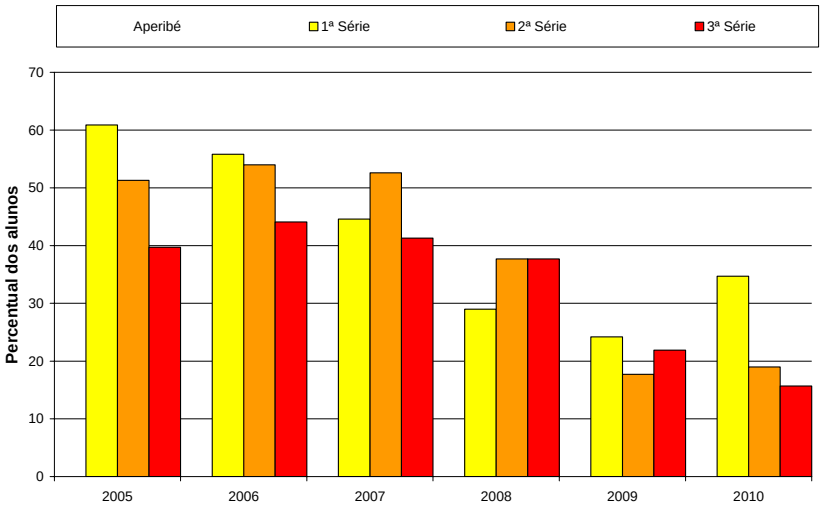
Novamente, a decorrência da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 17 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

*Gráfico 14: Faixa de idade por série – Ensino Médio – Total – 2010*



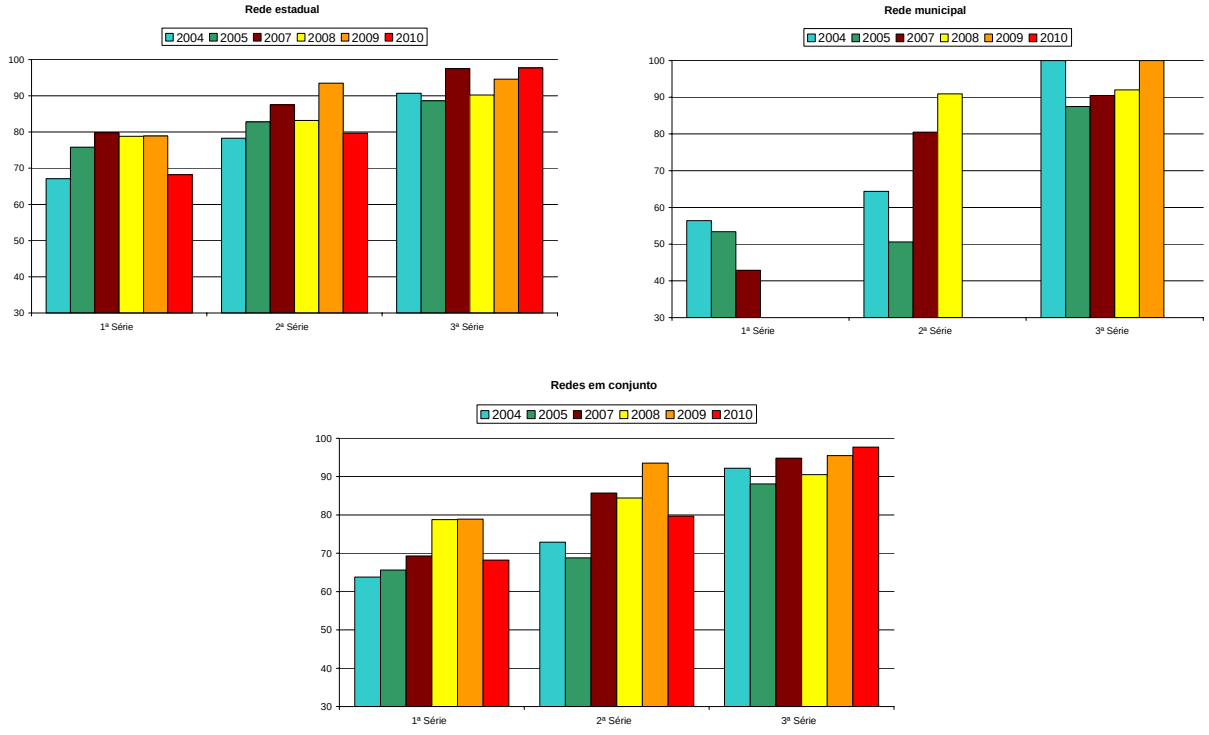
O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série entre 2005 e 2010:

*Gráfico 15: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – Total – 2005 a 2010*



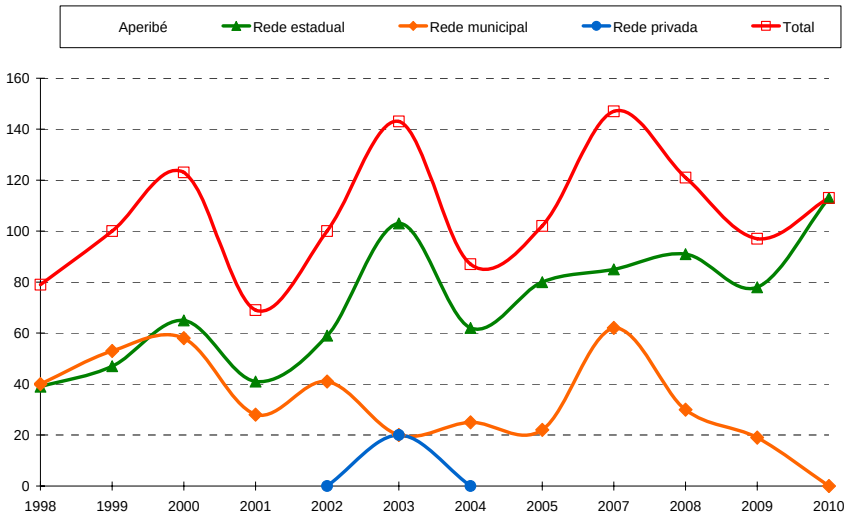

A comparação dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 2004 e 2010, é apresentada nos gráficos a seguir:

*Gráfico 16: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes – 2004 a 2010*



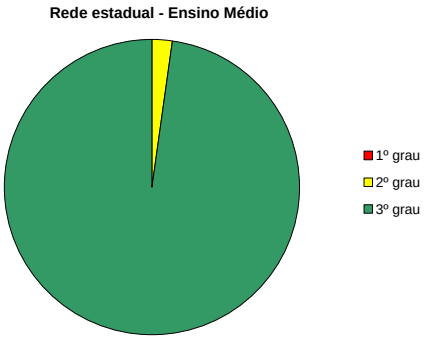

O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 79 em 1998, passando para 113 em 2010, com variação de 43% nesse período de doze anos.

*Gráfico 17: Concluintes do Ensino Médio – 1998-2010*




A formação específica do corpo docente da rede pública do Ensino Médio é apresentada a seguir:

*Gráfico 18: Formação dos professores – Ensino Médio – Rede pública – 2010*




No Ensino de Jovens e Adultos, Aperibé teve um total de 696 alunos matriculados em 2009, sendo 98% na rede estadual e 2% na municipal.

O município de Aperibé não tinha nenhum curso de graduação no ensino superior em 2009 [21].

## Saúde

A atenção à saúde no Estado do Rio de Janeiro obedece a uma regionalização para escalonar o nível de atendimento ao cidadão, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média a alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Todo o sistema segue uma programação que deve ser integrada e objeto de um pacto entre as diversas secretarias

21 - Os dados referentes ao Ensino Superior têm defasagem de um ano a mais em sua divulgação.

de saúde envolvidas. A regionalização é responsável por estruturar e regular esse processo de descentralização das ações e serviços de saúde.

*Gráfico 19: Regionalização da saúde – Estado do RJ – 2010*

A estratégia de gestão do Sistema Único de Saúde – SUS inclui a Rede de Centrais de Regulação do Estado do Rio de Janeiro – RCR/RJ, que tem por missão agilizar e qualificar o acesso do cidadão aos serviços e ações de alta e média complexidade. A implementação se deu por etapas. O primeiro ciclo (1999 a 2002) foi dedicado ao planejamento e pactuação do desenho da rede, após o estudo do fluxo dos pacientes no estado e da capacidade instalada, bem como a identificação de municípios-polo. Fez parte dessa etapa a organização da infraestrutura local e de comunicação das centrais de regulação, bem como a execução de concurso público pela antiga Secretaria de Estado de Saúde – SES.

O segundo ciclo de evolução da RCR/RJ (2003-2005) caracterizou-se por concentrar esforços no fortalecimento do processo de regulação através da adoção de quatro estratégias complementares: efetivação da regionalização da rede; constituição do arcabouço jurídico-institucional; incorporação escalonada de leitos/internações por especialidade à luz dos protocolos pactuados; e constituição do Núcleo Interno de Regulação em cada unidade hospitalar pública, das três esferas de governo.

Marco jurídico-institucional foi a Deliberação nº 203, de novembro de 2005, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que aprovou a expansão escalonada de leitos/internações por especialidade na RCR/RJ, iniciada, no mesmo mês, pelas internações de obstetrícia e pediatria, gestações de alto risco e UTI neonatal. No mês seguinte, foram reguladas internações de pacientes de primeira vez em atenção hematológica e aquelas referidas à rede de alta complexidade e à saúde mental. A partir

de março de 2006, foram reguladas ações de saúde auditiva e clínica médica. Desde 2005, foram estabelecidas as funções das centrais de regulação; o fluxo da informação; as atribuições dos profissionais da rede de centrais e dos núcleos de regulação das demais unidades de saúde; e a padronização dos procedimentos operacionais.

A trajetória da regionalização ganhou nova força no ano de 2007 com a adesão do estado ao Pacto pela Saúde descrito adiante, seguido por muitos municípios no decorrer dos anos. Em 2009, foram realizados seminários e oficinas de planejamento regional, fundamentais para pactuar uma nova configuração das regiões de saúde e criar os Colegiados de Gestão Regional.

**Pacto pela Saúde**

Iniciado em 2006, o Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais ajustado entre União, estados e municípios com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS, ao mesmo tempo em que redefine as responsabilidades de cada gestor. A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG que substitui os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (Atenção Básica; Média e Alta Complexidade da Assistência; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de cem rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

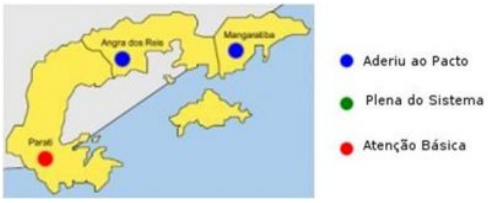
Com o pacto, altera-se a lógica do processo de habilitação dos entes federados. Não há mais a divisão entre município/estado habilitado e não habilitado. Todos passam a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. No Pacto pela Vida (uma das três partes em que está dividido o Pacto pela Saúde) são enumeradas prioridades básicas que os três níveis de governo devem perseguir, com metas e indicadores para avaliação anual. A agenda de atividades prioritárias busca a atenção integral à saúde do idoso; ao controle do câncer de colo de útero e de mama; à redução da mortalidade materna e infantil; ao fortalecimento da atenção básica; à promoção da saúde; e ao reforço de ações para o controle de emergências e endemias com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.

Cabe aos governos estaduais e municipais construir as ações necessárias para cumprimento das metas, de acordo com a realidade local. Prioridades estaduais e municipais também poderão ser agregadas à agenda nacional. Os novos pactos avançam na efetivação do controle social ao determinar que os gestores das três esferas de governo assumam publicamente suas responsabilidades. Os TCGs, que devem ser aprovados nos respectivos Conselhos de Saúde, implicam a qualificação dos processos de planejamento, programação e avaliação das políticas de saúde.

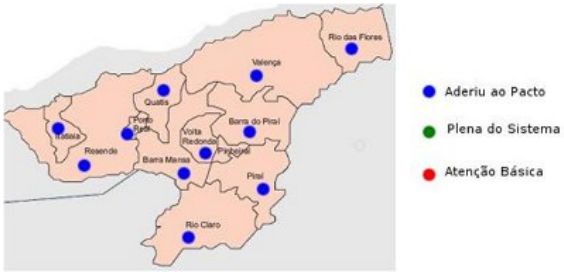
O Pacto pela Saúde, conforme já examinado em edição anterior deste Estudo Socioeconômico, divide-se em Pacto pela Vida, que define as prioridades para o SUS; Pacto em Defesa do SUS, que propõe uma agenda de repolitização do SUS com a sociedade e a busca de financiamento adequado; e Pacto de Gestão, que estabelece as diretrizes e redefine as responsabilidades de gestão em função das necessidades de saúde da população e da busca de equidade social.

No Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010, somente 48 dos 92 municípios haviam aderido ao Pacto de Gestão. O município do Rio de Janeiro, que forma uma região independente, aderiu ao Pacto pela Saúde em abril de 2010. As demais regiões são apresentadas com os mapas ilustrativos que se seguem.

A Região da Baía da Ilha Grande é composta por apenas três municípios. Angra dos Reis e Mangaratiba aderiram ao Pacto pela Saúde, respectivamente, em agosto e outubro de 2009. Paraty segue apenas na Gestão da Atenção Básica.

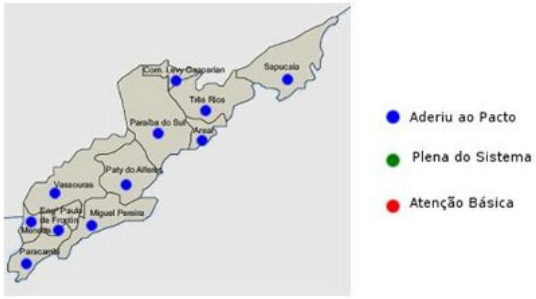



Todos os municípios da Região do Médio Paraíba aderiram em bloco ao Pacto pela Saúde em janeiro de 2008. Essa região, fronteiriça aos estados de São Paulo, a leste, e Minas Gerais, a norte, é formada por um bloco de 12 entes.

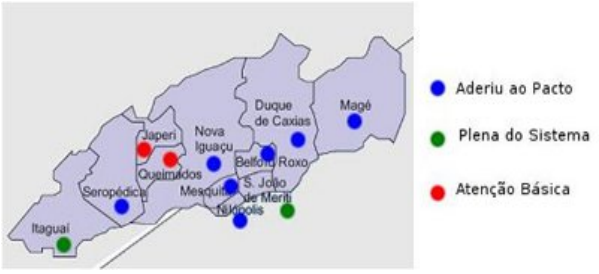



A adesão dos onze municípios da Região Centro Sul Fluminense ao Pacto pela Saúde aconteceu de forma gradativa, entre janeiro de 2008 e outubro de 2010.

Apesar de Paracambi ser habilitado em Gestão Plena do Sistema, foi o último município a aderir ao pacto na região.

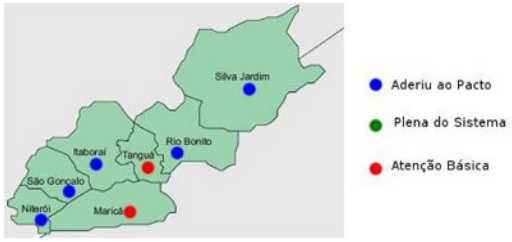



A Região Metropolitana I é formada por onze municípios. À exceção de Japeri e Queimados, que seguem habilitados na Gestão da Atenção Básica, e Itaguaí e São João de Meriti, na Gestão Plena do Sistema, os demais aderiram ao Pacto pela Saúde entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010.

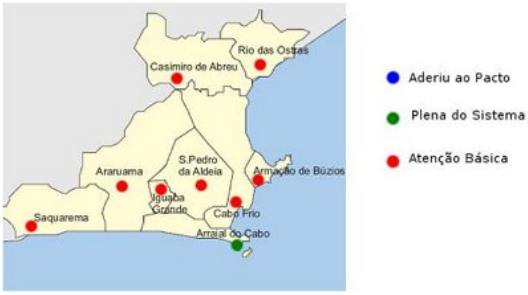


# APERIBÉ

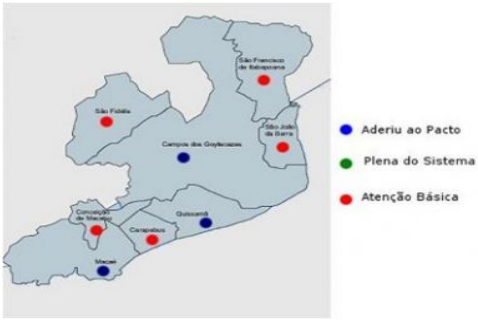
Na Região Metropolitana II, somente Maricá e Tanguá permanecem com Gestão da Atenção Básica. Os demais municípios aderiram ao Pacto pela Saúde entre março de 2008 e dezembro de 2010.



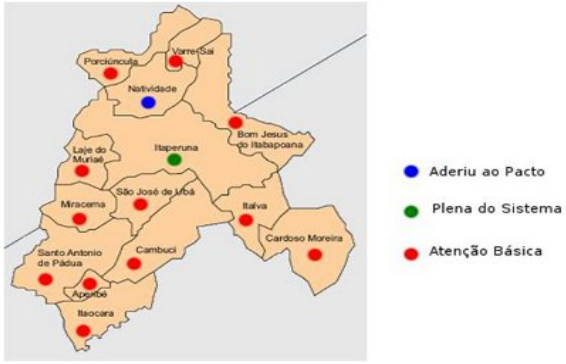

Dos nove municípios da Região Baixada Litorânea, nenhum aderiu ao Pacto pela Saúde. Cabe ressaltar que Arraial do Cabo é habilitado em Gestão Plena do Sistema desde 1999 e os demais municípios têm apenas Gestão da Atenção Básica.



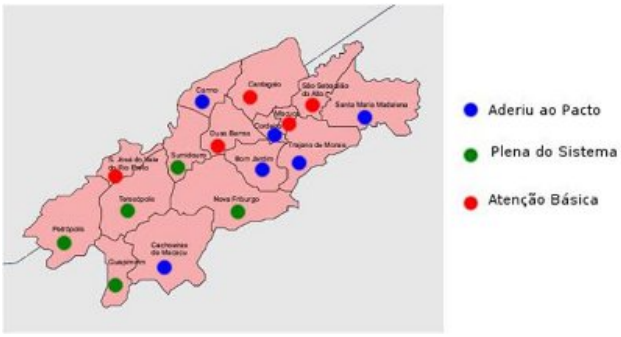

Dos oito municípios da Região Norte, apenas Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé aderiram ao Pacto pela Saúde, entre março de 2009 e dezembro de 2010. Os demais municípios são habilitados apenas em Gestão da Atenção Básica.




Dos municípios da Região Noroeste, apenas Natividade aderiu ao Pacto pela Saúde (em março de 2009). Itaperuna segue habilitada em Gestão Plena do Sistema e os demais municípios, em Gestão da Atenção Básica. Essa região, fronteiriça aos estados de Minas Gerais, a oeste, e Espírito Santo, a nordeste, é formada por um bloco de 14 entes.




Dos 16 municípios da Região Serrana, seis aderiram ao Pacto pela Saúde entre junho de 2009 e novembro de 2010: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carmo, Cordeiro, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes. Cinco permanecem com Gestão Plena do Sistema: Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis. Os demais são habilitados apenas na Gestão da Atenção Básica.



**Atenção básica da saúde**

A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde. O Programa Saúde da Família – PSF, aliado ao dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e ao das Equipes de Saúde Bucal – ESB, é compreendido como a estratégia principal para mudança do antigo modelo, superando a antiga proposição de caráter exclusivamente centrado na doença para uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde.

O governo federal obteve recursos do Banco Mundial para o Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF, que prevê a conversão do modelo de atenção básica à saúde nos grandes centros urbanos para a estratégia de Saúde da Família. Esse será o eixo de estruturação da porta de entrada do sistema e de viabilização de rede de serviços de suporte. Engloba também outros níveis de complexidade, para assegurar assistência integral aos usuários. Prevê ações e recursos nas áreas de modernização institucional; adequação da rede de serviços; fortalecimento dos sistemas de avaliação e informação; capacitação de recursos humanos; estruturação e implementação de metodologias para monitoramento e avaliação de processo e desempenho

O trabalho desenvolvido pelo PSF e pelos ACS (cidadãos da própria comunidade que são treinados para realizar visitas domiciliares e orientar as famílias) busca levar a cada domicílio o acesso ao tratamento e à prevenção das doenças. Essas equipes vão até a casa das pessoas, evitando deslocamentos desnecessários às unidades de saúde, e, juntos, procuram as melhores soluções para enfrentar os desafios locais antes que os problemas se instalem de modo mais grave. Tais procedimentos têm como objetivo atuar nos momentos iniciais da transmissão de doenças, assim como sobre os riscos sanitários, ambientais e individuais. Ao estabelecer esses vínculos com a comunidade, cada equipe deve elaborar um plano para enfrentar os principais problemas detectados e trabalhar para desenvolver a educação de saúde preventiva, promovendo a qualidade de vida dos habitantes daquela área.

A equipe do PSF é multiprofissional, composta por, no mínimo, um médico, um enfermeiro de saúde pública, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. Cada equipe trabalha em áreas de abrangência definida, por meio do cadastramento e do acompanhamento de um número determinado de famílias. Cada Equipe de Saúde da Família – ESF acompanha de 600 a 1.000 famílias, com limite máximo de 4.500 pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde acompanha até o máximo de 150 famílias ou 450 pessoas.

A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou uma reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, esse cuidado passa a exigir a conformação de outras equipes de trabalho para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial. Existem dois tipos de Equipe de Saúde Bucal, quais sejam: ESB Modalidade I, composta por Cirurgião-Dentista e Auxiliar de Consultório Dentário; e ESB Modalidade II, que incorpora, também, um Técnico em Higiene Dental.

A tabela a seguir demonstra a evolução dessa política nos últimos oito anos no conjunto do estado e aponta para a dificuldade que existe em implantar essa estratégia, sempre muito aquém do que está credenciado pelo Ministério da Saúde – MS e com insuficiente nível de cobertura:

*Tabela 20: Evolução do Programa Saúde da Família – 2003-2010*

| Dezembro de cada Ano | Agentes Comunitários de Saúde | | | | Equipe de Saúde da Família | | | | Equipe de Saúde Bucal | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Modalidade I | | Modalidade II | |
| | Nº de Municípios com ACS | Credenciados pelo Ministério da Saúde | Implantados | Proporção de cobertura populacional estimada | Nº de Municípios com eSF | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Implantadas | Proporção de cobertura populacional estimada | Nº de Municípios com eSB | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Implantadas | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Implantadas |
| 2003 | 86 | 11.718 | 52% | 23% | 80 | 1.823 | 47% | 19% | 27 | 93 | 92% | 7 | 86% |
| 2004 | 87 | 13.042 | 56% | 27% | 80 | 2.027 | 50% | 23% | 32 | 243 | 69% | 44 | 55% |
| 2005 | 88 | 13.329 | 61% | 30% | 85 | 2.083 | 57% | 27% | 48 | 359 | 79% | 93 | 32% |
| 2006 | 89 | 14.197 | 64% | 33% | 86 | 2.198 | 60% | 29% | 61 | 493 | 82% | 108 | 47% |
| 2007 | 87 | 14.617 | 58% | 31% | 85 | 2.237 | 58% | 28% | 62 | 590 | 74% | 73 | 62% |
| 2008 | 91 | 14.790 | 67% | 35% | 89 | 2.266 | 64% | 31% | 67 | 611 | 83% | 75 | 72% |
| 2009 | 90 | 15.337 | 67% | 36% | 88 | 2.342 | 63% | 31% | 69 | 651 | 82% | 82 | 68% |
| 2010 | 91 | 15.544 | 73% | 39% | 90 | 2.365 | 69% | 34% | 74 | 911 | 71% | 198 | 45% |

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

A implementação dessa estratégia preventiva no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Ministério da Saúde, até finais de 2010, ainda não havia se consolidado: existe um município (Campos dos Goytacazes) que não possui ACS nem ESF, e há outros 18 que não dispõem de ESB. Os desafios que se impõem para um melhor andamento dessa política de saúde pública vão desde a precarização dos processos de seleção e recrutamento, bem como das relações de trabalho, com baixos salários, carga horária excessiva e contratações instáveis, e passam pela falta de entrosamento e capacitação dos agentes comunitários de saúde e dos demais componentes das equipes, culminando com a demanda excessiva e com a reversão da ênfase inicialmente proposta: de preventiva e promotora da saúde para tão somente curativa.

Aperibé, ao final de 2010, apresentava o seguinte quadro:

*Tabela 21: Situação do Programa Saúde da Família – 2010*

| Agentes Comunitários de Saúde | | | | Equipe de Saúde da Família | | | | Equipe de Saúde Bucal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | Modalidade I | | Modalidade II | |
| Teto | Credenciados pelo Ministério da Saúde | Implantados | Proporção de cobertura populacional estimada | Teto | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Implantadas | Proporção de cobertura populacional estimada | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Implantadas | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Implantadas |
| 24 | 23 | 100% | 100% | 4 | 4 | 100% | 100% | 4 | 100% | 0 | 0% |

Ainda no âmbito da atenção básica, o número de casos diagnosticados da doença do bacilo de Koch (*mycobacterium tuberculosis*), que ataca os pulmões, diminuiu no estado: de 15.277 em 2005 para 13.611 em 2008. Todavia, nesse ano, as maiores incidências estavam nos estados do Rio de Janeiro e Amazonas. Se o tuberculoso tomar as medicações corretamente, as chances de cura são elevadas. A preocupação da Organização Mundial de Saúde – OMS, todavia, é com o abandono do tratamento, pois os sintomas desaparecem e os bacilos podem se tornar resistentes, caso o uso da medicação seja interrompido e, depois, retomado. A tuberculose resistente pode desencadear uma nova forma da doença, potencialmente incurável. No ano de 2009, foram notificados (ainda sujeitos a revisão) 14.858 casos novos no RJ, a maioria na Região Metropolitana, caindo para 4.712 em 2010 (até agosto [22]).

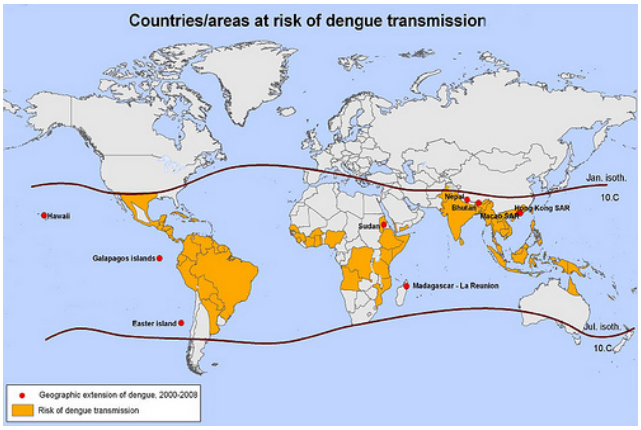
A doença do bacilo de Hansen (*mycobacterium leprae*), que ataca normalmente a pele, os olhos e os nervos, tem cura, e também teve redução no estado: de 3.047 casos diagnosticados em 2005 para 2.382 em 2008. O número de casos de hanseníase no Estado do Rio de Janeiro cai a cada ano. Em 2010, foram notificados 1.866 casos, contra os 2.316 registrados em 2009 (ainda sujeitos a revisão) [23]. Nesse caso, o tratamento é 100% eficiente se mantido do começo ao fim.

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A Organização Mundial de Saúde – OMS estima que 50 milhões de pessoas são infectadas anualmente em mais de 100 países de todos os continentes, exceto Europa. Não há tratamento específico para a doença, mas uma atenção médica apropriada salva com frequência a vida dos pacientes acometidos da forma mais grave – a dengue hemorrágica. A falta de um antiviral pode ser compensada pela aplicação de um conjunto de conhecimentos que classificam o paciente de acordo com seus sintomas e a fase da doença, permitindo assim reconhecer precocemente os sinais de alerta, iniciando a tempo o tratamento adequado e possível.

No mundo, cerca de 500 mil doentes graves, em grande parte crianças, necessitam de hospitalização a cada ano, e um pequeno percentual dos afetados vem a falecer em decorrência da doença, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. A figura ilustra as áreas de risco de transmissão da dengue entre 2000 e 2008, conforme a OMS.

22 - Mais informações em http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/tuberculose/bases/tubercbrnet.def. Acesso em 24.3.11.
23 - Mais informações em http://www.saude.rj.gov.br/imprensa-noticias/6458-estado-registra-queda-no-numero-de-casos-de-hanseniase e http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/hanseniase/bases/Hansbrnet.def. Acesso em 24.3.11.

*Gráfico 20: Distribuição espacial da incidência de casos de no mundo – 2000-2008*

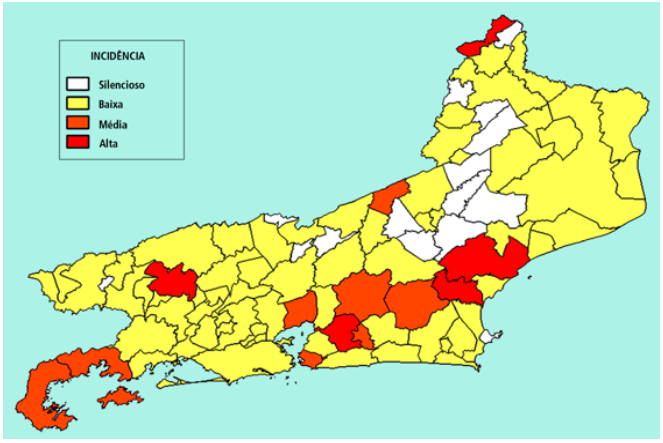



De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC, o Estado do Rio de Janeiro notificou 255.818 casos de dengue em 2008, com 252 óbitos confirmados. O recorde foi em 2002, quando mais de 288 mil casos foram notificados. Os números caíram significativamente até 2005, com apenas 2.580 casos, mas reagiram novamente para 31 mil e 66 mil ocorrências, respectivamente, nos anos seguintes. Após o pico de 2008, caíram para 12.636 os casos notificados no RJ em 2009.

Dados preliminares divulgados pela imprensa [24] sobre o avanço da dengue no Brasil mostram que o ano de 2010 apresentou mais que o triplo de notificações na comparação com 2009. Foram 999.688 relatos da doença no ano passado, contra 323.876 no ano anterior. Segundo o MS, os dados para 2010 são preliminares. A Região Sudeste teria apresentado o maior número de notificações no ano passado. Foram 473.994 relatos da doença, contra 106.942 no ano anterior.

Os dez municípios que registraram os maiores números de casos em 2008 foram: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis, Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Itaboraí. Esses municípios corresponderam a 86% do total dos casos notificados, mais da metade no município do Rio de Janeiro. Em 2009, o quadro mudou bastante. O mapa abaixo é autoexplicativo:

*Gráfico 21: Distribuição espacial da incidência de casos de dengue por município no Estado Rio de Janeiro – 2009*



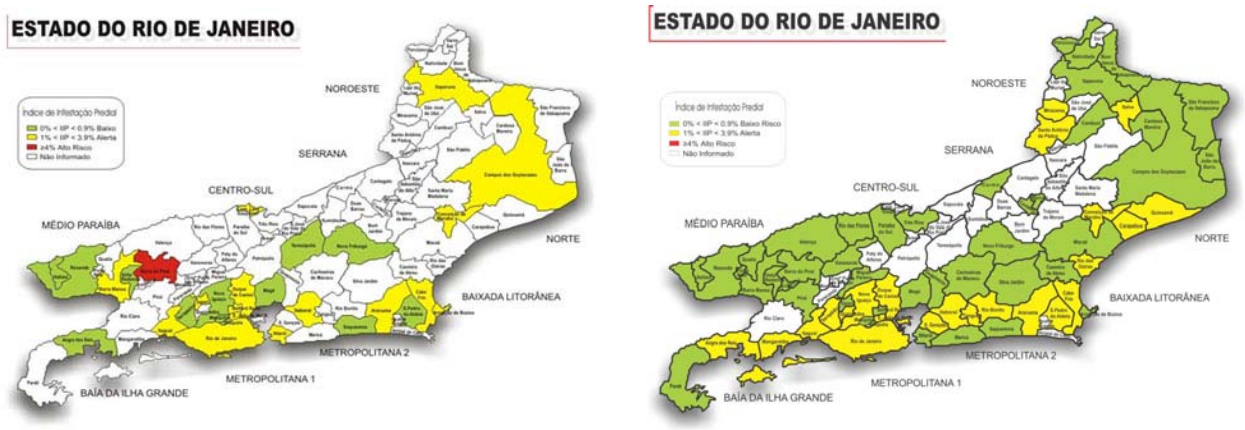

24 - Mais informações em http://g1.globo.com/luta-contra-a-dengue/noticia/2011/02/notificacoes-de-dengue-mais-que-triplicam-em-2010-aponta-ministerio.html. Acesso em 15.3.11.

Em 2010, as cidades com maior incidência teriam sido Porciúncula, Casimiro de Abreu, Tanguá, Macaé, Rio de Janeiro, Itaboraí e Campos dos Goytacazes. O quadro da evolução da doença, por município e região de saúde, mês a mês, já pôde ser acessado no sítio da SESDEC [25] na internet. Atualmente, nem no sítio dedicado http://www.combatadengue.com.br é possível levantar esses dados [26].

As localidades consideradas mais vulneráveis à dengue vêm sendo inspecionadas pelo MS em todo o país. Dessas, vários estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro. A SESDEC treinou e está apoiando todos os municípios do estado para a realização sistemática do Levantamento do Índice Rápido de Infestação por Aedes aegypti – LIRAa.

Um total de 30 municípios realizou o LIRAa em outubro de 2008, saltando para 67 no mesmo mês de 2010. O levantamento realizado nesse ano mostra que 23 municípios (em amarelo no mapa) estão em alerta para risco de ocorrência de surto ou epidemia e que os demais 44 estão em situação de baixo risco. Esses resultados correspondem aos índices médios dos municípios, não significando que, em cada um, não possam ser encontradas áreas de alto ou médio risco. As figuras que seguem ilustram o quadro:

*Gráfico 22: Levantamento do Índice Rápido de Infestação por Aedes aegypti – LIRAa – Estado do RJ – Outubro 2008 e outubro 2010*




No primeiro semestre de 2011, o Estado do Rio de Janeiro contabilizou 107 mortes causadas pela dengue [27]. O município da Capital apresentou o maior número de óbitos, 36 no período. De acordo com um boletim divulgado pela Secretária Estadual de Saúde, entre os dias 2 de janeiro e 25 de junho foram notificados 142.147 casos suspeitos da doença, sendo 5.686 em janeiro; 17.518 em fevereiro; 32.275 em março; 50.821 em abril, 31.848 em maio e 3.999 em junho, com tendência de queda para os meses seguintes.

25 - Encontrada uma planilha até 2009 (incompleta) em http://www.saude.rj.gov.br/fesp-2008/lista-de-convocacaoc-fesp-2008/doc_download/2341-quadro-demonstrativo-dos-casos-not-dengue-por-municipio-86-a-2009. Encontrado um boletim mais completo em http://www.saude.rj.gov.br/servicos-vigiliancia-em-saude/vigilancia-em-saude-vigilancia-epidemiologica-e-ambiental/6482-boletim-epidemiologico-e-ambiental-2009-2010. Acessos em 15.3.11.
26 - Disponíveis em http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/dengue/bases/denguebrnet.def com atualização somente até agosto de 2010. Acesso em 24.3.11.
27 - Mais informações em http://www.combateadengue.com.br/category/noticias-dengue/ e http://www.combateadengue.com.br/estado-registra-107-mortes-causadas-por-dengue/. Último acesso em 3.8.2011.

Além da Capital, foram registrados óbitos nas seguintes cidades: Angra dos Reis (4), Barra Mansa (3), Belford Roxo (2), Bom Jesus de Itabapoana (1), Cabo Frio (1), Campos dos Goytacazes (3), Casemiro de Abreu (1), Duque de Caxias (9), Itaboraí (1), Italva (1), Itaocara (2), Itaperuna (1), Japeri (1), Magé (2), Maricá (2), Mesquita (2), Nova Iguaçu (8), Paraíba do Sul (1), Pinheiral (1), Rio das Ostras (3), São Gonçalo (9), São João do Meriti (5), São José do Vale do Rio Preto (1), São Pedro da Aldeia (1), Valença (2) e Volta Redonda (4).

No mesmo período – de janeiro a junho – de 2010, haviam sido registradas 31 mortes em todo o estado e 21.346 casos da doença, A epidemia de dengue anterior ocorrera em 2008, com mais de 250 mil casos e 255 mortes. Em 2002, foram quase 290 mil casos, com 91 mortes.

## Saúde no município

Os dados a seguir [28], coletados no sistema Datasus, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em Aperibé.

*Tabela 22: Estabelecimentos por tipo – Município – Dez 2010*

| Estabelecimentos por tipo | Quantidade |
|---|---|
| Central de regulação de serviços de saúde | 0 |
| Centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica | 0 |
| Centro de atenção psicossocial | 0 |
| Centro de apoio à saúde da família | 0 |
| Centro de parto normal | 0 |
| Centro de saúde/unidade básica de saúde | 4 |
| Clínica especializada/ambulatório especializado | 1 |
| Consultório isolado | 1 |
| Farmácia com medicamento excepcional e programa Farmácia Popular | 0 |
| Hospital-dia | 0 |
| Hospital especializado | 0 |
| Hospital geral | 1 |
| Policlínica | 1 |
| Posto de saúde | 2 |
| Unidade de pronto atendimento | 0 |
| Pronto-socorro especializado | 0 |
| Pronto-socorro geral | 0 |
| Unidade mista – atendimento 24h; atenção básica, internação/urgência | 0 |
| Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia | 0 |
| Unidade de vigilância em saúde | 1 |
| Unidade móvel pré-hospitalar urgência/emergência | 0 |
| Unidade móvel terrestre | 0 |

28 - Os indicadores na área da saúde são inúmeros e podem ser encontrados no sítio http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm, que gera os Cadernos de Informação de Saúde, ou na Sala de Situação em Saúde (http://189.28.128.178/sage/), ambos do Ministério da Saúde, bem como nos Retratos Municipais da SESDEC, em http://www.saude.rj.gov.br/retratos/RetratosMunicipais/index.html.

*Tabela 23: Distribuição de leitos hospitalares – Município – Dez 2010*

| Descrição | Quantidade existente | % à disposição do SUS |
|---|---|---|
| Cirúrgico | 5 | 100% |
| Clínico | 20 | 100% |
| Obstétrico | 5 | 100% |
| Pediátrico | 5 | 100% |
| Outras especialidades | 0 | 0% |
| Hospital-dia | 0 | 0% |

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A tabela seguinte apresenta um resumo do quadro local:

*Tabela 24: Recursos Físicos - Equipamentos – Município – Dez 2010*

| Descrição | Quantidade em uso | % à disposição do SUS |
|---|---|---|
| Diagnóstico por imagem | 4 | 100% |
| Infrestrutura | 1 | 100% |
| Métodos ópticos | 1 | 100% |
| Métodos gráficos | 1 | 100% |
| Manutenção da vida | 32 | 31% |
| Odontologia | 14 | 100% |
| Outros | 0 | 0% |

Os recursos humanos disponíveis para a população de Aperibé são os seguintes:

*Tabela 25: Recursos Humanos - Ocupações – Município – Dez 2010*

| Ocupação do profissional | Quant. | SUS | Ocupação do profissional | Quant. | SUS |
|---|---|---|---|---|---|
| Anestesista | 2 | 100% | Nutricionista | 1 | 100% |
| Assistente social | 2 | 100% | Odontólogo | 8 | 100% |
| Bioquímico/Farmacêutico | 3 | 100% | Pediatra | 1 | 100% |
| Cirurgião geral | 3 | 100% | Psicólogo | 4 | 100% |
| Clínico geral | 7 | 100% | Psiquiatra | 1 | 100% |
| Enfermeiro | 9 | 100% | Radiologista | 1 | 100% |
| Fisioterapeuta | 10 | 100% | Sanitarista | 0 | 0% |
| Fonoaudiólogo | 1 | 100% | Outras especialidades médicas | 3 | 100% |
| Ginecologista/Obstetra | 1 | 100% | Outras ocupações de nível superior | 0 | 0% |
| Médico de família | 2 | 100% | Total | 59 | 100% |

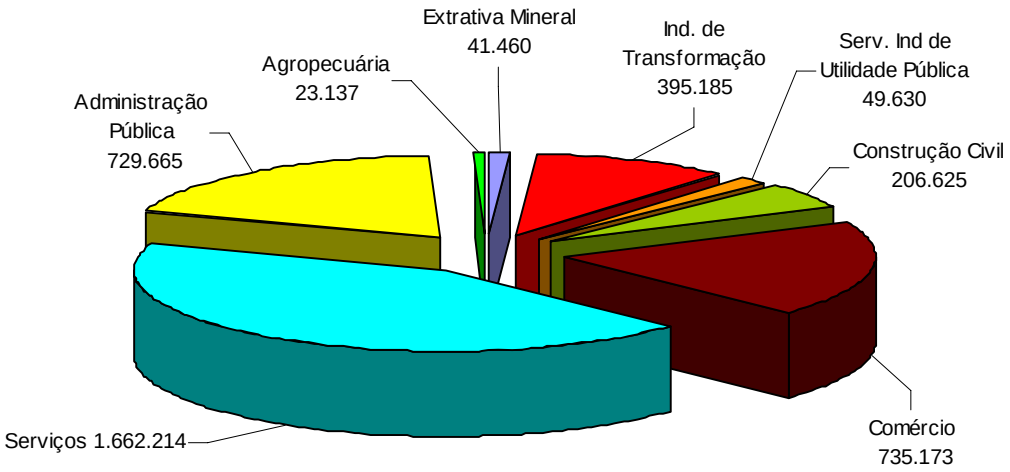
## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS [29], do Ministério do Trabalho, o ano de 2010, no Estado do Rio de Janeiro, registrou crescimento de 5,94% do emprego formal, decorrente da geração de 228,8 mil postos de trabalho, a terceira maior entre todas as unidades da federação, depois de São Paulo e Minas Gerais. O rendimento médio mensal do trabalhador fluminense, no período, passou de R$ 1.970,55 para R$ 2.016,44, um crescimento de 2,33%.

No país, o mercado de trabalho formal registrou 2,861 milhões de empregos adicionais, o melhor resultado da série histórica da RAIS, representando um crescimento da ordem de 6,94%.O rendimento real médio do trabalhador brasileiro apresentou elevação de 2,57%, como resultado dos aumentos nas remunerações médias recebidas pelos homens (2,62%) e pelas mulheres (2,54%).

Em dezembro de 2010, o número de empregos formais totalizava 4,1 milhões no Rio de Janeiro. A maior evolução foi observada no setor de serviços, que gerou 111,1 mil postos de trabalho (mais 6,68%), seguido de comércio, com 53,6 mil postos (7,29%), e indústria de transformação, com 37,3 mil postos (9,45%). O único setor que apresentou desempenho negativo foi indústria extrativa mineral, com redução de 8,2 mil postos de trabalho (16,46%). O estoque de empregos por setor é mostrado no gráfico a seguir.

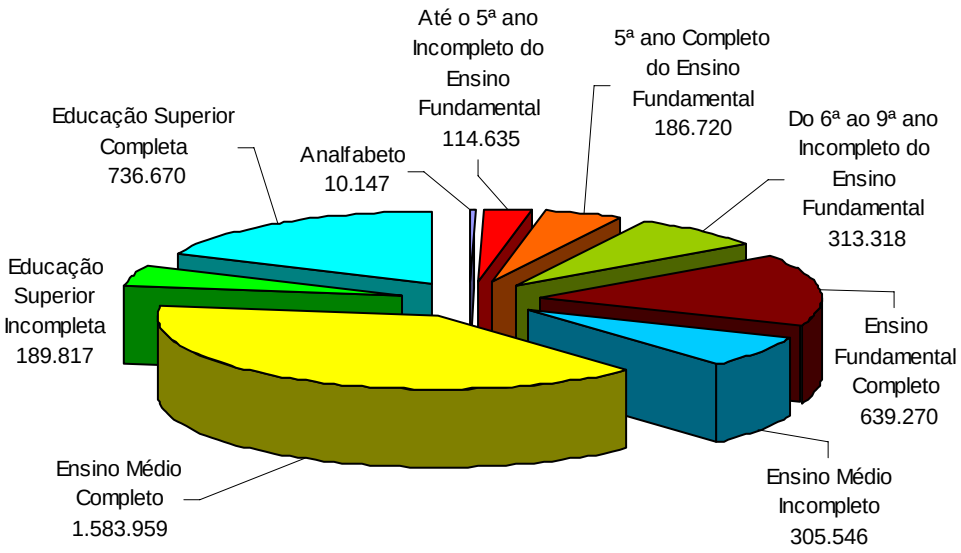
*Gráfico 23: Estoque de empregos formais por setor da economia fluminense – dez 2010*




Conforme o grau de instrução, os postos de trabalhos apresentam no estado a seguinte distribuição:

29 - Disponível http://www.mte.gov.br/rais/2010/rj.pdf. Acesso em 9.8.2011.

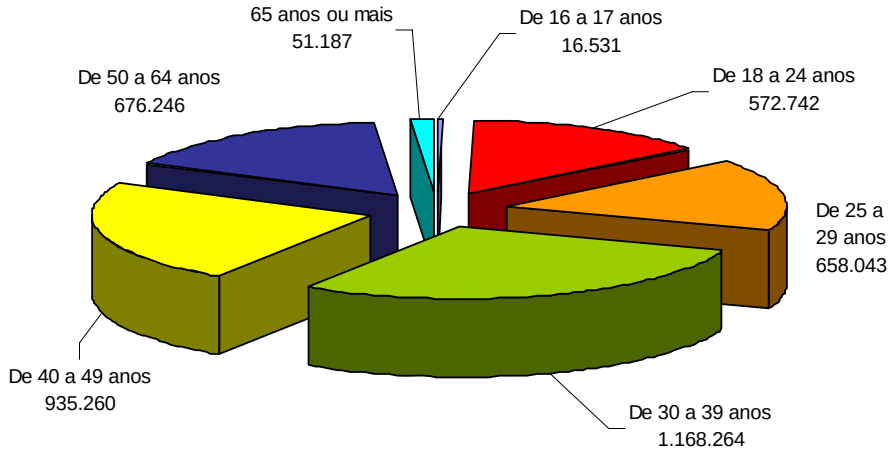
*Gráfico 24: Estoque de empregos formais da economia fluminense por grau de instrução – dez 2010*




Na comparação com o ano anterior, o maior crescimento observado (10,93%) refere-se aos trabalhadores com ensino médio completo. A maior redução foi para trabalhadores com o quinto ano completo do ensino fundamental, que tiveram um recuo de 4%. A RAIS promove ainda a comparação por gênero, revelando que a remuneração dos trabalhadores do sexo feminino cresceu mais que a do sexo masculino (2,94%, contra 2,01%), embora os homens ainda recebam, em valores absolutos, remunerações bem superiores às das mulheres em todos os graus de instrução considerados.

De acordo com a faixa etária, a distribuição dos empregos no estado é como segue:

*Gráfico 25: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária – dez 2010*




Em relação a dezembro de 2009, todas as faixas etárias apresentaram crescimento, com destaque para os trabalhadores de 16 a 24 anos (mais 19,31%), seguidos pelo grupo de 65 anos ou mais idade (11,45%).

Em seguida, é apresentada a informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED sobre o município em estudo, em comparação com sua microrregião, própria do Ministério do Trabalho para o Estado do Rio de Janeiro, a saber:

*Tabela 26: Microrregiões e seus municípios, conforme o CAGED*

| Microrregião CAGED | Municípios que dela fazem parte |
|---|---|
| Bacia de São João | Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim |
| Baía da Ilha Grande | Angra dos Reis e Paraty |
| Barra do Piraí | Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença |
| Campos dos Goytacazes | Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra |
| Cantagalo-Cordeiro | Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco |
| Itaguaí | Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica |
| Itaperuna | Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai |
| Lagos | Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema |
| Macacu-Caceribu | Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito |
| Macaé | Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã |
| Nova Friburgo | Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro |
| Santo Antônio de Pádua | Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua |
| Rio de Janeiro | Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá |
| Santa Maria Madalena | Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Morais |
| Santo Antônio de Pádua | Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá. |
| Serrana | Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis |
| Três Rios | Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios |
| Vale do Paraíba | Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda |
| Vassouras | Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras |

A evolução e a participação no número de empregos formais no município e na microrregião a que pertence encontram-se na tabela que se segue:

*Tabela 27: Evolução do mercado de trabalho, conforme o CAGED – Jan a dez 2010*

| Movimentação | Município | Microrregião |
|---|---|---|
| | Qt | Qt |
| Admissões | 294 | 4.451 |
| Desligamentos | 235 | 3.847 |
| Variação Absoluta | 59 | 604 |
| Variação Relativa | 7,57% | 5,14% |
| Número de empregos formais (1º jan 2011) | 851 | 13.044 |
| Total de Estabelecimentos (1º jan 2011) | 324 | 4.224 |

Fonte: CAGED, disponível em http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=rj

# IV - INDICADORES ECONÔMICOS

## Contextualização da economia em 2010

Não se pode citar o ano de 2010 sem dar destaque à recuperação ocorrida após a crise dos anos imediatamente anteriores. Depois de anos de expansão a uma taxa média de 5%, a economia mundial diminuiu o ritmo a partir de meados de 2007. A origem desse freio foi uma intensa retração no setor imobiliário americano, deflagrada por uma onda de inadimplência no segmento de hipotecas de alto risco denominadas *subprime*. Instrumentos de difícil controle pelas autoridades regulatórias, como a securitização de empréstimos, permitiram o alastramento desta onda inicial de inadimplência, que provocou uma reação de contração do mercado de crédito, reduzindo em parte o consumo das famílias, principal parcela do PIB dos Estados Unidos. A economia norte-americana diminuiu o ritmo de crescimento de 2007 para 2008, passando a encolher durante o exercício de 2009, quando seu PIB real teve redução equivalente a -2,5%, o mesmo ocorrendo com as economias da região do euro, que apresentaram variação da ordem de -3,9% do PIB.

Nesse cenário, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito se traduziria em ciclo recessivo agudo suscitou a atuação coordenada dos bancos centrais e governos com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade. O maior dinamismo registrado na economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que tal coordenação de políticas econômicas passava, efetivamente, a favorecer uma retomada.

A economia mundial persistiu, em 2010, nessa trajetória de recuperação e os principais países desenvolvidos voltaram a registrar crescimento, ressaltando-se o caráter assimétrico desse movimento no âmbito dessas economias e, principalmente, quando incorporado o desempenho das economias emergentes.

De acordo com o Banco Central, os mercados financeiros, embora registrassem menor volatilidade do que no ano anterior, refletiram, em meados de 2010, o aumento das preocupações relacionadas às dívidas soberanas de determinados países europeus e as perspectivas desfavoráveis com relação à sustentação da retomada econômica dos EUA e ao desempenho da China. Num contexto assim, a deterioração da oferta de diversos produtos agrícolas e a forte demanda de alguns países emergentes criaram condições para a valorização expressiva observada nas cotações das *commodities* agrícolas no segundo semestre do ano, exercendo desdobramentos generalizados sobre as taxas de inflação e sobre os processos de normalização da política monetária, tanto em economias desenvolvidas quanto nas emergentes.

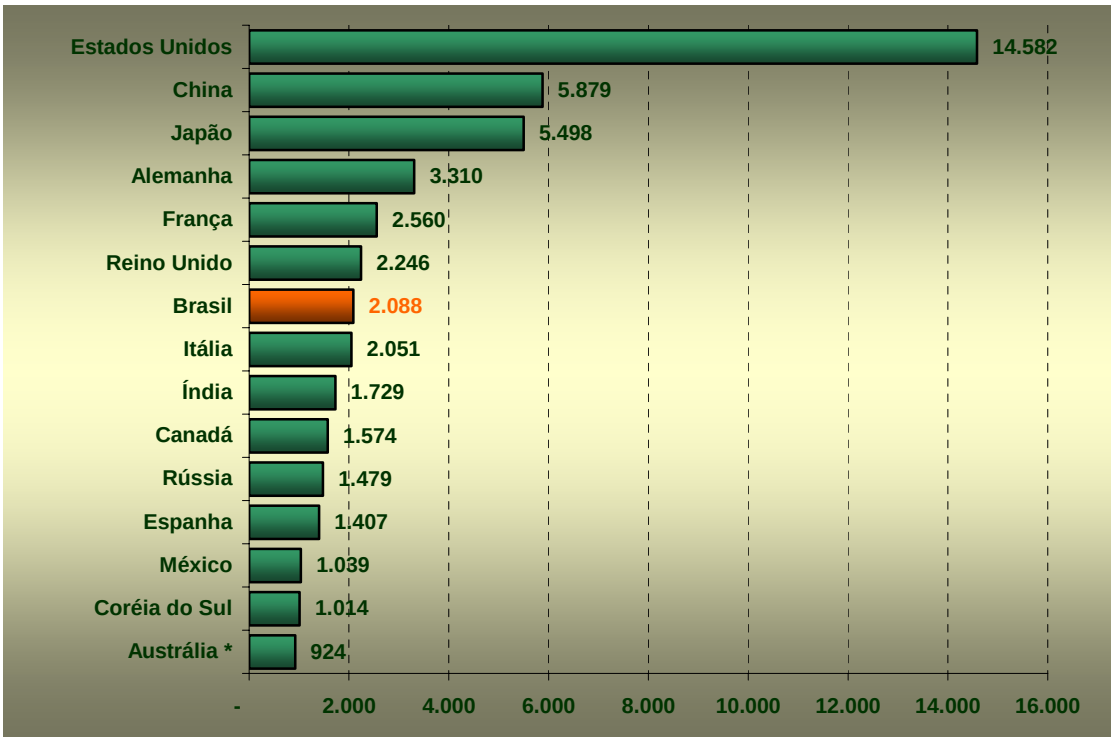
A partir de agosto desse ano, o retorno gradual do otimismo quanto à evolução da atividade econômica nos EUA e na China, e a elevada liquidez na economia mundial favoreceram a trajetória dos índices das principais bolsas de valores. Em 2010, a economia brasileira, impulsionada pelo cenário internacional mais favorável e pela solidez da demanda interna, registrou o crescimento anual do PIB mais acentuado desde 1986: 7,49%.

**PIB mundial**

Estimado em 63,0 trilhões de dólares, o PIB mundial cresceu 4,2% em 2010, após a retração de 1,7% do ano anterior. Os Estados Unidos seguem como a maior economia do planeta, com produto da ordem de US$ 14,6 trilhões [30]. A China saltou à frente do Japão em 2010, tornando-se a segunda potência planetária, seguida por Alemanha, França e Reino Unido.

O Brasil desponta como a sétima economia, com US$ 2,088 trilhões, ultrapassando a Itália. Índia superou o Canadá, seguidos por Rússia, Espanha, México e Coréia do Sul. O gráfico a seguir apresenta o desempenho das 15 maiores economias.

*Gráfico 26: Maiores economias - Projeção do PIB de 2010 (US$ bilhões)*



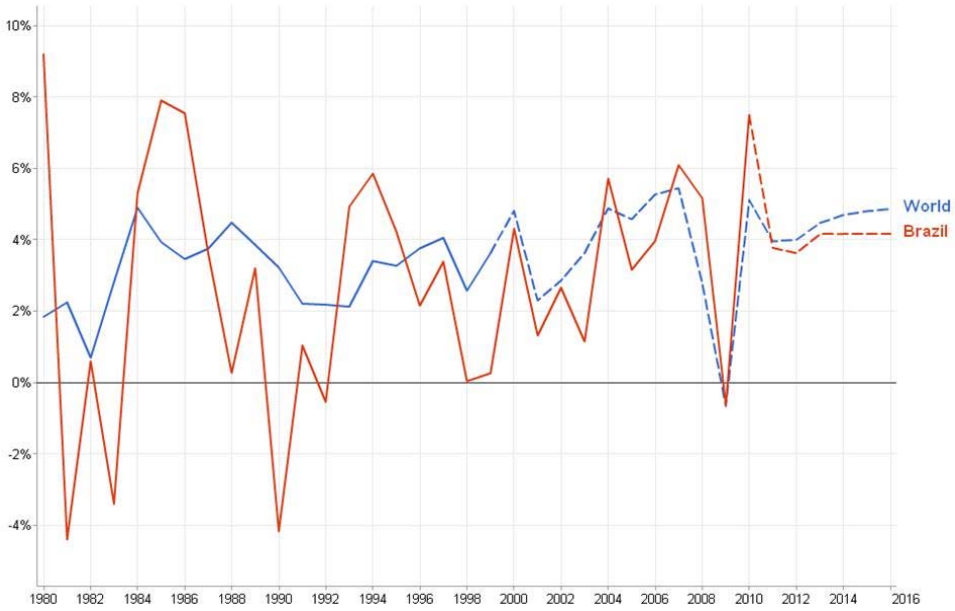

Abaixo do trilhão de dólares, destaca-se a última menção do gráfico acima, Austrália (*dado desse país desatualizado – ainda permanece o PIB de 2009 na base de dados da fonte consultada). Holanda, Turquia e Indonésia estão próximas dos 700-800 bilhões de dólares. Na faixa dos 400-500 bilhões de dólares, seguem Suíça, Polônia, Bélgica, Suécia e Noruega. Dos demais países latinoamericanos, o 24º é a Venezuela; o 27º, a Argentina; o 33º, a Colômbia, respectivamente com PIB de 388, 369 e 288 bilhões de dólares.

A taxa de crescimento anualizada do PIB dos EUA atingiu 2,9% e a da China, 10,3%. Por seu turno, Japão, Alemanha, França e Reino Unido tiveram crescimento anual do PIB de 5,1%, 3,6%, 1,5% e 1,3%, respectivamente.

30 - Fonte: http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf e http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG. Acesso em 16.11.2011.

O gráfico a seguir ilustra a variação do PIB do país frente ao desempenho do mundo, segundo o Banco Mundial:

*Gráfico 27: Taxa anual de crescimento do PIB 1980-2010 e Projeção do PIB até 2016 – Mundo e Brasil*




## PIB nacional e seus componentes

O PIB do Brasil alcançou R$ 3,7 trilhões e, como já mencionado, cresceu 7,49% em 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrando-se, sob a ótica da oferta, aumentos importantes no valor adicionado dos três setores da economia, atingindo 10,1% no segmento secundário, 6,5% no primário e 5,4% no de serviços.

De acordo com o IBGE, o setor agropecuário se beneficiou de um clima favorável e taxas de produtividade elevadas, com safras de cereais, oleaginosas e leguminosas recordes, de aproximadamente 150 milhões de toneladas. Na indústria, além do subsetor extrativa mineral ter crescido 15,7%, verificou-se aumento da construção civil de 11,6%, em parte devido à elevação das operações de crédito com recursos direcionados, com expansão de 31% em 2010. No setor de serviços, os subsetores comércio e intermediação financeira se beneficiaram do aumento da massa salarial e do aumento do crédito ao consumo.

Considerada a ótica da demanda, os investimentos, em linha com o desempenho da construção civil e da absorção de bens de capital, cresceram 21,8% em 2010, enquanto o consumo das famílias, refletindo o crescimento da massa salarial e das operações de crédito, aumentou 7,0%. O consumo da administração pública teve variação positiva de 3,3%. No setor externo, houve elevações anuais de 36,2% nas importações e de 11,5% nas exportações, diferencial associado ao ritmo distinto de crescimento da economia internacional e brasileira.

O PIB *per capita* cresceu 6,5%, passando a registrar o valor de R$ 19 mil em 2010, estipulado em US$ 10.710 pelo Banco Mundial, 60ª posição dentre as economias mapeadas por aquela instituição no biênio 2009-2010.

**Inflação**

A aceleração registrada nos índices de preços ao consumidor em 2010 esteve influenciada, em especial, pelo comportamento dos preços livres, com ênfase nos aumentos de alimentos e vestuário, e no âmbito dos serviços. A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal entre um e 40 salários mínimos e atingiu 5,91% em 2010, ante 4,31% no ano anterior e 5,90% em 2008.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, chegou a 6,47% no ano, contra 4,11% em 2009. Essa variação, superior à assinalada pelo IPCA, evidencia a maior participação do grupo alimentação e bebidas no INPC, pois esse considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a seis salários mínimos, para as quais o comprometimento da renda com gastos de alimentação é relativamente maior.

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, agrega o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos respectivos de 60%, 30% e 10%, e registrou variação anual de 11,30%, contra variação negativa de -1,43% em 2009.

As variações anuais dos três componentes do IGP-DI registraram aumento em 2010. O IPA, evidenciando o comportamento dos preços no atacado, em resposta às elevações dos preços dos produtos industriais e dos agrícolas, variou 13,85% no ano, com os preços dos produtos industriais e dos agrícolas elevando-se 10,13% e 25,61%, respectivamente. O IPC aumentou 6,24% e o INCC, 7,77%.

**Comércio exterior**

A balança comercial apresentou saldo positivo equivalente a US$ 20,3 bilhões em 2010. As exportações brasileiras (FOB) alcançaram US$ 201,9 bilhões e as importações atingiram níveis correspondentes a US$ 181,6 bilhões. Um dos fatores que contribuíram para a manutenção desse saldo positivo foi a elevação do preço das *commodities* negociadas nos mercados internacionais, apesar da valorização do real ao longo de 2010, de R$ 1,87 em janeiro para R$ 1,66 em dezembro.

Ao longo do exercício de 2008, os preços das *commodities* minerais decresceram de forma acentuada, reflexo da crise financeira instalada na economia norte-americana, decréscimo esse que prosseguiu ao longo do primeiro semestre de 2009, com reversão da tendência a partir do segundo semestre daquele ano, que se estendeu ao longo de 2010.

Ressalte-se, no entanto, que o saldo obtido foi insuficiente para equilibrar o balanço de pagamentos, em decorrência do comportamento da taxa de câmbio ao longo de 2010: as transações correntes, que englobam as negociações no âmbito da balança comercial,

das transações envolvendo serviços e rendas e das transferências unilaterais correntes, apresentaram saldo negativo equivalente a US$ 47,5 bilhões. Esse saldo negativo foi compensado pelos investimentos estrangeiros diretos, realizados no país, que alcançaram o valor de US$ 48,5 bilhões.

Em dezembro de 2010, o volume das reservas internacionais brasileiras à disposição do Banco Central do Brasil correspondeu a US$ 288,6 bilhões, representando um acréscimo de 21,0% sobre o nível das reservas constituídas em dezembro de 2009, que correspondera a US$ 238,5 bilhões. Esse saldo contribuiu para sinalizar a capacidade de assunção dos compromissos externos do país, bem como para a formação de expectativas positivas e elevação do nível de confiança dos agentes econômicos internacionais.

## Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro

Os principais indicadores consolidados de 2010 mostram que as expectativas anteriores de reativação da atividade produtiva do Rio de Janeiro parecem se confirmar.

De acordo com a Fundação CEPERJ, comparando-se as produções anuais de 2009 e 2010, constatou-se que a indústria geral expandiu-se em 8,4%, sendo que a extrativa reduziu sua produção em 3,3% e a de transformação cresceu 11,8%. Vale registrar que das doze atividades acompanhadas na indústria de transformação, onze tiveram crescimento, com destaque para as seguintes: veículos automotores (+45,7%); metalurgia básica (+22,6%); perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (+14,3%); têxtil (13,4%); bebidas (+10,7%); outros produtos químicos (+8,6%); farmacêutica (+7,5%); refino de petróleo e álcool (+7,3%); e borracha e plástico (6,8%). A única atividade com queda na produção foi alimentos (-2,1%).

Segundo o acompanhamento do IBGE, os itens que mais pesaram neste crescimento foram: caminhões (veículos automotores); vergalhões, barras e bobinas a frio de aços ao carbono (metalurgia básica); óleo diesel e gasolina automotiva (refino de petróleo e álcool); cervejas e chope (bebidas); e oxigênio e aditivos para óleos lubrificantes (outros produtos químicos). Em relação à indústria da construção civil, medida indiretamente através do consumo de cimento, observou-se um crescimento acumulado de janeiro a dezembro de 2010 de 7,0%, frente a igual período de 2009.

Indicadores da FIRJAN mostram que ocorreram crescimentos de 11,4% nas vendas reais, de 10,0% nas horas trabalhadas e de 3,6% na utilização da capacidade instalada, considerando-se os desempenhos anuais de 2010 em relação a 2009.

No comércio, por sua vez, o crescimento acumulado no ano foi de 10,4%. Contribuíram para estes resultados o aumento de crédito ao consumidor, os ganhos de renda dos trabalhadores e os preços dos importados mais baratos. Quase todas as atividades apresentaram taxas de variação positiva, conforme os registros a seguir: móveis e eletrodomésticos (+23,9%); livros e jornais (+23,3%); tecido e vestuário (+16,7%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (+11,0%); hipermercados e supermercados (+6,0%); artigos farmacêuticos (+9,6%); combustíveis (+4,3%), exceto equipamentos de informática e comunicação, com variação negativa (-11,3%). As atividades de veículos e motos e de material de construção, que estão contempladas nas

estatísticas do comércio varejista ampliado, registraram as taxas de variação de +21,0% e +37,0%, respectivamente.

Dados referentes ao ano de 2009 foram disponibilizados ao final de 2010 e ainda refletem aquele ano crítico da economia mundial, durante o qual a economia brasileira teve consequências menores. De acordo com a CEPERJ, o PIB do Estado do Rio de Janeiro atingiu R$ 353,8 bilhões em 2009, com crescimento de 1,96%, em volume, em relação a 2008. A tabela que se segue apresenta a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil.

*Tabela 28: PIB, PIB* per capita*, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2009*

| Ano | Rio de Janeiro | | | | | Brasil | Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Produto Interno Bruto | | | População residente (habitantes) | PIB per capita (R$) | Produto Interno Bruto (R$1.000.000) | |
| | Em R$1.000.000 | Volume | | | | | |
| | | Índice 1995=100 | Variação anual (%) | | | | |
| 1995 | 78.944,95 | 100,00 | - | 13.642.758 | 5.786,58 | 705.640,89 | 11,19 |
| 1996 | 94.684,07 | 100,99 | 0,99 | 13.795.558 | 6.863,37 | 843.965,63 | 11,22 |
| 1997 | 104.424,11 | 101,95 | 0,95 | 13.947.862 | 7.486,75 | 939.146,62 | 11,12 |
| 1998 | 114.177,72 | 102,75 | 0,78 | 14.107.866 | 8.093,20 | 979.275,75 | 11,66 |
| 1999 | 127.218,91 | 103,20 | 0,44 | 14.319.537 | 8.884,29 | 1.064.999,71 | 11,95 |
| 2000 | 139.754,79 | 105,86 | 2,57 | 14.493.715 | 9.642,44 | 1.179.482,00 | 11,85 |
| 2001 | 152.098,91 | 106,78 | 0,87 | 14.668.977 | 10.368,75 | 1.302.135,03 | 11,68 |
| 2002 | 171.371,99 | 110,87 | 3,82 | 14.846.102 | 11.543,23 | 1.477.821,77 | 11,60 |
| 2003 | 188.014,96 | 109,64 | (1,11) | 15.024.965 | 12.513,50 | 1.699.947,69 | 11,06 |
| 2004 | 222.945,04 | 113,17 | 3,22 | 15.203.750 | 14.663,82 | 1.941.498,36 | 11,48 |
| 2005 | 247.017,53 | 116,51 | 2,95 | 15.383.407 | 16.057,40 | 2.147.239,29 | 11,50 |
| 2006 | 275.327,13 | 121,15 | 3,99 | 15.561.720 | 17.692,59 | 2.369.483,55 | 11,62 |
| 2007 | 296.767,78 | 125,53 | 3,62 | 15.420.450 | 19.245,08 | 2.661.344,53 | 11,15 |
| 2008 | 343.182,07 | 130,74 | 4,15 | 15.872.362 | 21. 621,36 | 3 031 864,49 | 11,32 |
| 2009 | 353.878,14 | 133,48 | 1,96 | 16.010.429 | 22.102,98 | 3.239.404,05 | 10,92 |
| 2010 | (1) | | | | | | |

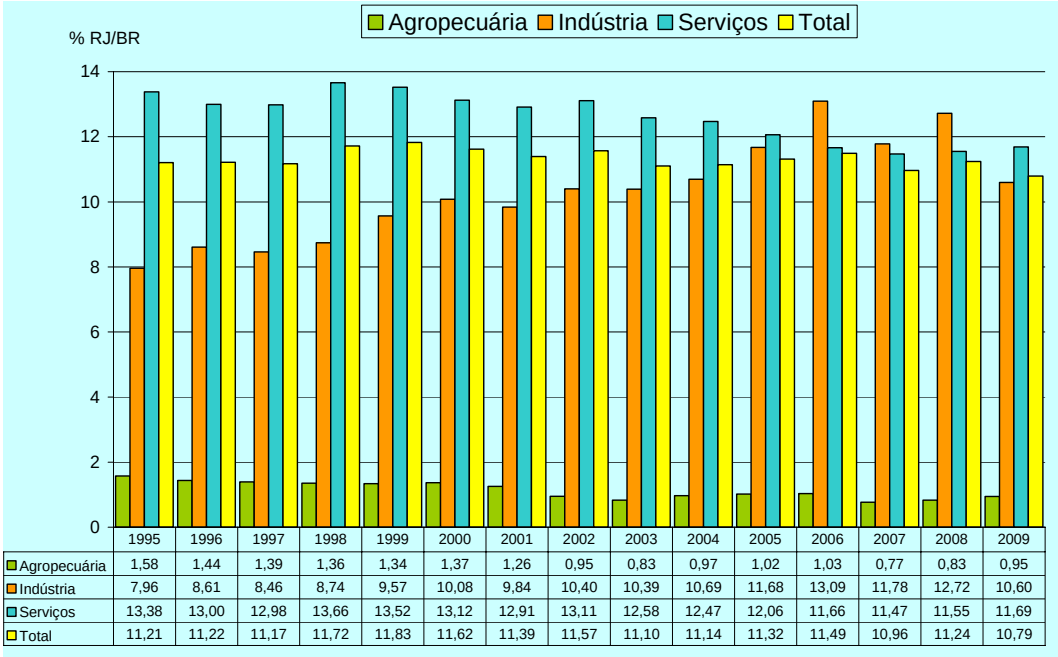
Fonte: CEPERJ/ IBGE. Nota 1: Não é mais divulgada pela CEPERJ a estimativa preliminar do PIB do ano anterior.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do total da participação do PIB fluminense no país, bem como dos três setores de atividades econômicas. Nos quinze anos retratados, a agropecuária recuou 39,8% em sua participação nacional e os serviços perderam 12,6% de participação no total produzido nacionalmente. A indústria foi o que contrabalançou o Estado do Rio de Janeiro, com crescimento de 33,1% de sua participação. O balanço final foi de variação total de -3,7% entre 1995 e 2008.

Dentre os componentes do setor industrial, enquanto extração de petróleo e de outros minerais aumentou sua participação nacional em excepcionais 187,5% no período, a indústria de transformação cresceu 11,2%. Da mesma forma, os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água/esgoto, limpeza urbana e gás) – SIUP aumentaram em 12,0% sua participação nacional. Mas a construção civil registrou queda de 20,2%.

Todos os componentes do setor de serviços fluminense tiveram redução em sua participação no Brasil, com destaque para intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (-18,5%); comércio (-21,7%); administração, saúde e educação públicas e seguridade social (-14,8%).

*Gráfico 28: Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas – 1995-2009*




| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agropecuária | 1,58 | 1,44 | 1,39 | 1,36 | 1,34 | 1,37 | 1,26 | 0,95 | 0,83 | 0,97 | 1,02 | 1,03 | 0,77 | 0,83 | 0,95 |
| Indústria | 7,96 | 8,61 | 8,46 | 8,74 | 9,57 | 10,08 | 9,84 | 10,40 | 10,39 | 10,69 | 11,68 | 13,09 | 11,78 | 12,72 | 10,60 |
| Serviços | 13,38 | 13,00 | 12,98 | 13,66 | 13,52 | 13,12 | 12,91 | 13,11 | 12,58 | 12,47 | 12,06 | 11,66 | 11,47 | 11,55 | 11,69 |
| Total | 11,21 | 11,22 | 11,17 | 11,72 | 11,83 | 11,62 | 11,39 | 11,57 | 11,10 | 11,14 | 11,32 | 11,49 | 10,96 | 11,24 | 10,79 |

O desempenho da economia fluminense de 2009 manteve o estado com o segundo maior PIB brasileiro (10,79%), atrás apenas de São Paulo (33,5%) e à frente de Minas Gerais (8,9%).

Dos maiores estados brasileiros, o Rio de Janeiro é aquele em que a agropecuária tem a menor importância em sua economia, participando com 0,5% do valor adicionado total do estado em 2009. Esse setor, de acordo com a Fundação CEPERJ, apresentou taxa de variação positiva de 2,7%, em função dos resultados do setor agrícola, com crescimento de 7,8% em seu valor adicionado. Atividade pecuária e pesca teve queda de (-1,9%), principalmente pelo mau desempenho, em termos reais, do setor pecuário.

No setor industrial, a economia fluminense encerrou 2009 com expansão de 1,0% sobre igual período do ano anterior. A indústria extrativa, embora tenha apresentado resultado positivo em volume produzido, com aumento de 8,3%, perdeu em participação, que passou de 15,4% para 8,3% do valor adicionado em conseqüência da queda de 48,1% do preço do petróleo em 2009.

A indústria de transformação, que representa 10,1% do PIB estadual, teve queda de volume de 7,7% em relação a 2008, fruto do desempenho negativo de sete dos doze ramos industriais investigados, com destaque para as atividades têxteis (-17,7%), automóveis (-12,5%), caminhões e ônibus (-15,7%), produtos químicos (-14,8%), metalurgia básica (-8,5%), cimento (-7,8%), e refino de petróleo e álcool (-2,5%). Os que

apresentaram crescimento foram: bebidas (9,0%), farmacêuticos (5,7%) e perfumaria (5,5%).

Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água e gás), com participação de 2,7%, e a construção, 5,2%, que também integram o setor industrial, registraram crescimento de 0,2% no caso dos SIUP e queda de 4,4% na construção.

O setor de serviços, responsável por 73,2% do valor adicionado bruto, apresentou crescimento de 2,6% na comparação com o ano anterior. Os maiores destaques foram para intermediação financeira e seguros (+11,5%), serviços prestados às empresas (+5,4%), administração pública (4,7%), atividades imobiliárias (+3,6%), alojamento e alimentação (+3,3%) e saúde e educação mercantis (+1,9%). As outras atividades tiveram os seguintes desempenhos: serviços de informação (-8,7%); serviços prestados às famílias (-2,3%); comércio e serviços de manutenção (-2,0%); seguido por transporte, armazenagem, e correio (-0,3%). O bom desempenho da intermediação financeira e seguros refletiu o aumento em termos nominais do total das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres e direcionados.

Dados do IBGE apontam a administração pública como a atividade que mais contribuiu para o PIB estadual, seguida por comércio e serviços de manutenção e reparação, segunda colocada. A indústria de transformação ficou na terceira posição.

A tabela a seguir apresenta o desempenho dos subsetores de atividade em 2009:

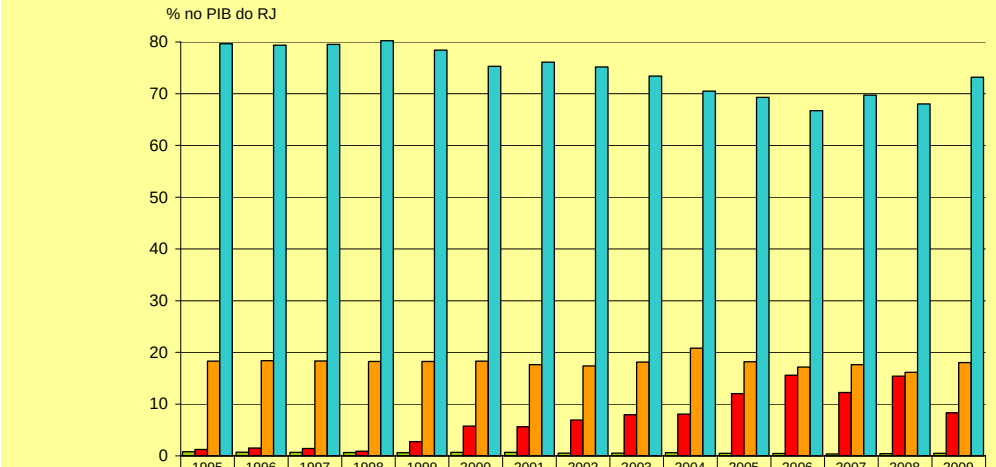
*Tabela 29: Participação da atividade no valor adicionado bruto a preço básico – RJ – 2009*

| Atividades | Participação (%) |
|---|---|
| AGROPECUÁRIA | |
| Agricultura, silvicultura e exploração florestal | 0,26 |
| Pecuária e pesca | 0,24 |
| INDÚSTRIA | |
| Indústria extrativa | 8,32 |
| Indústria de transformação | 10,12 |
| Construção civil | 5,20 |
| SIUP - Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana | 2,71 |
| SERVIÇOS | |
| Comércio e serviços de manutenção e reparação | 10,19 |
| Serviços de alojamento e alimentação | 2,68 |
| Transportes, armazenagem e correio | 5,26 |
| Serviços de informação | 5,18 |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados | 6,36 |
| Serviços prestados às famílias e associativas | 2,92 |
| Serviços prestados às empresas | 6,92 |
| Atividades imobiliárias e aluguéis | 9,62 |
| Administração, saúde e educação públicas e seguridade social | 18,80 |
| Saúde e educação mercantis | 3,59 |
| Serviços domésticos | 1,65 |

Fonte:CEPERJ/IBGE - Contas Regionais do Brasil. Nota: Total alcança 100,02 por conta dos arredondamentos.

Com exceção dos anos de 2007 e 2009, na última década, o setor de serviços perdeu espaço em sua participação no PIB estadual para a indústria extrativa, em vermelho no gráfico que segue:

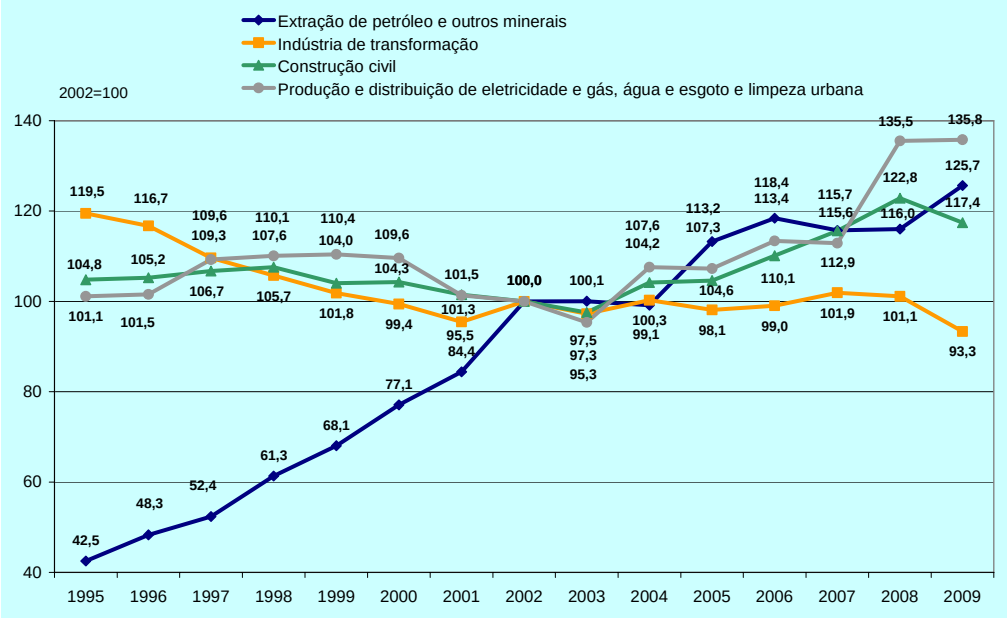
*Gráfico 29: Evolução da contribuição no valor adicionado bruto ao PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas – 2003-2008*




| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agropecuária | 0,81 | 0,71 | 0,67 | 0,64 | 0,62 | 0,66 | 0,66 | 0,54 | 0,55 | 0,60 | 0,51 | 0,49 | 0,39 | 0,44 | 0,49 |
| Extração de petróleo e outros minerais | 1,25 | 1,52 | 1,44 | 0,88 | 2,73 | 5,74 | 5,63 | 6,91 | 7,95 | 8,08 | 12,03 | 15,60 | 12,25 | 15,40 | 8,32 |
| Indústria (transformação, construção civil, SIUP) | 18,30 | 18,42 | 18,36 | 18,25 | 18,25 | 18,30 | 17,63 | 17,40 | 18,11 | 20,83 | 18,17 | 17,17 | 17,64 | 16,15 | 18,02 |
| Serviços | 79,64 | 79,36 | 79,54 | 80,23 | 78,40 | 75,29 | 76,08 | 75,14 | 73,39 | 70,49 | 69,28 | 66,74 | 69,72 | 68,01 | 73,16 |

O gráfico a seguir ilustra a pujança da indústria extrativa, em azul escuro, o recuo e posterior recuperação dos SIUP e da construção civil e a *performance* negativa da indústria de transformação, em laranja. Ao tomar o ano de 2002 como índice 100, os avanços e recuos são facilmente identificáveis:

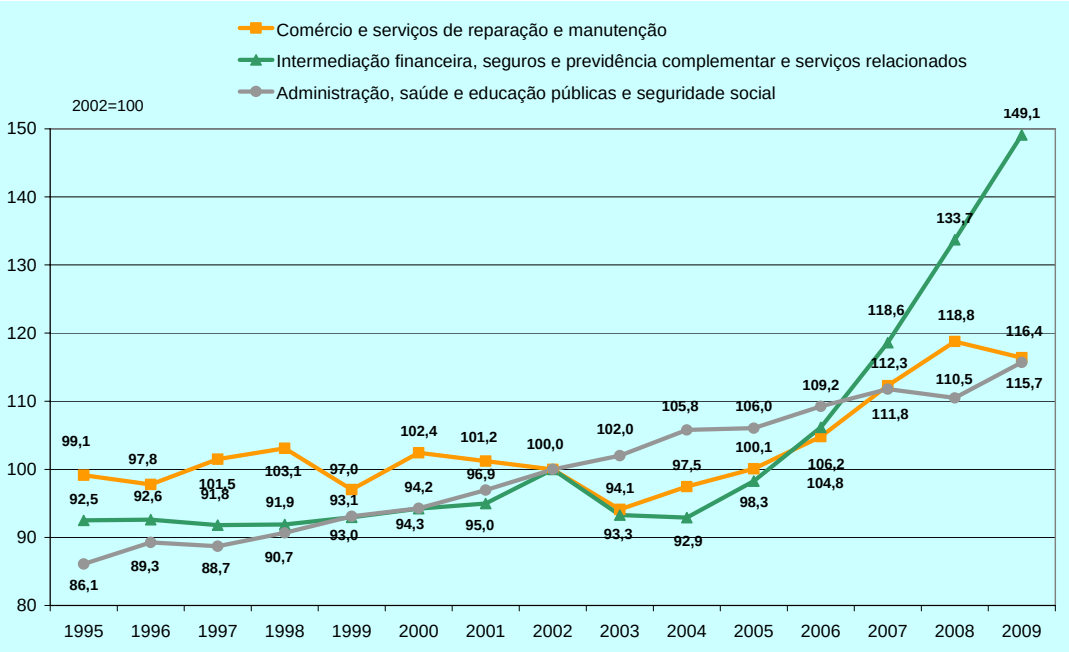
*Gráfico 30: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades da indústria – 1995-2009*



No setor de serviços, a administração pública apresentou crescimento consistente e superior à variação populacional, tendo ocorrido forte recuperação da Intermediação financeira nos anos recentes. Comércio, entretanto, passou anos em situação pior que a registrada em 1995, somente reagindo positivamente a partir de 2006 e registrando recuo em 2009.

O crescimento de 3,9%, na comparação de 2008 com 2007, teve destaques em intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, e serviços de alojamento e alimentação, seguidos por serviços de informação e serviços prestados às famílias. Seguem serviços prestados às empresas e comércio e serviços de reparação e manutenção. Os subsetores administração, saúde e educação públicas e seguridade social e serviços domésticos tiveram variação negativa de um ano para o outro. O gráfico a seguir aponta a boa recuperação do setor nos últimos anos:

*Gráfico 31: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades de serviços – 1995-2009*



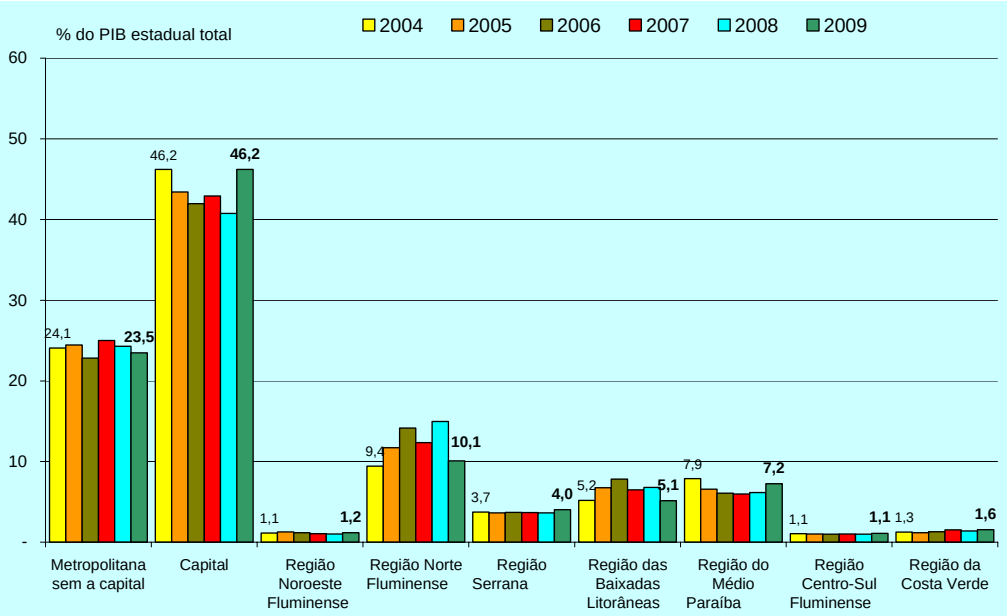

## PIB regional e dos municípios de 2004 a 2009

No contexto regional ou municipal, a nova metodologia para apuração do PIB, adotada pela Fundação CEPERJ há quatro anos, segue aquela do IBGE e apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança metodológica também excluiu a antiga separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios.

O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, será proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Mas esse dado não é divulgado e, por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

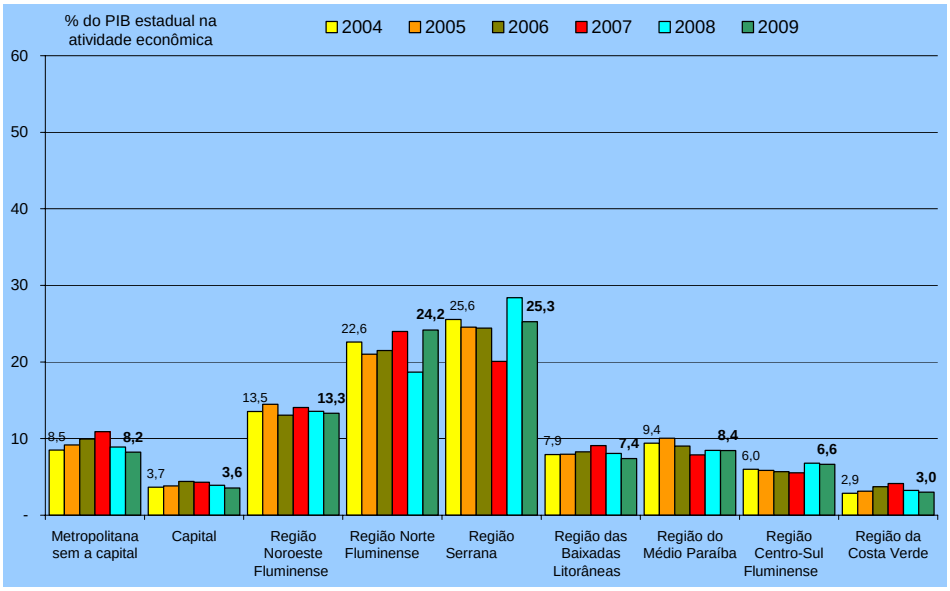
Em virtude dessas restrições, o presente tópico analisará a evolução dessas quatro variáveis: agropecuária, indústria, serviços e administração pública nos níveis estadual e regional, apresentando, ao final, os comportamentos dos municípios frente à sua região e ao conjunto do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a Fundação CEPERJ, seis municípios destacaram-se na liderança das participações no PIB do estado e concentraram 68,2% da economia fluminense em 2009: Rio de Janeiro (49,7%); Duque de Caxias (7,3%); Campos dos Goytacazes (5,5%); Niterói (3,1%); e São Gonçalo e Nova Iguaçu (2,7% cada). Outros quatro se seguem em relevância econômica: Volta Redonda, Macaé, Petrópolis e Resende. O gráfico seguinte traz a evolução da participação de cada região ao valor adicionado bruto do estado.

*Gráfico 32: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual – 2004-2009*



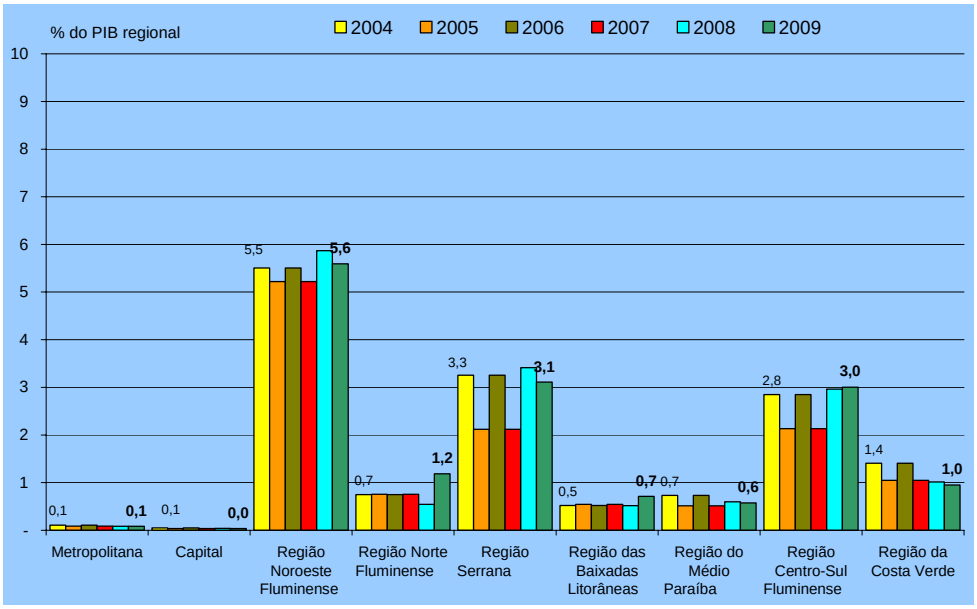

Foram cinco os municípios com maiores participações no *ranking* da Agropecuária em 2009: Campos dos Goytacazes (10,3%); Teresópolis (7,9%); São Francisco de Itabapoana (4,8%); Sumidouro (4,2%); e Rio de Janeiro (3,6%). As regiões Norte Fluminense e Serrana seguem sendo o celeiro estadual. Ganharam espaço, no setor primário, as regiões das Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense e da Costa Verde. A evolução no período está no gráfico:

*Gráfico 33: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na agropecuária – 2004-2009*



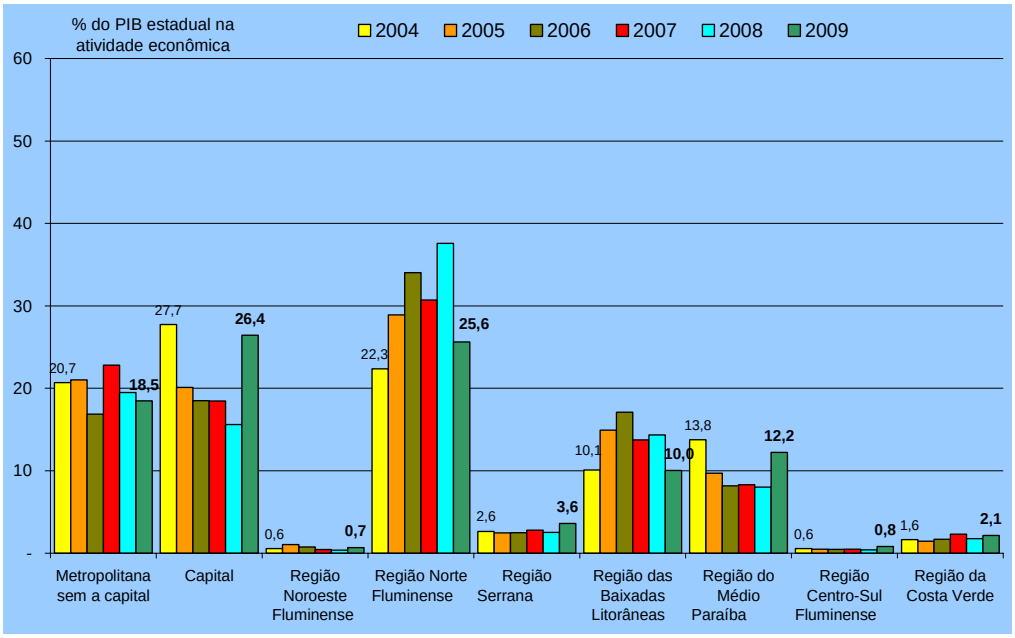

Ainda no setor agropecuário, o peso que a atividade teve na produção de cada região segue pouco representativo. No próximo gráfico, observa-se que o setor ganhou peso no PIB nas regiões Noroeste, Norte, das Baixadas Litorâneas e Centro-Sul.

*Gráfico 34: Evolução da contribuição da agropecuária na economia regional – 2004-2009*



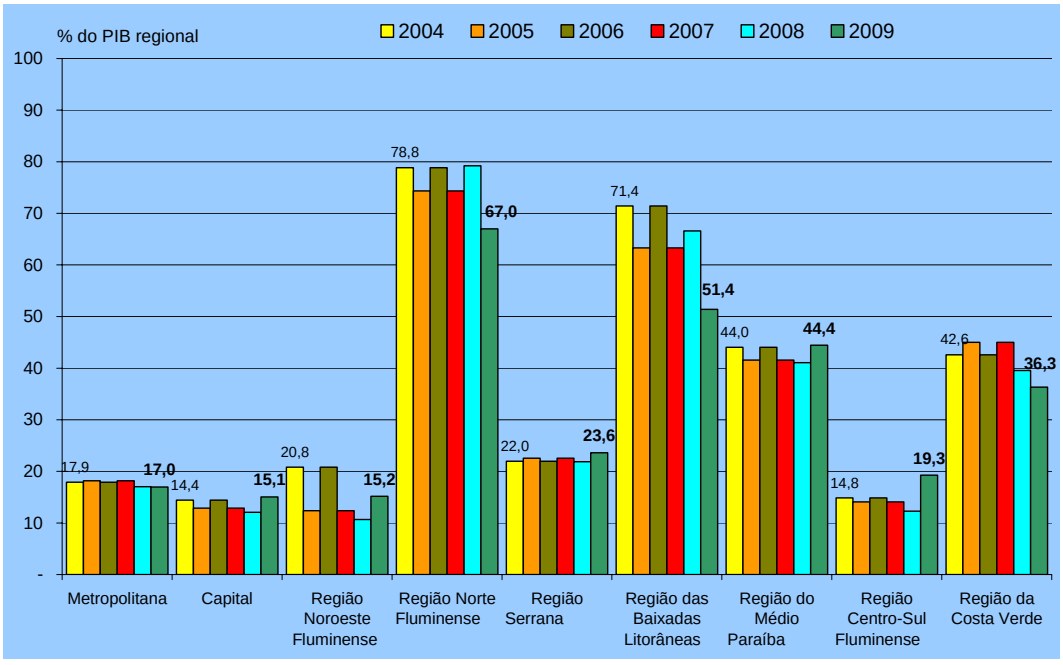

Ganhou espaço, no PIB estadual do setor industrial, a petroleira Região Norte Fluminense, seguida de longe pelas regiões Noroeste, Serrana, Centro-Sul e Costa Verde. Tradicionais polos industriais, a capital e o Médio Paraíba avançaram significativamente em 2009. O gráfico ilustra a evolução no período:

*Gráfico 35: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na indústria – 2004-2009*



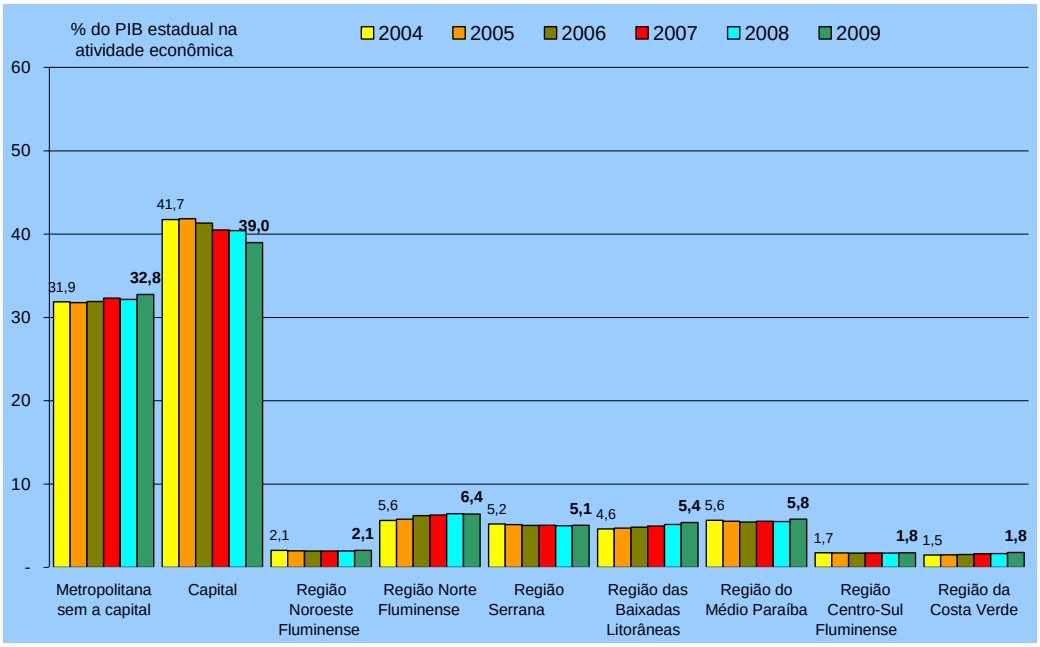

O setor industrial prevalece nas regiões confrontantes à Bacia de Campos, tendo perdido pujança pela crise de 2009, mas cresceu em relevância na economia das regiões Serrana, do Médio Paraíba e Centro-Sul.

*Gráfico 36: Evolução da contribuição da indústria na economia regional – 2004-2009*



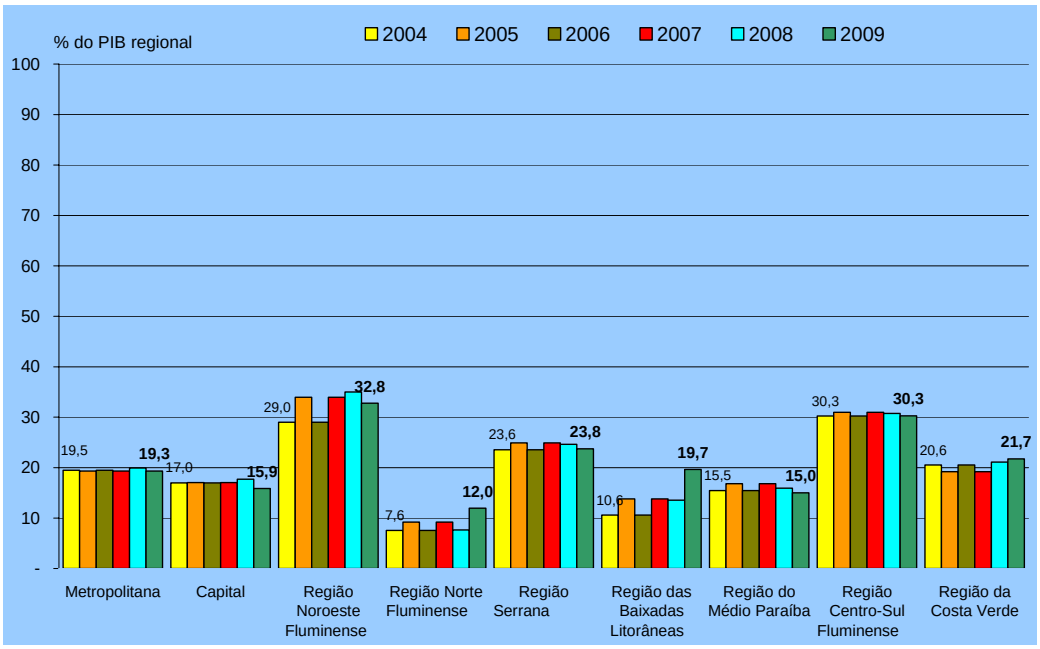

Na capital e na Região Metropolitana estão concentradas as maiores contribuições para o PIB estadual de serviços de administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Aqui pode ser observado o aumento da participação dessa atividade em todo o estado.

*Gráfico 37: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na administração pública – 2004-2009*



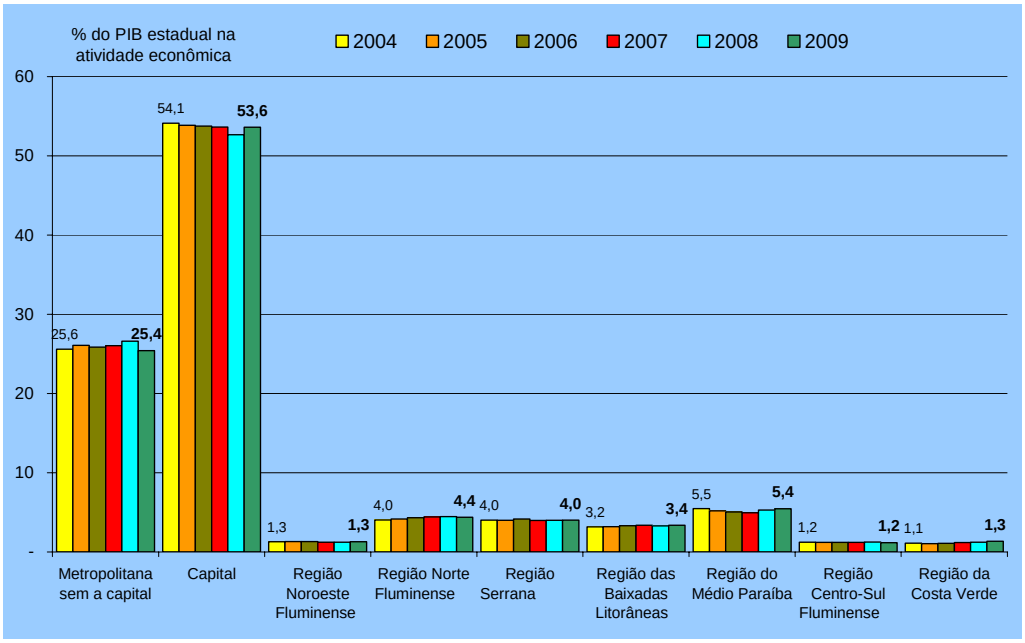

A administração pública é bastante presente no PIB das regiões menos desenvolvidas do estado, sendo menos representativas no Norte e nas Baixadas Litorâneas em decorrência da pujança da indústria petrolífera.

*Gráfico 38: Evolução da contribuição da administração pública na economia regional – 2004-2009*



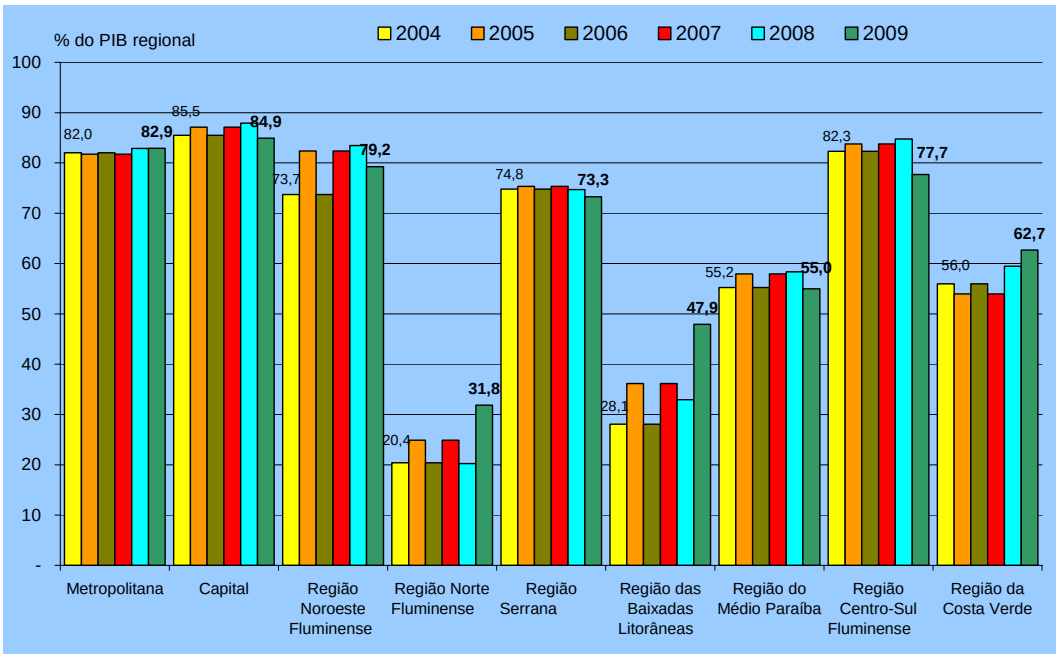

Serviços como um todo (incluída a administração pública, já apresentada) estão fortemente concentrados na Região Metropolitana. Com exceção das regiões Metropolitana, Noroeste e Centro-Sul, houve crescimento nas demais:

*Gráfico 39: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual em serviços – 2004-2009*




O setor de serviços como um todo é preponderante nas economias regionais, com reduzida ênfase no PIB das regiões petrolíferas, inflacionadas pela indústria petrolífera que, todavia, ocorre na plataforma continental.

*Gráfico 40: Evolução da contribuição de serviços na economia regional – 2004-2009*




Os municípios da Região Noroeste Fluminense apresentaram o seguinte comportamento:

*Gráfico 41: Evolução do PIB a preços de mercado – Região Noroeste Fluminense – R$ milhões – 2004-2009*

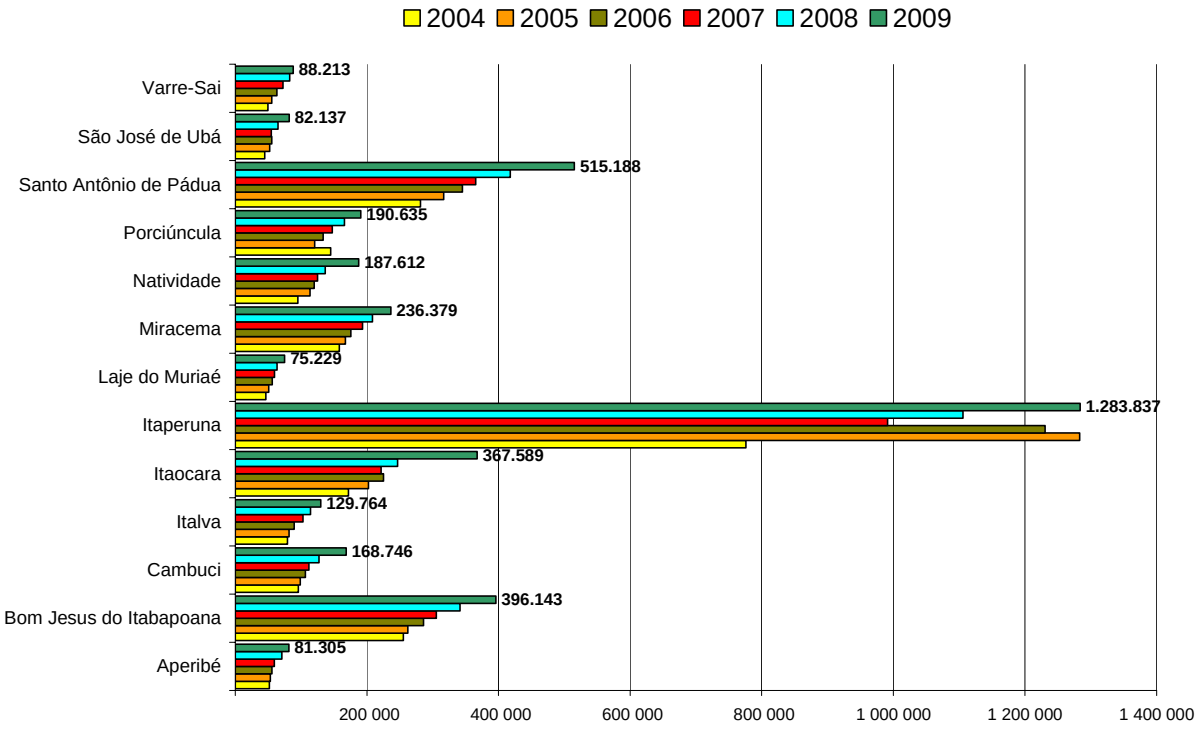



*Gráfico 42: Evolução do PIB* per capita *– Região Noroeste Fluminense – R$ – 2004-2009*

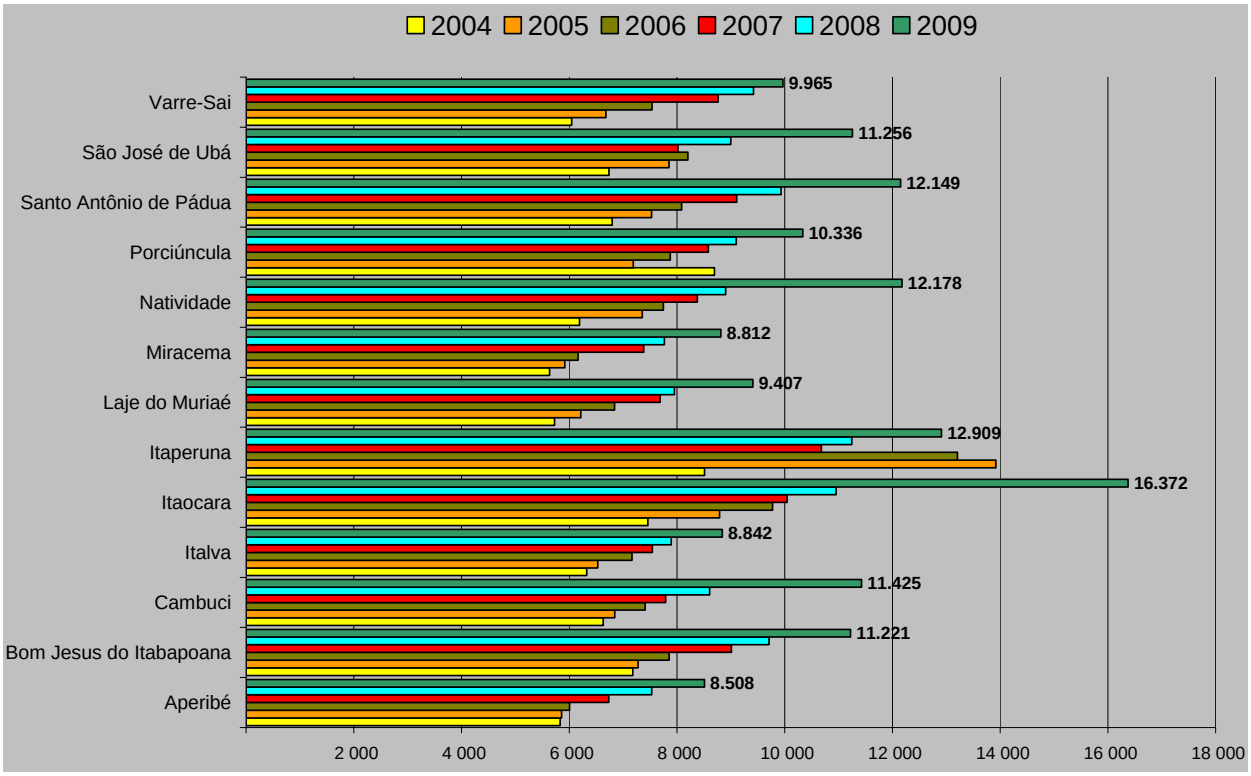


*Gráfico 43: Evolução do valor adicionado da agropecuária – Região Noroeste Fluminense – R$ milhões – 2004-2009*

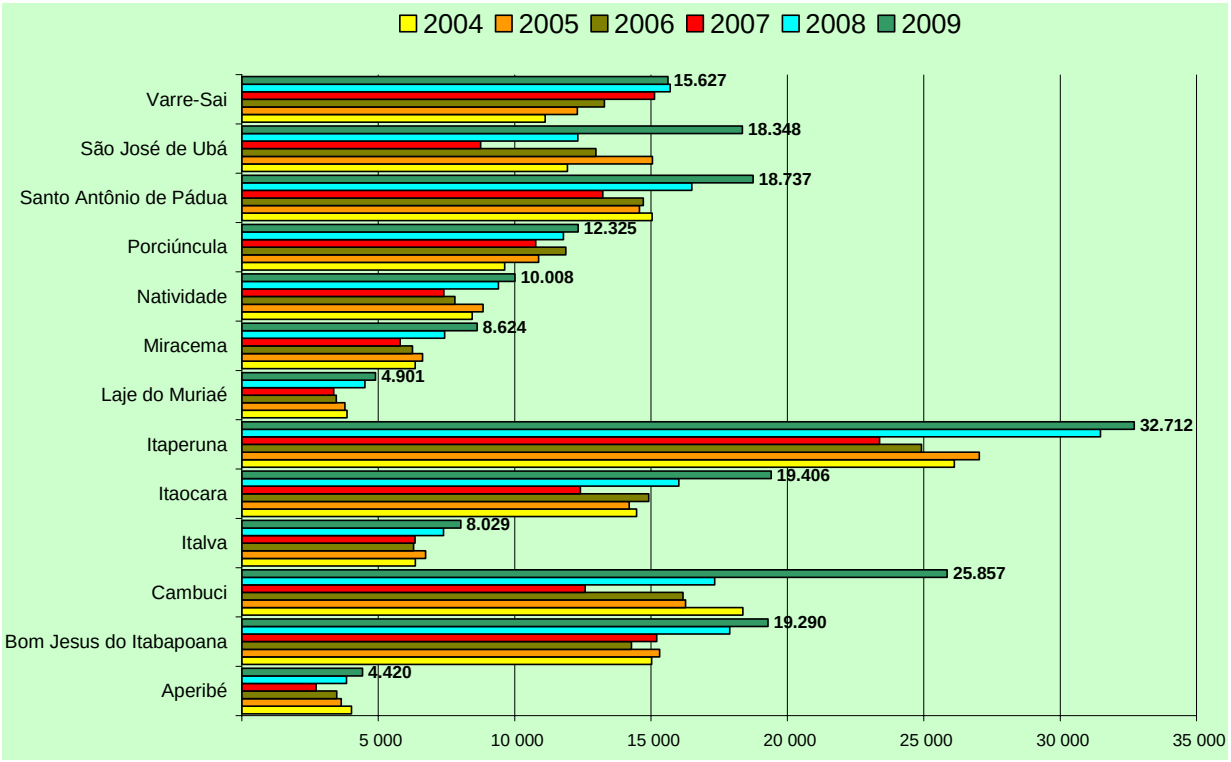



*Gráfico 44: Evolução do valor adicionado da indústria – Região Noroeste Fluminense – R$ milhões – 2004-2009*

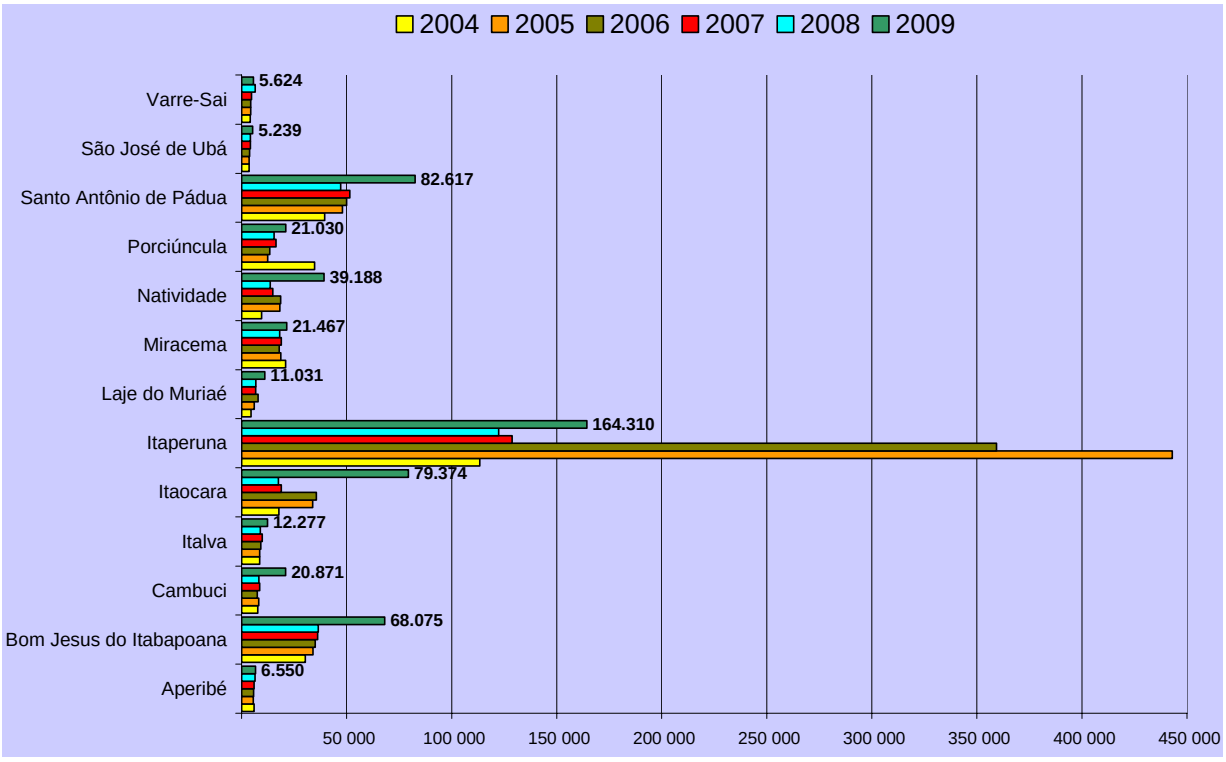


*Gráfico 45: Evolução do valor adicionado da administração pública – Região Noroeste Fluminense – R$ milhões – 2004-2009*

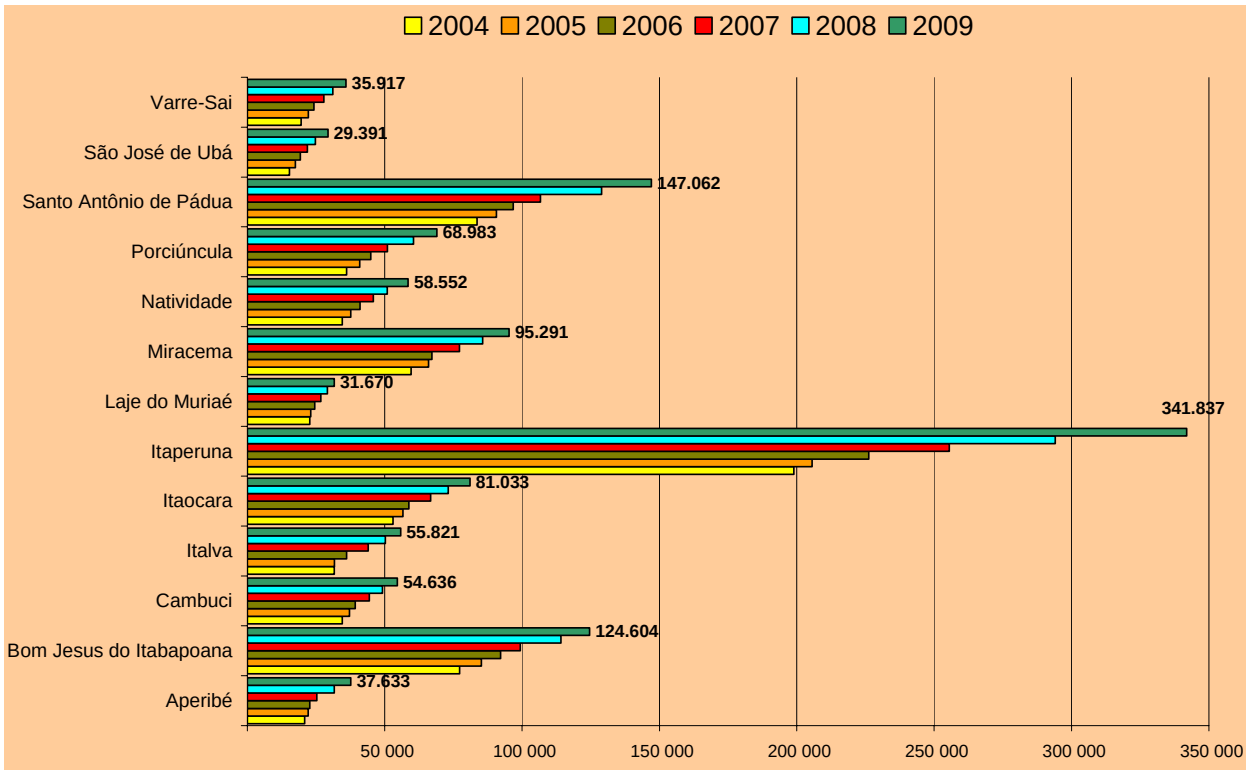
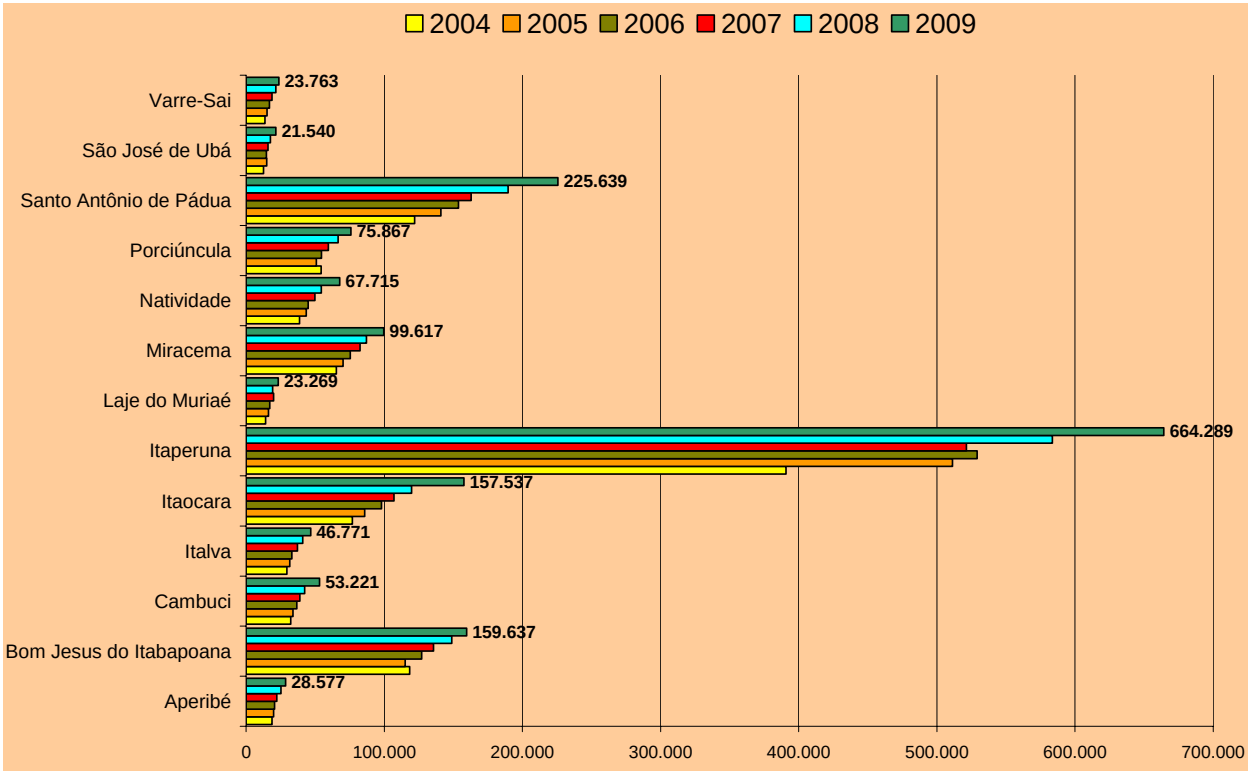



*Gráfico 46: Evolução do valor adicionado dos demais serviços – Região Noroeste Fluminense – R$ milhões – 2004-2009*

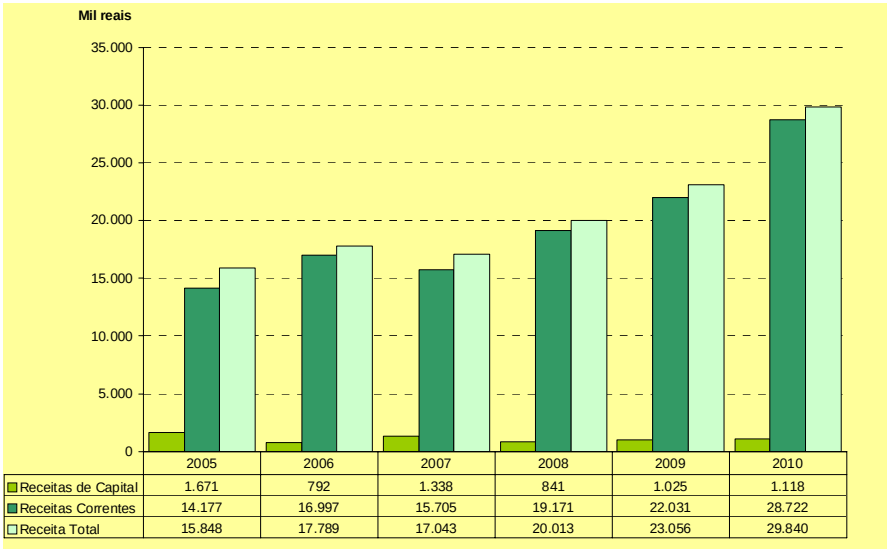


# V - INDICADORES FINANCEIROS

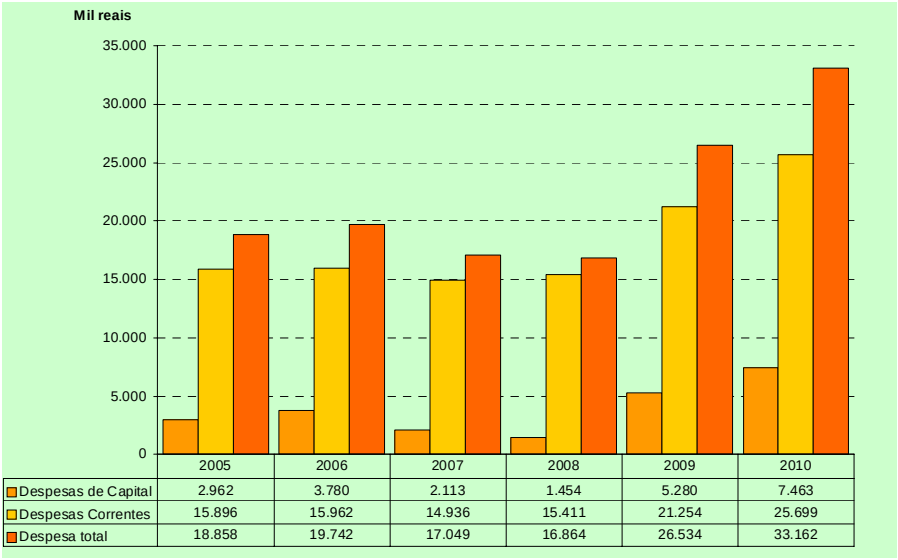
O presente capítulo atém-se tão somente à análise do desempenho econômico financeiro do município [31], com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2005 a 2010 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

*Gráficos 47 e 48: Receitas e Despesas totais – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receitas de Capital | 1.671 | 792 | 1.338 | 841 | 1.025 | 1.118 |
| Receitas Correntes | 14.177 | 16.997 | 15.705 | 19.171 | 22.031 | 28.722 |
| Receita Total | 15.848 | 17.789 | 17.043 | 20.013 | 23.056 | 29.840 |



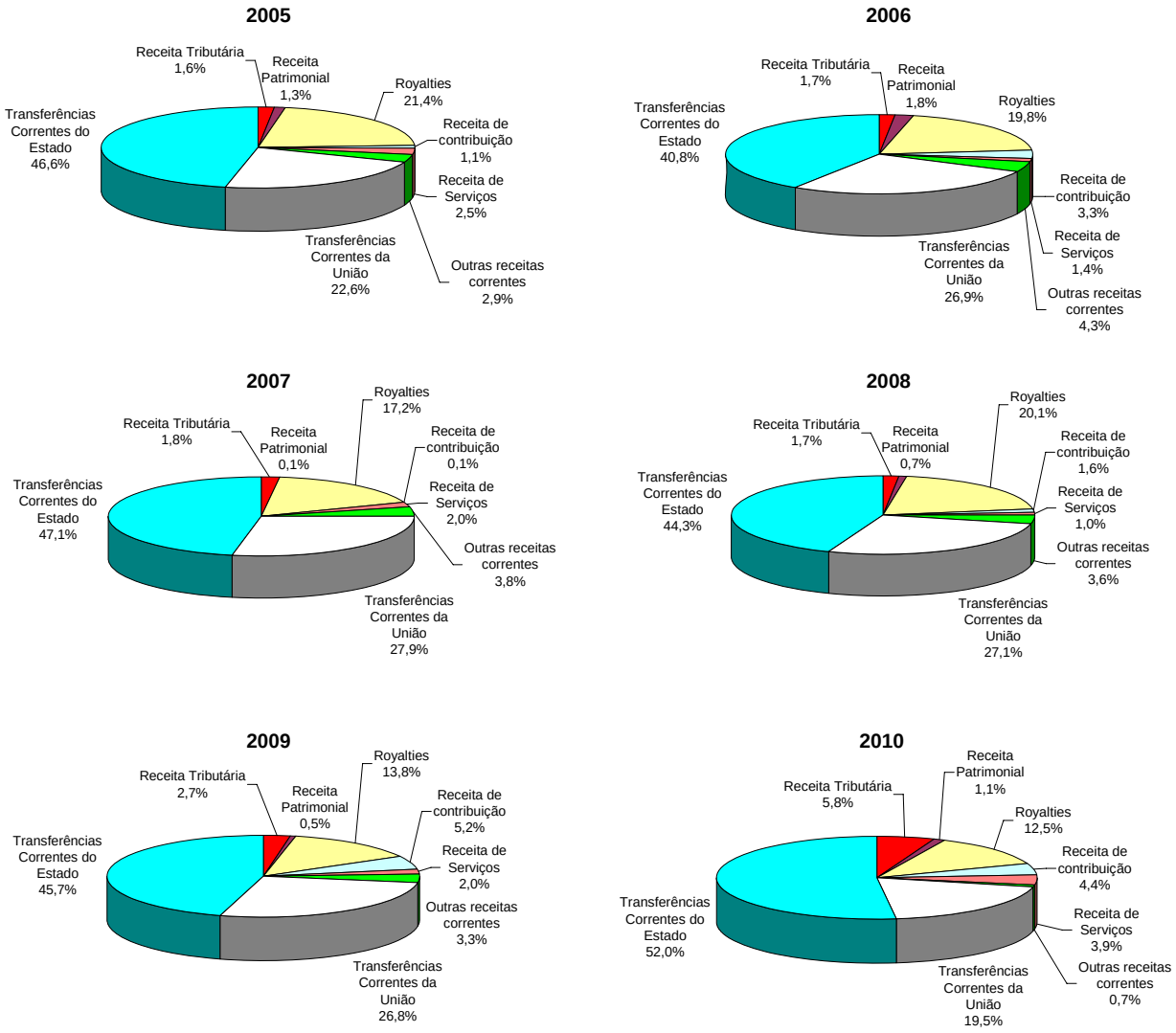

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas de Capital | 2.962 | 3.780 | 2.113 | 1.454 | 5.280 | 7.463 |
| Despesas Correntes | 15.896 | 15.962 | 14.936 | 15.411 | 21.254 | 25.699 |
| Despesa total | 18.858 | 19.742 | 17.049 | 16.864 | 26.534 | 33.162 |

A receita realizada aumentou 88% entre 2005 e 2010, enquanto a despesa cresceu 76%.

31 - Fontes: Prestações de Contas 2005 a 2010 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2005 a 2009 e Censo 2010.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

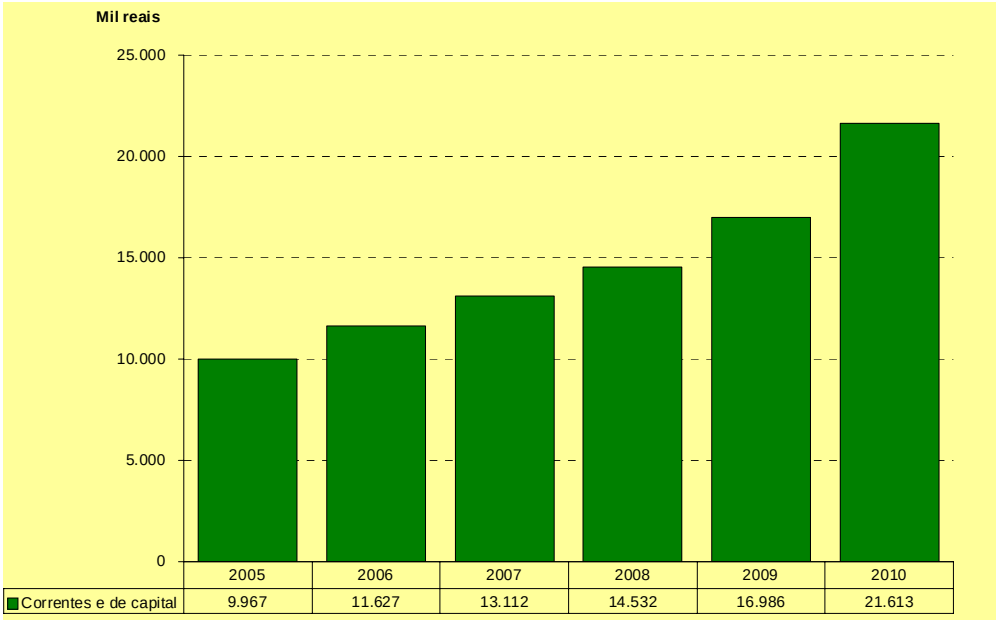
*Gráficos 49, 50, 51, 52, 53 e 54: Composição das receitas correntes – 2005-2010*




Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 5,8% do total no ano de 2010.

O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 117% entre 2005 e 2010:

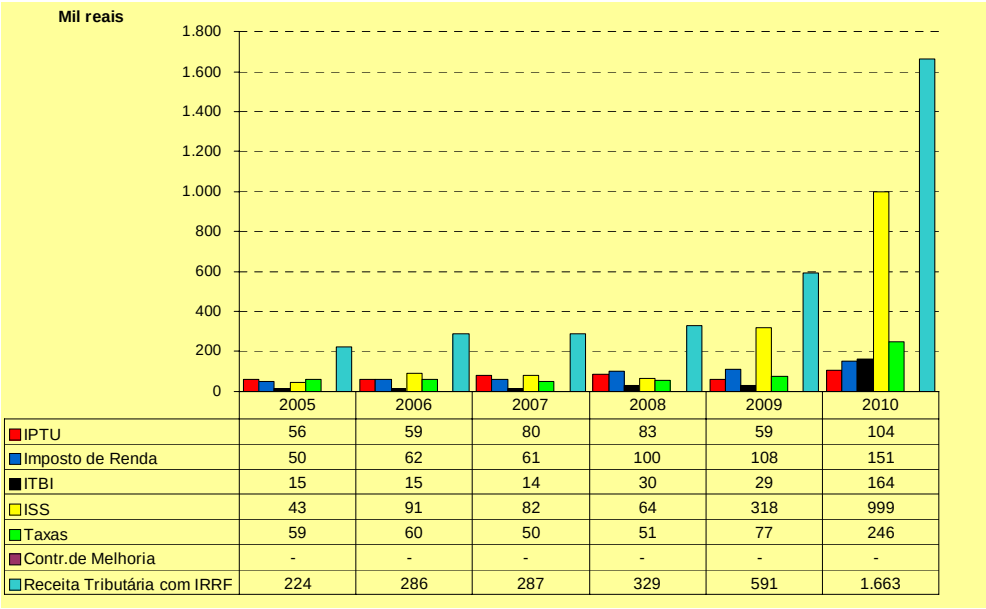
*Gráfico 55: Transferências totais para o município – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Correntes e de capital | 9.967 | 11.627 | 13.112 | 14.532 | 16.986 | 21.613 |

A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 644% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 2.237% na arrecadação de ISS e de 970% no ITBI. Também houve acréscimo de 200% na receita do Imposto de Renda retido na fonte, de 84% no IPTU e de 319% nas taxas.

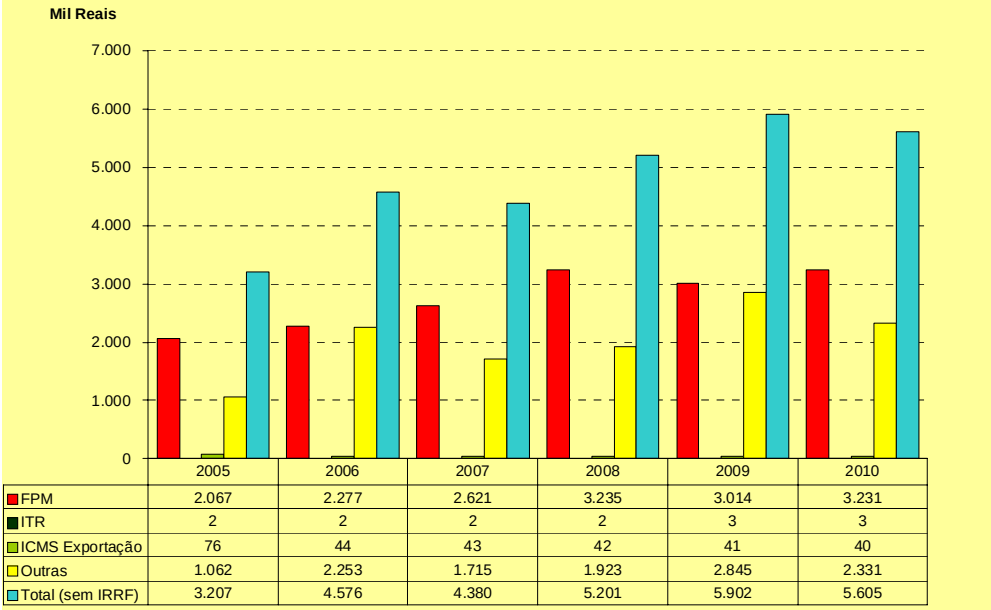
*Gráfico 56: Receitas tributárias – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| IPTU | 56 | 59 | 80 | 83 | 59 | 104 |
| Imposto de Renda | 50 | 62 | 61 | 100 | 108 | 151 |
| ITBI | 15 | 15 | 14 | 30 | 29 | 164 |
| ISS | 43 | 91 | 82 | 64 | 318 | 999 |
| Taxas | 59 | 60 | 50 | 51 | 77 | 246 |
| Contr.de Melhoria | - | - | - | - | - | - |
| Receita Tributária com IRRF | 224 | 286 | 287 | 329 | 591 | 1.663 |

As transferências correntes da União cresceram 75% no período, com aumento de 56% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

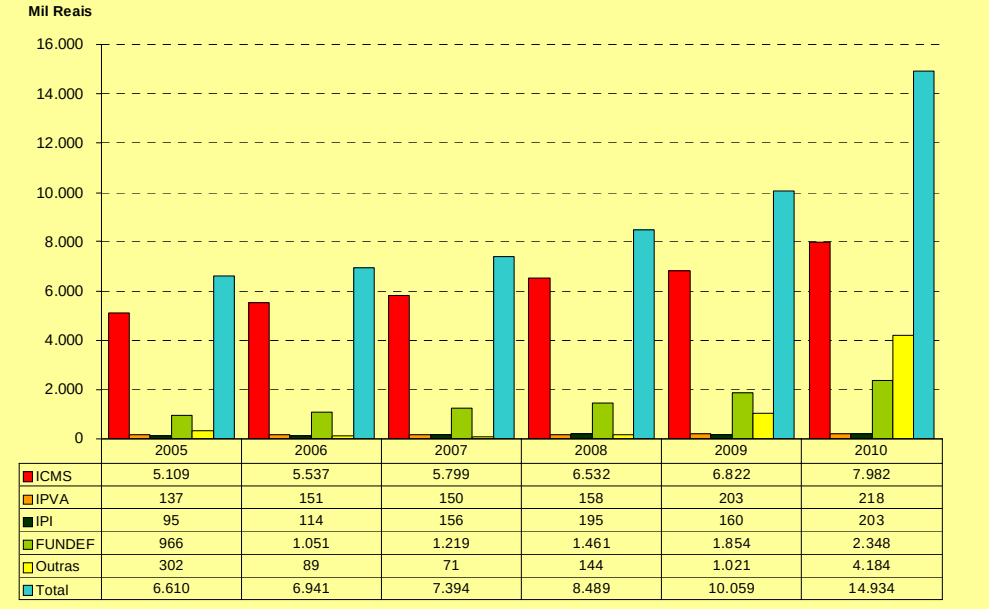
*Gráfico 57: Transferências correntes da União – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FPM | 2.067 | 2.277 | 2.621 | 3.235 | 3.014 | 3.231 |
| ITR | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 |
| ICMS Exportação | 76 | 44 | 43 | 42 | 41 | 40 |
| Outras | 1.062 | 2.253 | 1.715 | 1.923 | 2.845 | 2.331 |
| Total (sem IRRF) | 3.207 | 4.576 | 4.380 | 5.201 | 5.902 | 5.605 |

A evolução das transferências correntes do estado foi de 126% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 56% no repasse do ICMS e o crescimento de 143% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

*Gráfico 58: Transferências correntes do Estado – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ICMS | 5.109 | 5.537 | 5.799 | 6.532 | 6.822 | 7.982 |
| IPVA | 137 | 151 | 150 | 158 | 203 | 218 |
| IPI | 95 | 114 | 156 | 195 | 160 | 203 |
| FUNDEF | 966 | 1.051 | 1.219 | 1.461 | 1.854 | 2.348 |
| Outras | 302 | 89 | 71 | 144 | 1.021 | 4.184 |
| Total | 6.610 | 6.941 | 7.394 | 8.489 | 10.059 | 14.934 |

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

**1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2010:**

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 29.839.746}}{\text{R\$ 33.161.697}} = 0{,}8998$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R$ 89,98 para cada R$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando desequilíbrio orçamentário em cinco dos seis anos em análise.

*Gráfico 59: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2005-2010*

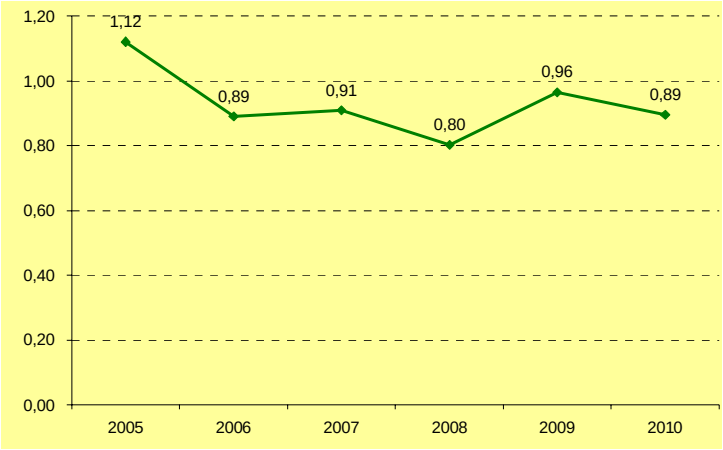
**2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2010:**

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ 25.697.338}}{\text{R\$ 28.721.804}} = 0{,}89$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 89% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2005:

*Gráfico 60: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2005-2010*




As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 62% entre 2005 e 2010, enquanto as receitas correntes cresceram 103% no mesmo período.

## 3. Indicador de autonomia financeira em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 1.663.433}}{\text{R\$ 25.697.338}} = 0{,}065$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 6,5% no exercício de 2010. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

*Gráfico 61: Indicador de autonomia financeira – 2005-2010*

Houve melhora da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária cresceu 644% no período, contra 62% de aumento das despesas de custeio.

No período analisado, houve capacitação do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna menos dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

## 4. Indicador do esforço tributário próprio em 2010:

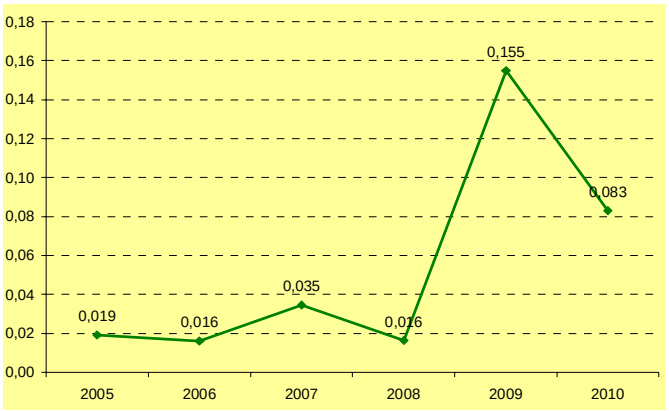
$$\frac{\text{receita tributária própria + inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 1.663.433 + 819.421}}{\text{R\$ 29.839.746}} = 0{,}083$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 8,3% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua *performance* está demonstrada no gráfico a seguir.

*Gráfico 62: Indicador do esforço tributário próprio – 2005-2010*

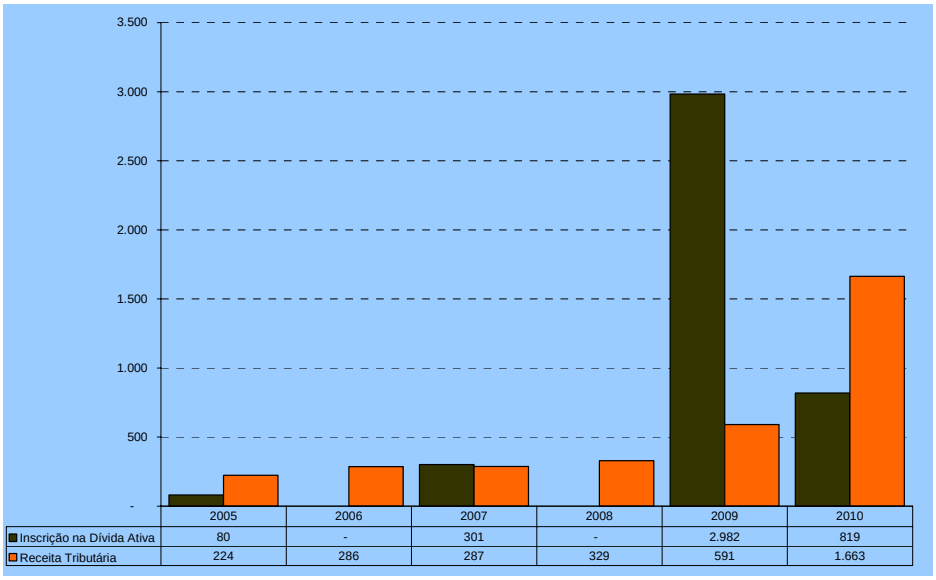



Ocorreu aumento de 335% nesse indicador nos últimos seis anos, por conta, também, dos expressivos volumes inscritos na dívida ativa em 2010.

Não resta dúvida de que a maior parte da capacidade de investimento do município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, federal e estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, nesta análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios (gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes). Nos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

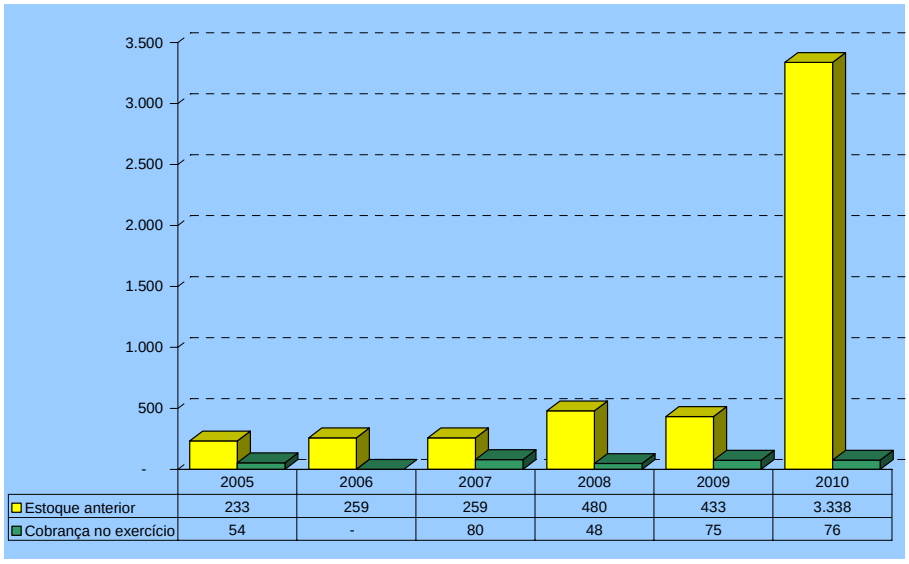
*Gráfico 63: Comparativo da receita tributária própria e inscrição na dívida ativa – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inscrição na Dívida Ativa | 80 | - | 301 | - | 2.982 | 819 |
| Receita Tributária | 224 | 286 | 287 | 329 | 591 | 1.663 |

O gráfico abaixo apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

*Gráfico 64: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Estoque anterior | 233 | 259 | 259 | 480 | 433 | 3.338 |
| Cobrança no exercício | 54 | - | 80 | 48 | 75 | 76 |

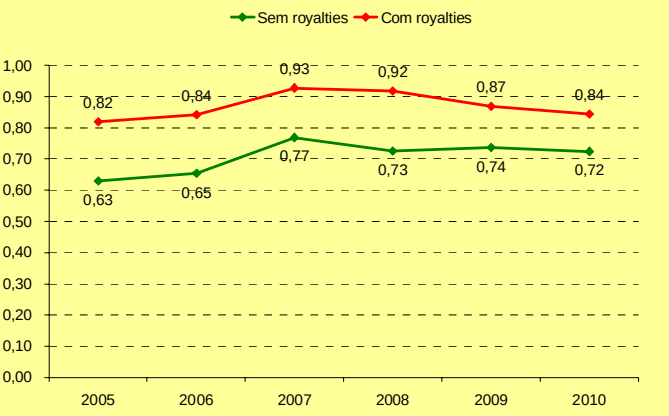
Não houve cancelamento expressivo da dívida ativa no período.

## 5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2010:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 21.613.474}}{\text{R\$ 29.839.746}} = 0{,}72$$

A receita de transferências representa 72% do total da receita do município em 2010. O gráfico a seguir apresenta os valores desse indicador para os anos anteriores, demonstrando um aumento da dependência do repasse de outros entes da federação.

*Gráfico 65: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2005-2010*




Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2010, subiria para 84%.

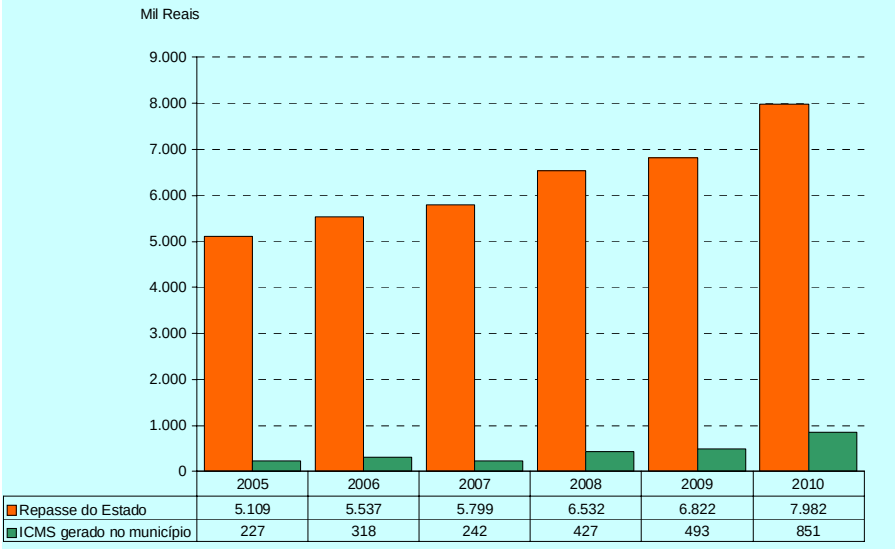
Esse indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R$ 3,5 milhões em 2010.

*Gráfico 66: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2005-2010*

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total de transferências correntes e de capital | 9.967 | 11.627 | 13.112 | 14.532 | 16.986 | 21.613 |
| Receita própria (tributária e não) | 5.881 | 6.163 | 3.931 | 5.481 | 6.069 | 8.226 |
| Receita Própria / Transferências | 59% | 53% | 30% | 38% | 36% | 38% |

Outra maneira de verificar a autonomia municipal é a comparação do valor do ICMS arrecadado no município com o repasse feito pelo estado (excluída a parcela do FUNDEF/FUNDEB), apresentada no gráfico que segue.

*Gráfico 67: Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído – 2005-2010*




| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Repasse do Estado | 5.109 | 5.537 | 5.799 | 6.532 | 6.822 | 7.982 |
| ICMS gerado no município | 227 | 318 | 242 | 427 | 493 | 851 |

## 6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria + cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 1.663.433 + 75.769}}{10.213} = \text{R\$ 170,29/habitante}$$

Esse indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2010, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 170 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 458% no período.

*Gráfico 68: Indicador da carga tributária* per capita *– 2005-2010*

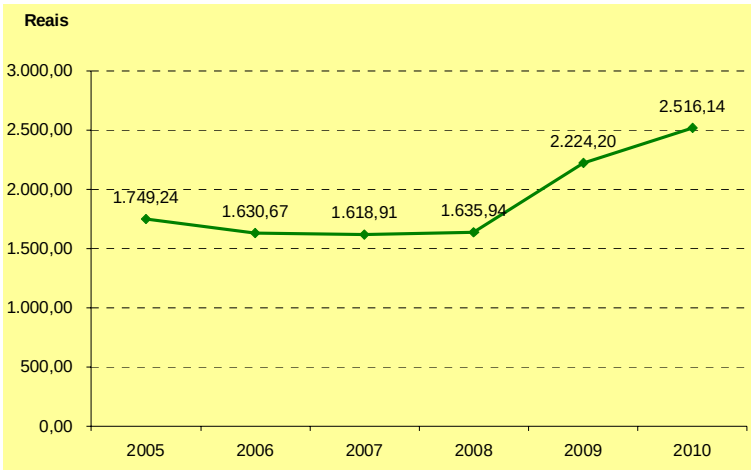
## 7. Indicador do custeio *per capita* em 2010:

despesas de custeio / população do município = R$ 25.697.338 / 10.213 = R$ 2.516,14/hab

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o *quantum* com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 2.516 reais em 2010. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 44% no período de 2005 a 2010.

*Gráfico 69: Indicador do custeio* per capita *– 2005-2010*




## 8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2010:

investimentos / população do município = R$ 6.761.113 / 10.213 = R$ 662,01/hab

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2010, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 662 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R$ 170,29 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R$ 662,01 representaria praticamente que 389% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos.

*Gráfico 70: Indicador dos investimentos* per capita *– 2005-2010*

## 9. Indicador do grau de investimento em 2010:

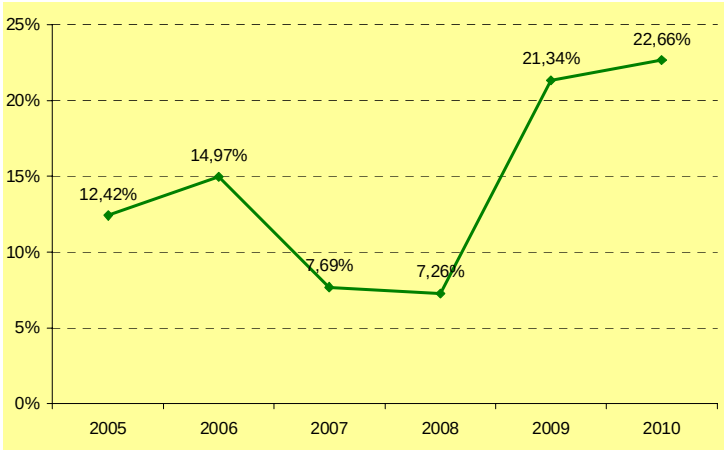
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 6.761.113}}{\text{R\$ 29.839.746}} = 0{,}2266$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 22,66% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador nº 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 89% das receitas correntes.

Esse quociente vem se mantendo em níveis que evidenciam uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

*Gráfico 71: Indicador do grau de investimento – 2005-2010*



## 10. Indicador da liquidez corrente em 2010:

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 6.659.668}}{\text{R\$ 10.304.363}} = 0{,}65$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura, dificultando a assunção de novos compromissos.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve desequilibrada em cinco dos seis exercícios analisados.

*Gráfico 72: Indicador de liquidez corrente – 2005-2010*

Deve ser considerado que, para os municípios com as contas anuais consolidadas, o ativo financeiro inclui as aplicações de seus regimes próprios de previdência social.

## VI - CONCLUSÃO

O município de Aperibé teve sua população estimada em 10.215 habitantes em 2010, apresentando densidade demográfica de 111 pessoas por km$^2$, a 46ª maior do estado. O total de 7.829 eleitores representou 0,07% dos 11,6 milhões de eleitores do Rio de Janeiro, configurando-se o 85º colégio eleitoral fluminense.

O município é servido pela estrada estadual RJ-116, Itaboraí-Itaperuna, que segue para Santo Antônio de Pádua, a noroeste, e chega a Itaocara, a sudeste. Aperibé tem uma área total de 92,4 km$^2$, correspondentes a 0,21% do território estadual.

Não houve Pesquisa de Informações Básicas Municipais em 2010. De acordo com essa pesquisa do IBGE, do ano de 2009, a estrutura administrativa municipal dispunha de 1.106 servidores, o que resulta em uma média de 116 funcionários por mil habitantes, a 4ª maior no estado.

O governo eletrônico é uma importante ferramenta que visa a otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Apesar da relevância de que hoje se reveste a tecnologia da informação e da comunicação, a pesquisa continuada deste TCE aponta que o sítio oficial de Aperibé na internet oferece sete de 19 tipos de serviços informativos pesquisados e um de 18 aspectos interativos selecionados. O município ainda não atingiu o estágio de transações *online* por meio da rede mundial de computadores.

Quanto à educação, Aperibé teve 2.057 alunos matriculados em 2010, uma variação de -2,6% em relação ao ano anterior. Foram 215 estudantes na creche, 100% na rede municipal, e 212 na pré-escola, 84% deles em sete estabelecimentos da prefeitura. O ensino fundamental foi ofertado a 1.221 alunos, 62% deles em seis unidades municipais e 33% em dois estabelecimentos da rede estadual.

Para o conjunto do Estado do Rio, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos anos iniciais (1ª a 5ª séries) do ensino fundamental deve subir de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021, e o dos anos finais, de 2,9 para 4,9 (6ª a 9ª séries). As metas abrangem as dependências administrativas de cada município, com desafios para todos.

A rede municipal teve nota média de 6,1 no IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental, ficando Aperibé posicionado em 1º entre 91 avaliados, alcançando a meta estabelecida para 2009. Quanto aos anos finais, obteve grau médio 4,2, posicionado como 16º entre 80 avaliados, tendo atingido a meta estabelecida para 2009. Já a rede estadual pontuou 4,8 no IDEB do primeiro segmento, 21º entre 69 avaliados, não atendendo a meta estabelecida para 2009. O segundo segmento atingiu nota média 3,6, ficando o município em 35º entre 90 avaliados, não tendo cumprido a meta estabelecida para 2009 pelo MEC. O próximo IDEB será referente ao desempenho de 2011.

O ensino médio, disponibilizado em duas unidades escolares, teve 368 alunos matriculados, 100% na rede estadual.

Quanto à saúde, Aperibé não aderiu ao Pacto pela Saúde. Há quatro equipes de Saúde da Família e quatro equipes de Saúde Bucal atendendo a população.

Aperibé teve uma receita total de R$ 29,8 milhões em 2010: a 86ª do estado, todavia não apresentando equilíbrio orçamentário. Suas receitas correntes estão comprometidas em 89% com o custeio da máquina administrativa. Sua autonomia financeira é de 5,9% e seu esforço tributário alcançou 7,8% da receita total.

A carga tributária *per capita* de R$ 148,12 é a 49ª do estado (em comparativo que não inclui a capital), sendo R$ 10,16 em IPTU (82ª posição) e R$9 7,83 em ISS (41º lugar).

O custeio *per capita* de R$ 2.516,14 é o 23º do estado, contra um investimento *per capita* de R$ 662,01, posição de número 12 dentre os 91 demais.

A dependência de transferências da União, do estado e das participações governamentais alcançou 85% das receitas totais. Especificamente com relação às últimas receitas, vinculadas ao petróleo, o município de Aperibé teve nelas 12% de sua receita total, um montante de R$ 351,88 por habitante no ano de 2010, 30ª colocação no estado.

Devido à crise mundial, após o período recessivo observado no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, houve recuperação do nível da atividade interna, mas os *royalties* tiveram uma queda média de 24% para o conjunto dos municípios fluminenses naquele exercício, principalmente em decorrência da sobrevalorização do real frente ao dólar, moeda utilizada como base para cálculo. Em 2010, essas participações governamentais se recuperaram, todavia não atingindo o mesmo patamar recebido pelos 91 municípios em 2008. No caso específico de Aperibé, essa receita de 2010 teve variação de 18% sobre o ano anterior.

O município de Aperibé recebeu 0,27% do chamado ICMS verde, em decorrência de ter vazadouro não remediado e um contingente de 7,8% da população urbana atendida por tratamento de esgoto, algumas das variáveis utilizadas para cálculo daquela transferência.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e Documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023, agosto/2002.

BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível no sítio http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/. Acesso em 21/02/08.

_____. Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação.

_____. Lei nº 11.274/2006 – Ensino Fundamental de nove anos e Educação Infantil oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e, em pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos de idade.

_____. Lei nº 9.394/1999 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

BRITTO, Jorge. *Arranjos produtivos locais: perfil das concentrações econômicas no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

CARVALHO JUNIOR. Jonas Lopes de. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2007, TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.

_____. *A sociedade em rede. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.

_____. *A sociedade em rede. O fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 5ª ed.

CASTRO, Cláudio de Moura. A penosa evolução do ensino e seu encontro com o Pisa. In Pisa 2000: Relatório Nacional. Brasília, dezembro de 2001. Disponível em http://www.oecd.org/dataoecd/30/19/33683964.pdf. Acesso em 27.04.2009.

CRUZ, José Luiz Vianna da (Org.). *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

DUBNICK Melvin J. *Accountabiliy* and the promise of performance: in search of the mechanisms. Public Performance and Management Review (PPMR) Vol. 28 No. 3, March 2005, pp. 376–417 © 2005 M.E. Sharpe, Inc.

_____. e JUSTICE, Jonathan B. *Accountabiliy* and the evil of administrative ethics. ADMINISTRATION & SOCIETY (Forthcoming, 2006). Disponível em http://pubpages.unh.edu/dubnick/pubs/2006/ Dubnick&Justice2006.pdf. Acesso em 12/12/05.

FERLY, Ewan *et al. A nova administração pública em ação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: ENAP, 1999.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro, 2001 (Texto para Discussão n.º 776).

GRACIOSA, José Gomes. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2009, TCE-RJ, 2010. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental. Brasília: Inep, 2003.

_____. Resultados do Enem 2005: análise do perfil socioeconômico e do desempenho dos participantes. Brasília: Inep, 2006.

_____. O que explica o crescimento do Ideb entre 2005 e 2007: aumento nas notas ou na aprovação dos alunos? In Na Medida – Boletim de Estudos Educacionais do Inep. Brasília: Inep, 2009. Ano 1, número 1.

INSTITUTO VASCO DE EVALUACIÓN E INVESTIGACIÓN EDUCATIVA. Primer Informe Evaluación PISA 2006. Bilbao: ISEI-IVEI, 2007. Disponível em http://www.oecd.org/dataoecd/55/10/39830282.pdf. Acesso em 27.04.2009.

JARA, Carlos. *Planejamento Do Desenvolvimento Municipal com a Participação de Diferentes Atores Sociais*. In: Ação Local e desenvolvimento sustentável. Debates. Fortaleza: Centro de estudos Konrad Adenauer Stiftung, 1996.

JUSTICE, Jonathan B. *Accountabiliy* is not Enough: Why Improvements in *Accountabiliy* are Subject to diminishing Returns. IPSA, 2000. Mimeo.

KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Longman, 2003.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MACROPLAN/IETS. *O Rio tem Futuro!?*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível no sítio Disponível no sítio http://www.oriotemfuturo.com.br/.Acesso em 15/12/07.

MASLOW, Abraham H. *Motivation and personality*. New York: Harper & Row, 1954.

MELLO, Marcelo Franca de Faria. *Mecanismos de Inovação na Gestão Pública: Perspectivas Estratégicas de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

MOORE, Mark Harrison. *Criando Valor Público: Gestão Estratégica no Governo*. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.

MURTA, Claudio Martinelli. *Avaliação de Planos Diretores Municipais*. Trabalho de Conclusão do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública – CIPAD – Turma 01 - TCE/RJ, 2007.

NAZARETH, P.A.; LOPES PORTO, L.F. *As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro*. TCE/RJ, Janeiro 2002.

NETTO, Antonio Delfim. *Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa*. In: GIAMBIAGI, Fabio *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOVO, Jean Marcel de Faria*. Apreciação ergonômica da auditoria de obras públicas - 2003*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 2003. 3ª ed.

OCDE - *Glossaire des Principaux Termes Relatifs à l'Évaluation etlLa Gestion Axée sur les Résultats*. Paris, OCDE: 2002. Disponível em http://www.oecd.org/dac/evaluation. Acesso em 13/12/05.

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, Anped, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

PACHECO, Regina Silvia. *Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros*; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

PARANKEDAR, Suhas D.; OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro e AMORIM, Érica P. (Orgs.). Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino . Brasília: Inep, 2008.

PORTO, Claudio. URANI, André. (Coords.). *O Rio tem Futuro!? – Pesquisa Qualitativa e de Opinião - Relatório Preliminar da Pesquisa - Dez/2006*. Rio de Janeiro: IETS/MACROPLAN, 2006. Disponível no sítio http://www.oriotemfuturo.com.br/.Acesso em 15/12/2007.

RABELLO, Júlio Lambertson. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2005, TCE-RJ, 2006. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2008, TCE-RJ, 2009. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.528/2005 – Diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do ERJ (com as alterações da Lei Estadual nº 5.311/2008)

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.597/2009 – Plano Estadual de Educação – PEE/RJ.

ROMZEK, Barbara S. e DUBNICK, Melvin J. *Accountabiliy in the Public Sector: Lessons from the Challenger Tragedy*. Public Administration Review 47, 1987.

RUEDIGER, Marco Aurélio e RICCIO, Vicente. *O Novo Contrato Social: Desenvolvimento e Justiça em uma Sociedade Completa*. In: CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio e SOBREIRA, Rogério. *Desenvolvimento e Construção Nacional: Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Ex-Leviatã Brasileiro: do Voto Disperso ao Clientelismo Concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHWARTZ, Peter. *A Arte da Previsão – Planejando o Futuro em um Mundo de Incertezas*. São Paulo: Best Seller, 2000.

_____. *Cenários: as Surpresas Inevitáveis.* Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In. In: EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, Dietrich, SKOCPOL, Theda (orgs). Cambridge, 1999.

SOUZA, Aluisio Gama de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2004. TCE/RJ, 2005.

_____. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2006. TCE/RJ, 2007.

RABELLO, Julio L. Relatório das Contas de Gestão do Governo - Exercício 2005. TCE/RJ, 2006.

_____. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2010. TCE/RJ, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy e MENDES, Gildásia. *Como fazer Monografia na Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 5ª ed. rev. e amp.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios – Edições 2001 a 2010*. Disponíveis no sítio http://www.tce.rj.gov.br.

_____. *Resolução nº 247*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. Publicada no DORJ de 05/09/06 e retificada no DORJ de 25/09/06.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Education For All – EFA Global Monitoring Report 2009 - Overcoming inequality: why governance matters. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em http://www.unesco.org/en/efareport. Acesso em 08.05.2009.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.

**Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos**

**Coordenadoria de Auditoria de Qualidade**
Marcello Leoni Lopes de A. Torres

**Equipe Técnica**
Marcelo Franca de Faria Mello
Eduardo Henrique Sant´Anna Pinheiro

**Arte**
Maria Inês Blanchart

**Agradecimentos**
Inspetoria de Exame das Administrações Financeiras
da Subsecretaria de Controle Municipal